

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
COORDENAÇÃO DE PESQUISA
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO E DIGNIDADE HUMANA : CONTRIBUIÇÕES DO
PONTIFICADO DE FRANCISCO - 2013 A 2017

Maria Graciane Clemente de Melo

RECIFE
2019

Maria Graciane Clemente de Melo

**DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO E DIGNIDADE HUMANA : CONTRIBUIÇÕES DO
PONTIFICADO DE FRANCISCO - 2013 A 2017**

**Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em
Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco,
como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências da
Religião.**

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Sezino Douets Vasconcelos

**RECIFE
2019**

GRATIDÃO

A Deus, pelo dom sublime da vida;

À minha mãe, pelo afeto e companheirismo;

Aos meus irmãos, pela presença amorosa;

À minha sobrinha Diandra, representando todos os demais filhos do coração;

À amiga Mozeiner, pela parceria;

Ao amigo Valmir Assis, pelos ensinamentos;

Aos demais amigos queridos, representados aqui por Marília Andrade (meu grande apoio);

Aos estudantes e colegas professores e professoras que passaram por minha vida;

Ao Professor Sérgio Douets, aqui representando todos os demais professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da UNICAP, pelo acolhimento e compreensão.

Às Professoras Ana Elizabeth e Zuleica Dantas, pela forma encorajadora quando da contribuição com esta produção.

Aos colegas do PPGCR aqui representados por Thaís Chianca, pelo companheirismo.

Por fim, àqueles que dividem o espaço diário comigo: meu esposo Gidalzio, meus filhos Lívia e Lucas e animando a casa, nossa Lelê, minha neta já tão amada.

Uma convivência fraterna, fundada na educação e na justiça, e um desenvolvimento humano, construído sobre a inclusão acolhedora e sobre os direitos de todos, constituem sementes de paz, que as religiões são chamadas a fazer germinar. Cabe a elas neste delicado momento histórico, talvez como nunca antes, uma tarefa que não se pode adiar mais: contribuir ativamente para desmilitarizar o coração do homem. A corrida aos armamentos, o alargamento das respectivas zonas de influência, as políticas agressivas em detrimento dos outros nunca trarão estabilidade. A guerra nada mais pode criar senão miséria; as armas nada mais, senão morte!

(Papa Francisco – 04/02/2019)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar, a partir dos discursos proferidos pelo Papa Francisco entre 2013 e 2017, o engajamento das religiões na busca da dignidade humana. A categoria diálogo encontra ressonância no momento atual, sobretudo pelas crescentes demonstrações de intolerância e desconfiança com os que adotaram uma pertença de fé diferente das hegemônicas. Esse quadro atinge o espaço escolar, haja vista que a escola é um campo fértil para a reflexão acerca da diversidade de papéis desempenhados socialmente. Para o percurso metodológico, analisamos, primeiramente, a categoria Diálogo, sob a perspectiva de Paulo Freire, na busca de contribuições que essa categoria pudesse trazer para as Ciências da Religião. Em seguida, realizamos a análise documental dos discursos do Papa Francisco, durante os mais diversos encontros, seja no Vaticano, seja em visitas pastorais, entre o ano de sua eleição (2013), a 2017, totalizando os primeiros 5 anos do seu pontificado, por considerar que esse seria um tempo razoável para identificar pontos de congruência acerca de sua defesa do diálogo inter-religioso.

Palavras-chave: Diálogo inter-religioso, Papa Francisco, dignidade humana.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze, from the Pope Francis' speeches between 2013 and 2017, the engagement of religions in the pursuit of human dignity. The dialogue category finds resonance at the present moment, especially by the growing demonstrations of intolerance and mistrust with those who have adopted a different faith from the hegemonic ones. This picture reaches the school space, given the fact that the school is a fertile field for reflection on the diversity of roles played socially. For the methodological course, we first analyzed the category Dialogue, from the perspective of Paulo Freire, in the search for contributions that this category could bring to the Sciences of Religion. Afterwards, we conducted the documentary analysis of Pope Francis' speeches, during the most diverse meetings, whether in the Vatican or in pastoral visits, between the year of his election (2013) and 2017, totaling the first 5 years of his papacy, considering that this would be a reasonable time to identify points of congruence about their defense of interreligious dialogue.

Keywords: Interreligious dialogue, Pope Francis, human dignity.

LISTA DE SIGLAS

NA – Nostra Aetate

HS – Humane Salutis

DA – Diálogo e Anúncio

DM – Diálogo e Missão

EG –Evangelii Gaudium

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - URGÊNCIA DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO	16
1.1 Ciências da Religião: caminho pautado no diálogo com os diferentes.	18
1.2 Globalização e o fenômeno da pluralidade religiosa.	21
1.3 O encontro com as diferenças em uma sociedade de conflitos.	26
1.4 Em nome de Deus: motivações para a violência no campo religioso.....	30
1.5 Diálogo na perspectiva freiriana: contribuições para as Ciências da Religião.	35
1.6 Caminho do diálogo entre as religiões.	40
1.6.1 Perspectivas acerca da pluralidade de religiões.	46
1.6.2 O paradigma Excluísta, Inclusivista e Pluralista.	48
CAPÍTULO II - DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NA VISÃO DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA.	51
2.1. O Concílio Vaticano II: uma releitura e reinterpretação do Evangelho para nossos dias.	51
2.2 O Secretariado para os não cristãos.	55
2.3 <i>A Nostra Aetate</i> : sobre a Igreja e as religiões não-cristãs.	56
2.4 Diálogo e Missão: A Igreja e outras religiões.	59
2.5 O espírito de Assis – 1986.....	61
2.6 Diálogo e Anúncio.	63
CAPÍTULO III - FRANCISCO, O BISPO DE ROMA.	67
3. 1 A proposta pastoral do Papa Francisco: um olhar sobre a <i>Evangelii Gaudium</i>	71
3.2 Discursos do Papa Francisco no campo inter-religioso e suas intuições para superação do sofrimento humano.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107

INTRODUÇÃO

Eleger como objeto de estudo a categoria diálogo imprime um grande esforço, ao mesmo tempo em que ganha relevância social, sobretudo pelo aumento brutal de discursos de ódio nos mais diversos espaços da sociedade hodierna, onde inúmeras vezes são descartadas as tentativas de resolução de conflitos de maneira amigável, interferindo assim na concretização da dignidade humana. Os ruídos na comunicação, em decorrência de uma escuta comprometida pelo desejo de supremacia, tem sido uma marca medonha nesse século, quando há notoriamente a negação das subjetividades, como se fosse possível, em um mundo plural, unificar as identidades.

O acesso às informações em tempo recorde faz-nos perceber a natureza individual do ser humano, afastando a falsa ideia da convivência com os iguais. Nesse sentido, a diversidade é entendida como uma via natural, cabendo a cada um/a delimitar seu espaço, salvaguardando o direito de ser diferente. Esse empoderamento resulta na aceitação de si e do outro, independentemente de credo, etnia, gênero, outros...

A constatação de que somos essencialmente únicos, embora teoricamente esteja impregnada de uma lógica, não encontra ressonância em grande parte da vida em sociedade. A desqualificação de quem pauta sua conduta rompendo com estereótipos, tem tornado a caminhada de muitos, em um verdadeiro martírio, obstaculizando sobretudo o diálogo, criando uma barreira quase que intransponível.

Em se tratando do fenômeno religioso, esse cenário torna-se ainda mais carregado de contradições, haja vista que as religiões, tantas vezes protagonizando a morte, deveriam ser um caminho seguro para a concórdia, para o exercício da pedagogia do acolhimento. Entretanto, ao mesmo tempo em que diminuem as distâncias entre as pessoas em decorrência do fenômeno da globalização, crescem as demonstrações de intolerância com quem vive uma experiência de fé diferente das expressões hegemônicas. Entendemos que as religiões, ao longo dos tempos, delinearão cenários de destruição, ao imprimir aos que a elas não se curvavam sentenças de morte, perseguições e toda sorte de atrocidades. Porém, sabemos que, se os seus princípios forem seguidos pelos crentes, essa fome de soberania tende a arrefecer e, desse modo, poderemos construir relações pautadas no respeito e no convívio harmônico.

Esse panorama, aliado aos crescentes conflitos humanitários, leva-nos a adentrar na seara do diálogo entre as religiões, a fim de que essas assumam o seu papel de mediadoras das mais diversas relações estabelecidas num mundo de guerras, de fome, de preconceitos e tantos outros sofrimentos, que impedem a vida em abundância. Esse seria, a princípio o elo entre as

tradições religiosas. Entendemos que esse diálogo não estaria pautado na discussão de doutrinas, haja vista que cada uma delas está enraizada em crenças que as sustentaram ao longo dos tempos. Um diálogo profícuo entre as religiões estaria ancorado no desejo de resgate da dignidade humana, para a qual cada líder religioso encorajaria seus seguidores a protagonizarem a revolução do amor, sendo porta-vozes dos empobrecidos, dos perseguidos, dos sem chão, dos que passam por tantas angústias e que veem os direitos negados.

Entendemos, porém, que há uma crescente demonstração de intolerância, mas crescem também os apelos à abertura ao diferente. Há, na sociedade contemporânea, inúmeras vezes que se levantam contra toda forma de discriminação, apontando o diálogo como, senão uma forma de superação dos muros que se ergueram ao longo do caminho, mas uma alternativa outra de minimizar as distâncias. Há quem veja no diálogo um risco à manutenção de sua crença, pelo contrário, compreendemos que o diálogo pode fortalecê-la, à medida que deve ser realizado não sob a negação do credo, mas ancorado na beleza da complementariedade que a expressão de fé do outro, pode suscitar, enriquecendo as experiências individuais.

Outro aspecto que justifica a escolha dessa pesquisa está atrelado ao nosso percurso profissional voltado à Educação, com predominância no Ensino Fundamental (anos iniciais) e em Curso de Formação de Professores (nível médio). Entendemos que construímos o ser Professora, ao longo da caminhada, ajuntando experiências e enfrentando desafios internos e externos ao espaço escolar. Numa trajetória de pouco mais de 30 anos, cultivei sempre a ideia de que a escola, por ser um ambiente por excelência de favorecimento da construção de aprendizagens, deve assumir a tarefa de, além da abordagem de conteúdos conceituais, empenhar-se por questões que favoreçam o processo de convivência com os diferentes, haja vista as subjetividades que circulam em seu interior, em todos os aspectos, inclusive no campo religioso.

É com preocupação que nos deparamos, no atual contexto histórico, com discursos que fogem aos princípios de um estado laico, em uma tentativa de volta da supremacia da cosmovisão cristã. Tais pronunciamentos têm dificultado o trato da escola com aspectos culturais, quando vemos, em diversas atividades próprias do cotidiano escolar, a restrição da participação das crianças, com alegação de que essas atividades são ofensas à sua doutrina. Esse fato deixa-nos sob a ameaça de fechamento de canais de diálogo com outras tradições religiosas, que tanto contribuíram e contribuem com a formação, sobretudo do povo brasileiro, país de uma multiculturalidade invejável. Professores e Professoras são, cotidianamente, alvo de desqualificação, com ataques brutais ao exercício docente e suas tessituras.

O texto que se segue não tratará especificamente do campo escolar, mas, de práticas sociais que, de alguma maneira, reverberam na escola. Esperamos que as vozes ecoadas nas práticas dialogais fora da escola tragam para dentro dela frutos de justiça e união fraterna. Pretendemos discorrer sobre a relação entre diálogo inter-religioso e dignidade humana, trazendo para a discussão uma personagem que tem se destacado no mundo moderno, como artífice da paz. O presente texto será ancorado na forte influência que o Papa Francisco, atual líder da Igreja Católica Apostólica Romana, vem exercendo sobre os mais diversos segmentos religiosos e até mesmo aos que se dizem sem religião. O Papa em questão, tem se mostrado preocupado com a pobreza, com a violência e com qualquer fenômeno social que gera sofrimento humano, dentre esses, encontramos caminhos apontados para a materialização do diálogo entre as religiões, elemento central dessa pesquisa.

Elencamos como objetivo da pesquisa: analisar, a partir dos discursos proferidos pelo Papa Francisco entre 2013 e 2017, o engajamento das religiões na busca de elementos comuns, sobretudo nos que estão centrados na busca da dignidade humana. A fim de construir um caminho para elucidar esse objetivo, elegeremos como percurso metodológico uma análise documental dos discursos do Papa Francisco, durante os mais diversos encontros, seja no Vaticano, seja em visitas pastorais, entre o ano de sua eleição (2013), a 2017, totalizando os primeiros 5 anos do seu pontificado, por considerar que esse seria um tempo razoável para identificar pontos de congruência acerca de sua defesa do diálogo inter-religioso. Nesse caso, serão apresentados fragmentos de 39 discursos, sobre o tema em questão. Para tratar sobre a categoria Diálogo, recorreremos à contribuição de Paulo Freire, fazendo uma relação entre seus ditos e os ditos do Papa em questão.

O texto foi construído em três capítulos. No primeiro capítulo, faremos um estudo acerca da urgência do diálogo inter-religioso, a partir da contribuição das Ciências da Religião, por entender que seu princípio é dialogar com os diversos fenômenos religiosos buscando compreendê-los. Faremos uma inserção nos conflitos que emergem em uma sociedade que nega as diferenças, gerados pelos fundamentalismos e pela negação da diversidade; e, em virtude da inserção profissional na área da Pedagogia, traremos também a contribuição do pensamento freiriano acerca do diálogo.

A fim de entender melhor a categoria em pauta, iremos abordar os paradigmas Excluísta, Inclusivista e Pluralista, tendências que cada vez mais carecem de entendimento, a fim de compreender o lugar de fala dos defensores de cada uma delas.

No segundo capítulo, traremos a visão da Igreja Católica Apostólica Romana acerca do diálogo inter-religioso, mais precisamente após o Concílio Vaticano II, tido como o maior

evento dos últimos anos, pelas decisões pastorais que fizeram a Igreja repensar sua inserção no mundo moderno. Abordaremos a importância do Secretariado para os Não Cristãos, hoje Pontifício Conselho Para o Diálogo Inter-religioso, criado pelo Papa Paulo VI, já que esse contribuiu sobremaneira para a reflexão acerca dos crentes de outras Igrejas. Discorreremos pela Declaração *Nostra Aetate*, documento conciliar que se configura como um marco na relação dos cristãos católicos com os não cristãos. Os documentos Diálogo e Missão e Diálogo e Anúncio, têm também um lugar de destaque, pela disposição em aproximar os povos, independentemente do credo que professam.

Abordaremos o evento que ficou conhecido como “O espírito de Assis” encontro inter-religioso realizado na cidade de Assis, gestado pelo Papa João Paulo II, atendendo ao apelo da ONU que estabeleceu o “Ano Internacional da Paz”. O pontífice, sensível a essa pauta, convida líderes religiosos de todo o mundo para, juntos, contribuírem, através da oração, com a cultura de paz.

No terceiro capítulo, apresentaremos a figura do Papa Francisco, a partir da sua eleição para a Cátedra de Pedro, e os sinais que já indicavam o percurso para o seu ministério. Trataremos sobre sua Carta Pastoral, a *Evangelii Gaudium*, documento que apresenta a trajetória escolhida pelo Papa para implementar suas atividades pontifícias. E, por fim, numa análise de discursos proferidos pelo sucessor de Pedro, analisaremos sua disposição em encorajar os povos de todos os credos a buscarem estratégias de encontro, em um diálogo fraterno, cujo objetivo seria acolher os feridos, frutos da sociedade desigual e injusta. A fala de Francisco reverbera sua preocupação com a vida, independentemente dos credos professados e, nas suas ações, ele contribuiu significativamente para a cultura de paz e justiça social.

CAPÍTULO I - URGÊNCIA DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

Por isso, quem deseja viver com dignidade e em plenitude não tem outro caminho senão reconhecer o outro e buscar o seu bem. (Papa Francisco)

O diálogo vem se materializando como um elemento desafiador nas relações interpessoais na atualidade. Embora necessário como estratégia de minimização de conflitos diversos, essa categoria analítica vê-se obstaculizada pelo alto grau de intolerância, o que tem ofuscado algumas tentativas de “derrubar muros”.

Entendemos que a sociedade moderna é amplamente marcada pelas diferentes formas de estar no mundo. Não são poucas as expressões culturais que emergem a cada dia, derrocando o interesse de alguns em relação à padronização de práticas, de preferência, as hegemônicas. As subjetividades existem e sua negação apenas encontra eco naqueles que teimam em se sobrepor ao outro, num jogo de poder desumano.

E assim também se apresenta o mundo religioso. A pluralidade de expressões de fé é um fato. Cada vez mais, a pertença religiosa sai das mãos de religiões tradicionais e se incorpora nas mais diversas crenças. Isso leva seus seguidores a experimentarem o desamparo em suas convicções mais profundas e faz de muitos líderes religiosos verdadeiros sentenciadores da conduta alheia, levando, inclusive, os fiéis a um a prática semelhante. Assim, cresce a intolerância e o preço da salvação vai saindo muito caro.

Enquanto isso, na sociedade que prioriza o mercado, crescem as desigualdades, a violência (inclusive em nome de Deus), a injustiça e todo tipo de sofrimento, que atinge prioritariamente os empobrecidos, afrontando a dignidade humana. Isso posto, entendemos que o ser humano está na contramão do desejo divino de que todos são indiscriminadamente, importantes, aos olhos de Deus.

Sousa (2015, p. 127) afirma que “atitudes ofensivas, desrespeito as diferenças de crenças e religiões, discriminação por motivo religioso ou mesmo àquelas pessoas que não têm religião, ou são ateias ou agnósticas caracterizam a intolerância religiosa”. A autora ainda afirma, em seus estudos acerca do diálogo inter-religioso nas escolas pernambucanas (2015), que a diversidade religiosa é fato incontestável em Pernambuco e no Brasil, sendo assim, amplia-se a necessidade de urgência na problematização dessa temática.

Aragão (2015) enfatiza a importância da discussão hermenêutica do diálogo inter-religioso na academia, que segundo ele, “pode servir-se de seu movimento transdisciplinar para alcançar novas lógicas” (ARAGÃO, 2015, p. 17).

O estudo dessa categoria está ancorado na necessidade de, teoricamente, construirmos um alicerce para darmos uma resposta à sociedade marcada pela mudança de época, que gera a necessidade de que novos olhares sejam instigados, refletidos e postos em prática.

Os tempos nos mandam sinais que exigem abertura para novos horizontes, nos quais havemos de erguer altares de respeito e veneração. Pois onde menos se esperava, temos agora a possibilidade de encontrar o Absoluto – no próprio âmago da relatividade, uma pluralidade de absolutos! (ARAGÃO, 2015, p. 17).

Alguns sinais para a concretização de um diálogo inter-religioso nos são dados pelo atual líder da Igreja Católica Apostólica Romana, quando defende que as religiões devem servir à humanidade, trazendo centelhas de paz e de alívio do sofrimento humano, através de um diálogo sincero e conciliador, não de questões doutrinárias, mas na busca incessante do bem comum.

1.1 Ciências da Religião: caminho pautado no diálogo com os diferentes.

*A ti me curvo na força do vento,
A ti bebo nos raios do sol.
Aos montes, proclamo tua majestade
E contemplo tua imagem refletida no lago.
Escuto tuas palavras na voz dos passarinhos
E recebo de ti a tranquilidade
Para conviver em paz com todas as criaturas.
(Oração dos índios iroqueses no Canadá)*

A chegada desse milênio trouxe, mais intensamente, a necessidade de convivência com a diversidade. Entendemos que essa não é uma categoria inaugurada na atualidade, porém, com a diminuição das distâncias através de um sistema de comunicação além-fronteiras, a humanidade aproximou-se de realidades nunca antes imaginadas que a impulsionaram a assumir posicionamentos contrários aos grupos hegemônicos. No campo religioso, o fenômeno da pluralidade, fruto de uma sociedade multifacetada, vem abrindo inúmeras possibilidades de estudo, sobretudo pelo surgimento de novas religiões, novas manifestações religiosas, novos jeitos de lidar com a fé.

O processo de globalização, para muitos, tem sua origem na sociedade ocidental. Moreira (2008, p. 22), afirma que “o mundo moderno assumiu uma compreensão básica do judeo-cristianismo: a de que homens e mulheres têm o direito e mesmo o dever de mudar o mundo”. Nessa compreensão, a sociedade e a natureza estão em constante construção. De acordo com a vontade de Deus, elas devem ser reconfiguradas a fim de atender às necessidades humanas.

O significado da palavra religião não encontra unanimidade entre os que a estudam. A priori, essa imprecisão do conceito poderia causar danos à ciência, uma vez que o esclarecimento da regra conceitual evitaria mal-entendidos. Greschat (2005) defende que a Ciência da Religião é uma exceção à regra. Segundo o autor, “A regra não se torna inválida por uma exceção. O que ela exige é correto também dentro da Ciência da Religião, mas em um outro contexto. Quem elabora uma teoria sobre religião define o que entende por ‘religião’ ” (GRESCHAT, 2005, p. 20-21).

O estudo dos fenômenos religiosos traz grande complexidade. É um campo que leva em conta as subjetividades, uma vez que é singular a relação com o sagrado. Dentro de um mesmo grupo religioso vemos múltiplas identidades de fé, de relacionamento com o Absoluto, de entrega ao invisível. Quando partimos então, para as cosmovisões de religiões distintas, vemos o qual frágil é a definição rígida e consensual.

Todavia, carregada por conceitos múltiplos e até contraditórios, a palavra “religião” não serve como expressão inequívoca, como conceito. Felizmente, uma palavra, nome ou conceito não é idêntico ao objeto a ser nomeado ou definido (GRESCHAT, 2005, p. 21).

A religião está enxertada no cotidiano das pessoas, nas suas alegrias e agonias. Ela está presente em todos os espaços, causando como afirma Greschat (2005, p. 21), “um primeiro efeito do objeto religião: aborrece uns, anima outros”. Para o Cientista da Religião, seu objeto é descrito em alguns desdobramentos. Ele o vê como uma totalidade. Mesmo buscando algum fenômeno específico, o cientista da religião não deve perder de vista o todo. Faz-se necessário buscar entender o fenômeno levando em consideração quatro aspectos.

Cada uma das milhares de religiões que podem ser escolhidas e estudadas é representada como uma totalidade passível de investigação de acordo com quatro perspectivas: como comunidade, como sistema de atos, como conjunto de doutrinas ou como sedimentação de experiências (GRESCHAT 2005, p. 25).

Além disso, é salutar o entendimento de que essa totalidade está inserida na dinâmica de vidas e como tal, sofre modificações. As relações são transformadas pela própria transformação ocorrida naturalmente no ciclo da existência. A humanidade não é estática, pelo contrário, é intrínseca a ela a reorganização dos lugares de fala, dos papéis sociais, da liberdade de professar uma fé e até mesmo de não professar fé nenhuma.

Mendonça (2008, p. 150), afirma que “Não há nenhum ramo do conhecimento humano que não interesse ao estudo da religião. O fenômeno humano da religião oferece todos os flancos possíveis à reflexão e à pesquisa”. Nesse sentido, o diálogo com as múltiplas expressões de relacionamento com o sagrado é um imperativo para os que se debruçam sobre a investigação dos fenômenos religiosos. Deixar-se encontrar com o outro é imprescindível. Trocar as lentes, faz-se urgente, sob pena de destruirmos uma das principais vias de resgate da dignidade humana.

Segundo Mardones (2006, p. 107), “o diálogo é uma espécie de fraternidade prévia a qualquer exercício de humanidade e seu fundamento”. Entendemos, então, que o contributo das Ciências da Religião para a efetivação de uma relação de respeito às diferenças é indiscutível, sobretudo em um momento de recrudescimento das relações.

O fenômeno religioso tem grande importância na sociedade brasileira, desde que as crenças ameríndias, o catolicismo lusitano e as religiões africanas aqui se encontraram para formar um conjunto de vivências espirituais; que se tornou ainda mais complexo nos últimos tempos, quando outras denominações cristãs, religiões orientais, islamismo e judaísmo implantaram-se entre nós, diversificando o nosso panorama religioso e conferindo-lhe grande vitalidade (ARAGÃO, 2015, p. 333).

Nesse sentido, as Ciências da Religião, vêm congregando os mais variados fenômenos, se configurando como um espaço que exercita a pedagogia do acolhimento, buscando compreender os modos de relacionamento com o Absoluto, não para enquadrá-los em uma escala valorativa, mas, sobretudo, para dar voz às múltiplas expressões de fé.

1.2 Globalização e o fenômeno da pluralidade religiosa.

Não havíamos marcado hora, não havíamos marcado lugar. E, na infinita possibilidade de lugares, na infinita possibilidade de tempos, nossos tempos e nossos lugares coincidiram. E deu-se o encontro.

Rubem Alves

A entrada no III milênio veio marcada pelo crescimento de novas tendências que necessitam ser problematizadas a despeito de salvaguardar a sacralidade das relações interpessoais. A velocidade das mudanças ocasionadas pela onda tecnológica e comercial, influenciou e vem influenciando sobremaneira o comportamento da humanidade frente aos mais diversos aspectos. O mundo tornou-se menor já que a informação sobre os acontecimentos nos chega em tempo real, ultrapassando as fronteiras nacionais, que, embora não seja um fenômeno novo, continua impactando as formas de estar no mundo. Esse processo, configurado como uma nova fase do sistema capitalista, tem suas raízes firmadas na competitividade e na busca incessante do lucro. A economia dita normas que se pretende serem seguidas mundialmente com vistas ao crescimento das grandes empresas, independentemente das condições com que foi gerado. Geffré (apud PANASIEWICZ, 2007, p. 111), afirma que “A Aldeia Global tende a se tornar um mercado global onde a necessidade do lucro máximo decide aquilo que deve ser produzido, onde e por quem.”

Tendo como suporte o desenvolvimento tecnológico, esse fenômeno é marcado pela rapidez do descarte, por diminuir as distâncias físicas e conectar todo o mundo como se esse fosse uma aldeia. É assim que vem se desenhando uma nova realidade marcada pela velocidade das informações. Segundo Küng (2003, p.37) “o ritmo do progresso tecnológico cresceu tanto que constantemente ameaça a estruturação política das relações sociais”.

Como processo que privilegia acima de tudo, o mercado, somos mercadoria. O lugar social é visto como um grande centro de compras, portanto, somos valorizados à medida que usufruímos dos bens de consumo. Somos transformados em números! O mercado não perde tempo, aliás, o tempo é uma moeda de troca. Para os grandes empresários que dominam os blocos econômicos, “tempo é dinheiro”. Daí a necessidade de trocar a mão de obra humana por maquinário cada vez mais sofisticado. A robotização na indústria, na agricultura e no comércio vem substituindo a presença do homem e da mulher trabalhadores, engrossando as filas dos que buscam um emprego para sua subsistência.

A riqueza produzida nesse processo de internacionalização não diminuiu a vergonha da fome, da miséria, da indiferença, da guerra, da migração. As riquezas, concentradas nas mãos de poucos deixam a maioria da população à margem do acesso aos bens de consumo. Essa

mesma sociedade que viu consagrados avanços na legislação em torno da igualdade de direitos separa, discrimina, persegue, exclui, todos aqueles que não se enquadram no perfil delineado pela ditadura da economia. Época marcada também pela massificação da cultura. Vestuário, estética, vocabulário podem ser facilmente encontrados em países distantes, como se um fossem a extensão do outro e, por outro lado, crescem também as tendências de grupos que querem preservar suas raízes culturais. O estreitamento da comunicação mundial permite que nos apropriemos de realidades nunca antes imaginadas. Grupos se formam à distância e dividem os mesmos anseios de materializar uma vida plena. Alegramo-nos e solidarizamos-nos com acontecimentos que mudam a vida de pessoas que moram do outro lado do mundo, encharcamos-nos com um banho de culturas distintas, experienciamos o prazer de encontrarmos com as diferenças e com os diferentes.

Uma maneira simples de descrever a globalização é dizer que, cada vez mais, todos falam com todos. Não se trata apenas de que grandes contingentes de pessoas viajam por todo o planeta, quer temporariamente, como viajantes, ou permanentemente, como migrantes; há também um enorme aumento de conversa “virtual”, enquanto a imprensa e a mídia eletrônica difundem o conhecimento de culturas diferentes da sua própria (BERGER, 2017, p. 65).

A esse encontro com as diferenças é associada uma onda de reivindicações protagonizadas por minorias, que exigem seu lugar, na busca da garantia de direitos estabelecidos pelas legislações vigentes. Entendemos que a aproximação de grupos de resistência à massificação imposta na contemporaneidade fortalece ações de empoderamento por parte dos que antes foram invisibilizados por esse sistema. Há uma tendência crescente de assumir suas preferências, de tornar-se autor de sua história, de enfrentar o ônus e o bônus de suas escolhas, sem que essas sejam atreladas às escolhas de outros que, “com a melhor das intenções” definem o que é supostamente benéfico a todos.

Grosso modo, o reconhecimento das diferenças não deveria ser encarado com anormalidade, uma vez que a diversidade não é algo novo. Constituímo-nos, ao longo dos tempos, com nossas especificidades, com um jeito próprio de enxergar a vida e, por mais que haja um processo de negação por parte de alguns, a diferença é inerente ao ser humano. Não somos iguais!

As mudanças aceleradas, a convivência com as incontáveis lentes que enxergam o mundo de vários ângulos conduzem a humanidade a um processo de incertezas. O que antes era duradouro, hoje é rapidamente reformulado. Segundo Hall (2006, p. 25), “as transformações associadas à modernidade libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas.” Isto posto nos faz constatar que o mundo hodierno traz, indiscutivelmente, uma

série de desafios, uma vez que trata da construção histórica da pessoa e sua relação com as transformações as quais presenciamos, na maioria das vezes, atordoados.

O autor ainda afirma “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL 2006, p. 7). A essa constatação, associamos o desconforto de se perceber não mais como um ser de identidade única, mas de identidades híbridas. Desconforto esse causado pela instabilidade que a humanidade experimenta e pela necessidade de evocar outros olhares sobre as mais diversas formas de estar no mundo.

Nesse emaranhado de novas vivências, identificamos que a relação com o sagrado vem ganhando novos contornos resultantes do processo de transformação na sociedade moderna. A pluralidade de propostas religiosas que se configura como própria de uma sociedade plural tira a centralidade de religiões tradicionais, pluralizando as formas de pertença de fé. Deparamos-nos com a adesão a diversas expressões de fé, inclusive dentro de uma mesma família, desbancando a religião por herança. Dentro de um mesmo grupo familiar, podemos facilmente encontrar diferentes rostos: os que são membros de diversas Igrejas; os que têm uma relação com o Transcendente sem a intermediação de um templo religioso; os que não acreditam na existência de Deus, se debruçando sobre forças extraordinárias que compõem o universo e os que teoricamente não acreditam no sobrenatural. Como afirma Berger (2017, p. 52), “no mundo moderno o pluralismo se tornou onipresente. [...] a modernidade leva necessariamente ao pluralismo”.

Balbinot¹ em texto de apresentação do livro de I. P. Oro (2013, p. 9), afirma que “98% da população mundial tem alguma prática religiosa. Diversificam-se as formas e diminuem os fiéis de algumas Igrejas tradicionais, mas o fenômeno religioso é, inegavelmente, um dos sinais mais relevantes do início do século XXI.” Longe do declínio das religiões, vemos um crescimento de manifestações religiosas, o que torna essa seara em um campo fecundo de estudo. O aumento de expressões religiosas faz-nos crer que a religião é, sem dúvida, relevante para a minimização, ou até mesmo superação das contradições experimentadas no mundo secular. A particularidade do encontro com Deus é algo inalienável e que se configura como um dos poucos espaços de interiorização nesse tempo marcado pelo barulho e pela invasão de territórios pessoais. O projeto Divino se contrapõe ao mercado globalizado. É um projeto que agrega, que acolhe, que valoriza as individualidades, que se faz colo nos momentos de

¹ Rodinei Balbinot, diretor geral da rede Santa Paulina – Educação, assina a apresentação do livro de Ivo Pedro Oro, encontrado em: ORO, Ivo Pedro. **O fenômeno religioso: como entender**. São Paulo: Paulinas, 2013.

incertezas. A máxima “somos iguais diante de Deus”, alenta o coração dos rejeitados deste mundo. De acordo com Küng (2003, p. 142) “ na luta pelo humano, a religião consegue fundamentar, sem subterfúgios, aquilo que a política não consegue realizar”.

Na modernidade, se delineiam múltiplos olhares sobre a dinâmica religiosa, deixando para trás a ideia de uma única religião, detentora da salvação. É próprio desse século a construção de diversas espiritualidades que continuam a ser construídas seja pela insatisfação com a religião de origem, seja pela influência cultural que se acentua no processo de globalização, seja pela necessidade de assumir a liberdade de experimentar o Divino de maneiras pouco convencionais. O mundo religioso até então estático, vem sendo reordenado e reinventado independente das religiões que se firmaram ao longo da história da humanidade, anulando a ideia de ortodoxia predominante.

Esse fato, longe de ser encarado com naturalidade, haja vista o processo próprio de mudanças ao longo da história da humanidade, tem sido alvo de inúmeras atitudes de desconsideração às subjetividades religiosas. Tem crescido sobremaneira a onda de intolerância e fundamentalismos, sendo esses uma marca danosa à ideia de igualdade na diversidade. Somos capazes de conviver com uma tecnologia de ponta e incapazes de compreender as escolhas e experiências individuais.

Oro (2013, p. 76-77), afirma que “o pluralismo religioso atual fornece condições para que se esteja em contato com elementos culturais e religiosos de diversas origens e procedências. Dificilmente ocorre a vigência de uma única prática religiosa”. O transitório está cada vez mais transitório! Esse dado traz desconforto aos que se sustentaram nas bases do imutável. Independentemente daquilo que consideramos “normal”, o processo de mundialização veio acompanhado da diminuição das fronteiras e da transgressão da ordem vigente, que impunha um jeito único, ou uma identidade fixa. Decorre da insegurança do transitório o despreparo de diversos segmentos em conviver com uma diversidade de comportamentos que se encontram pautados nas mais diversas formas de compreender o mundo.

Entendemos que a chave hermenêutica desse fenômeno não está centrada no abandono das mais diversas tradições experienciadas na caminhada da humanidade, mas carece de uma reinterpretção dessas transformações. Para que isso ocorra, urge a compreensão da peculiaridade dessa mudança de época e a tomada de decisões frente aos desafios que estão postos, sobretudo na caminhada religiosa. A reação à pluralidade de manifestações do sagrado, crescente na atualidade, vem se configurando como uma afronta ao processo de liberdade do

sujeito. Acreditar que há apenas uma via de demonstração de fé, no atual contexto, fere a autonomia outorgada ao ser humano, o seu livre arbítrio.

Ao mesmo tempo em que diminuem as distâncias, contraditoriamente, persistem as demonstrações de descaso com quem vive uma experiência de fé diferente das expressões hegemônicas. Porém constatamos também, o crescimento de apelos à abertura ao diferente. Há na sociedade hodierna, inúmeras vezes que se levantam contra toda forma de intolerância, apontando o diálogo como, senão, uma forma de superação dos muros que se ergueram ao longo do caminho, mas uma alternativa outra de minimizar as distâncias. Isso se traduz na expressão recorrente utilizada pelo Papa Francisco (atual representante da Igreja Católica Apostólica Romana) “construir pontes”. Há quem veja no diálogo um risco à manutenção de sua crença, pelo contrário, compreendemos que o diálogo pode fortalecê-la, à medida que é realizado não sob a negação do credo, mas pela beleza da complementariedade que a expressão de fé do outro pode nos trazer, enriquecendo as experiências individuais.

Entendemos, portanto, que um dos grandes desafios enfrentados pela sociedade moderna é a busca da convivência com esse diferente apresentado no atual cenário. Como afirma Ribeiro (2014, p. 8) “Situar-se diante de realidades plurais é algo existencialmente desconcertante!” Para muitos, talvez fosse mais confortável conviver em um espaço onde todos enxergam pela mesma lente². Mas a realidade circunscrita é bem diferente. Os múltiplos olhares existem independentemente da nossa pretensa autorização.

² Embora pareça óbvio que as diferenças são inerentes ao ser humano, constituiu-se uma visão de que há uma única forma de estar no mundo, aquela que respeita os padrões estabelecidos por uma minoria. Desbancar essa “verdade”, confronta o homem com a insegurança, fazendo-o sair da zona de conforto.

1.3 O encontro com as diferenças em uma sociedade de conflitos.

[...] cada língua é um mundo[...]cada cultura é uma galáxia com seus próprios critérios de bondade, beleza e verdade. (Raimón Panikkar)

Ao que parece, as características da modernidade, fruto do mundo globalizado, não foram suficientes para atender aos anseios humanos em sua totalidade. A busca desenfreada pela supremacia do lucro deixou lacunas no desejo de felicidade que não se sustenta nas relações cotidianas nem no usufruto dos bens de consumo, aos quais se vincula no sistema capitalista. O sagrado aparece, nesse contexto de indiferenças, como uma alternativa de promoção da dignidade humana, já que via de regra, o campo espiritual é acessível a todos, haja vista que a ligação com espiritualidade é algo singular, podendo ser experimentada em uma linha direta com o Divino.

De acordo com Magalhães (2008, p. 23), “Talvez o projeto inacabado da modernidade tenha justamente na religião seu maior embate e derrota.” O campo religioso, em sua tessitura, acompanhou o homem ao longo dos tempos, possibilitando-lhe a aproximação com o Imanente e o Transcendente. Construindo uma forma própria de salvaguardar esse relacionamento íntimo com Deus, a religiosidade se configurou também como elemento de resistência, a exemplo dos escravos, que usaram da perspicácia para continuar prestando seus cultos e neles se abasteciam para suportar o açoite.

Apesar dos efeitos destrutivos que o tráfico e o sistema escravista imprimiram nos costumes africanos, a memória coletiva negra conseguiu encarnar-se no solo brasileiro. Preserva-se desta forma o culto de grande parte dos deuses africanos, ao mesmo tempo em que reinterpreta determinadas práticas e costumes (ORTIZ, 1988, p. 21-22).

Desse modo, com o fortalecimento das religiões se contrapondo aos ideários da mundialização, assistimos ao crescimento da multiplicidade de mitos e ritos, reforçando a espiritualidade como o que há de mais íntimo, mais peculiar. Multiplicam-se as correntes interpretativas que acabam por ser objeto de estudo das Ciências da Religião. Incluímos nas diversas expressões de fé também os sem religião, que muitas vezes transitam de uma religião a outra, sem assumir uma identidade religiosa fixa.

Ainda há na configuração do mapa da fé no tesaqueles que se declaram sem religião, isto oficialmente, pois pesquisas revelam que as pessoas que se declaram sem religião, não são, necessariamente, ateias ou agnósticas, mas muitas são, assumidamente, peregrinas das religiões, isto é, fazem incursões várias entre as ofertas religiosas, sem, no entanto, assumirem nenhuma filiação religiosa específica (PORTELLA, 2008, p. 134).

Entendemos que a religião é uma construção cultural. A humanidade se sustenta nas tradições alicerçadas ao logo de sua relação com os pares e na contínua transformação que é própria da dinâmica da vida. Greschat (2005, p. 25), afirma que a manifestação comunitária das religiões “pode ser entendida como a demarcação de fronteiras que determina o que lhe pertence e o que não lhe pertence.

Nesse sentido, quanto mais plurais são as inserções culturais, mais plural será a dinâmica da relação com o mundo espiritual. Segundo Greschat (2005, p. 27), “o equilíbrio entre passado e presente, dado pela mudança, é importante e mantém vivas as religiões”. Presenciamos, portanto, uma reconfiguração do quadro demonstrativo das pertencas religiosas e vemos deslocadas ou pelo menos, arrefecidas, religiões que se firmaram na caminhada da humanidade como exclusivas e, portanto, como via única de marcha ao processo de salvação. A essa trajetória irreversível, não há outra alternativa senão a abertura aos praticantes de outras espiritualidades, já que essa subjetividade é testemunhada inclusive dentro de um mesmo grupo religioso. As incontáveis formas de expressão da vivência da fé precisam de um lugar, precisam partilhar espaços e serem visibilizadas, sob pena de acentuar os confrontos que desvirtuam a essência da religião, que é ser uma alternativa de encontro com o Absoluto, através do encontro com o outro.

Aos termos religiosidade e sagrado se associam várias imagens. Queremos aqui demarcar uma via de reflexão. Oro (2013) compreende que a religiosidade é a experiência pessoal de contato com o sagrado. A esse último, o autor atribui o seguinte sentido

É a única categoria presente em todas as religiões, ou seja, em cada religião existem algumas características do sagrado. É como uma energia, uma força, algo contagiante que está presente naquilo que se tem por sagrado. Quando algo é sagrado, transmite uma forma de energia, uma sensação especial. (ORO, 2013, p. 30)

Isso posto, cabe-nos entender que a relação com o sagrado não se configura como uma relação privada, a qual apenas alguns têm o privilégio de experimentar. Embora muitos grupos conservadores resistam a essa afirmativa, todas as religiões se firmam em uma experiência peculiar com a sacralidade.

Portella (2008), se referindo às contribuições dos estudos de Mircea Eliade((1907-1986), traz um conceito de sagrado que, embora não seja nosso objeto de estudo, ajuda-nos a entender as especificidades das expressões de fé. Ele afirma que “o sagrado, antes de ser um conceito ou criação humana, seria uma experiência, algo que acompanharia a sensibilidade humana” (PORTELLA, 2013, p. 62).

Conviver com o diferente torna-se, nesse milênio, uma condição indispensável à construção de vias de acolhimento, que poderão desenhar uma construção de espaços mais harmônicos, mais solidários e, por isso, menos propensos à violência. A desqualificação da pertença de fé sinaliza um etnocentrismo que, longe de ver seus dias contados, tem sido estimulado por diversos grupos que buscam preservar as tradições a todo custo. Esses grupos reverberam seu incômodo e transitam do mais “inofensivo” discurso nos templos, às práticas mais danosas. A essa questão somos interpelados a nos deixar conduzir pela ideia de complementariedade e não de falta. Situar o diferente como alguém que tem algo a dizer a partir de suas experiências, nos faz vê-lo com suas especificidades e não como uma ameaça à ordem.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), elaborada após a II Guerra Mundial, na tentativa de busca da paz no mundo, destaca, em seu artigo primeiro, que “Todas as pessoas nascem livres, com os mesmos direitos de dignidade. Todas as pessoas são imbuídas de razão e consciência e devem relacionar-se umas com as outras em espírito de irmandade”. Reforçando a ideia de liberdade religiosa, em seu artigo dezoito, ela ainda afirma que “Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, art.18, 1948).

Salvaguardada nesse documento, construído a muitas mãos, a liberdade de escolha, o texto aponta para uma perspectiva de convivência na qual cada pessoa seja respeitada independentemente da construção de sua individualidade. Segundo a Declaração, ainda no artigo dezoito, “este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a sua religião ou convicção só ou em comum, tanto em público como em particular, pelo ensino, as práticas, o culto e a realização dos ritos”.

Uma das justificativas para a redação desse texto se explicita no preâmbulo da Declaração:

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que todos gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum. (DUDH, 1948)³

A essa discussão, Küng (1993) acrescenta que, embora muitos não queiram, encontra-se aí tanto a liberdade de se ter uma religião, como a liberdade de não se abraçar nenhum credo. Isto posto somos obrigados a entender e conviver com as diferentes escolhas adotadas como estilo de vida de cada ser. Os direitos consolidados ao longo da história da humanidade, longe

³Texto retirado do preâmbulo da Declaração dos Direitos Humanos. Disponível em:<www.declaração1948.com.br>. Acesso em 15 de maio de 2018.

de serem descartados, precisam entrar na pauta do dia, alinhados com a perspectiva de construção de uma cultura de paz.

Trazemos, nesse sentido, o acolhimento à diferença como necessário e como demonstração de respeito à universalidade de direitos. Quando afrontamos esse direito, nos colocamos a serviço da intolerância que assola os mais diversos espaços na contemporaneidade.

Vivemos uma época de inúmeros conflitos de toda ordem. Dentre esses, o que talvez nos cause mais espanto é aquele sacramentado no campo religioso. É bem verdade que a religião cumpriu e cumpre um papel importante na história das civilizações. É bem verdade, porém, que esse campo também tem sido propulsor da violência em todos os níveis, pois se instalou, na concepção de muitos, que há uma superioridade entre as expressões de fé. As religiões hegemônicas veem como ameaça a sua supremacia esse crescente de identidades místicas, consequência da sociedade plural. A perda de fiéis tem sido encarada com preocupação pelos mais diversos líderes religiosos e cresce, portanto, a tentativa de anular as identidades de culto.

Há grupos que resistem a essa compreensão das diferenças, mas não são unanimidade. Crescem movimentos espalhados pelo mundo que levantam discussões pertinentes acerca desse fato, e veem nessa compreensão, a chave para costurarmos dias mais promissores em relação aos espaços comuns.

1.4 Em nome de Deus: motivações para a violência no campo religioso.

O que temos a ganhar viajando para a lua se não conseguimos atravessar o abismo que nos separa dos outros? Essa é a mais importante viagem de descoberta; sem ela, todas as outras são não apenas inúteis, mas desastrosas.
(Thomas Merton)

Uma das características da modernidade é, sem sombra de dúvidas, a diversidade de jeitos de estar no mundo, desenhada pela influência do entrelaçamento de culturas que vão se modificando ao longo dos tempos, seja pelo encurtamento das distâncias no mundo globalizado, seja pela convivência com migrações fruto das sociedades em guerra. Não é diferente no campo religioso, no qual assistimos ao surgimento de tantas novas formas de relacionamento com o sagrado, deixando de lado a pretensa unificação das crenças.

Com essa nova configuração, própria da modernidade e se contrapondo a ela, persistem os fundamentalismos motivados pela intolerância em conceber outras caminhadas de fé. Infelizmente presenciamos grupos que, avessos à liberdade de escolha, desqualificam as pertencas religiosas e incorporam atitudes diversas que transitam entre olhares furiosos chegando, em muitos casos, à morte, tudo em “nome de Deus”. Distancia-se assim de um Deus que se preocupa, desde os tempos antigos, com a humanidade, e envia profetas para apresentar ao povo o seu projeto de salvação, a habitação comum na terra onde corre “leite e mel”. Exclui-se a mensagem de Jesus Cristo que, na encarnação, não se cansava de afirmar: “que eles sejam um” (Jo. 17, 21).

Bingemer (2010), afirma que:

É inevitável a constatação de que a violência atravessa toda a história da humanidade, desde a Antiguidade, chegando até nossos dias, e apresenta um rosto multifacetado, onde cabem os jogos do circo romano, a tortura, passando pelo genocídio, o terrorismo, o infanticídio e outras variadas formas (BINGEMER, 2010, p. 36).

É necessário situarmos as atitudes fundamentalistas como fruto da irracionalidade que vai na contramão de uma proposta humanitária avessa a qualquer tipo de violência, em qualquer circunstância, salvaguardando o direito de liberdade de escolhas, inclusive religiosa. Zacharias (2017, p. 8)⁴ afirma que todos os fundamentalismos, sejam eles socioculturais, bíblico-teológicos ou ético-morais, se caracterizam pela “rigidez hermenêutica, quando não são anti-hermenêuticos ou vivem a despeito da hermenêutica”. Em relação aos aspectos bíblico-

⁴ Apresentação contida em: MILLEN, Maria Inez; ZACHARIAS, Ronaldo. **Fundamentalismo: desafios à ética teológica**. Aparecida, São Paulo: Editora Santuário, 2017.

teológicos, é sabido que a história das religiões está repleta de atitudes radicais de cunho fundamentalista. Foram inúmeras guerras, cujo sangue derramado tinha como justificativa a objeção a atitudes que “feriam” a santa doutrina.

O termo fundamentalismo, aparece-nos no século passado, surgindo nos Estados Unidos quando alguns crentes protestantes, se contrapõem a uma corrente liberal, que incorpora ao seu discurso, ideias mais atreladas à modernidade, inclusive adotando uma leitura histórico-crítica do Livro Sagrado. A esse posicionamento, que se apresenta contrário à ideia de uma hermenêutica literal da Bíblia, crescem movimentos claramente antagônicos, no seio de uma mesma corrente religiosa, o mesmo acontecendo no âmbito católico romano, quando da tentativa de preservar a infalibilidade do magistério, em meio aos ares da modernidade.

O 11 de setembro⁵ fez o mundo acender um alerta em torno do extremismo, deixando todos os continentes atordoados e inseguros diante do crescente número de atitudes no mínimo, lamentáveis. Disseminou-se então, com maior ênfase, uma associação do monoteísmo Islâmico, aos atos sangrentos em nome da religião verdadeira. Criou-se uma desconfiança em relação às religiões monoteístas. Bingemer(2010), aponta que, com a intercorrência no *Word Trade Center*, desenvolveu-se o equívoco de que as religiões politeístas e os ateístas, são pacíficos se contrapondo às religiões monoteístas que seriam o berço da violência. Na verdade, entendemos que a crença ou não em um único Deus não é determinante das ações contrárias à paz. Cada vez mais, o fundamentalismo religioso é pulverizado em diversos segmentos, por grupos incapazes de aceitar que exista no outro uma construção peculiar de relacionamento com o sagrado. Situamos, então, nesse milênio, a marca mais profunda de intolerância e tentativa de supremacia de um grupo religioso em detrimento de outro. Lembremos que a modernidade é marcada pela pluralidade de jeitos de manifestar as crenças, pelo reconhecimento das subjetividades e por isso, pelo crescente aparecimento de novas hermenêuticas, causando reverberação de ódio em muitos.

Segundo Teixeira (2014):

[...] a grande abrangência da pluralização e sua disseminação incontrolada provocam desorientação em muitas pessoas e comunidades, que sentem perder o chão firme da tradição, que lhes proporcionava firmeza e segurança. Em razão da condição de incerteza permanente provocada pelos ventos plurais que desestabilizam o mundo autoevidente das crenças e convicções, muitos tendem a buscar o seu apoio nos projetos restauradores de sentido, que

⁵ Em 11 de setembro, de 2001, às 9 horas, aconteceu, em Nova York, um atentado às torres gêmeas do Word Trade Center e ao Pentágono. Os aviões lançados nesses lugares, foram sequestrados por integrantes da organização terrorista islâmica Al Qaeda, matando cerca de 3 mil pessoas. A partir desse fato, presidente George W. Bush aprovou, o USA Patriot Act (Lei Patriota), que permitia ao governo, entre outras coisas, invadir casas, espionar cidadãos, interrogar suspeitos (inclusive com tortura) sem precisar pedir autorização judicial ou respeitar o direito à defesa e julgamento.

convocam com vigor os absolutismos encrustados no mundo das contradições (TEIXEIRA, 2014, p. 103).

Nesse sentido, ousaríamos constatar que os fundamentalismos, sobretudo o religioso, partem da insegurança de grupos que veem a pluralidade como ameaça a sua pretensa constância, a sua pretensa ideia de imutabilidade. Ele surge nas sociedades que buscam construir um projeto de inclusão e que reconhecem que as diferenças são próprias da construção do sujeito. Em um projeto no qual cabem todos, fatalmente, a hegemonia de alguns será abalada. Nesse projeto, não tem espaço para a linearidade das relações.

Pace (2017, p. 16), afirma que os fundamentalistas “sonham com uma comunidade de puros e iguais, uma comunidade santa com um povo fiel em torno do príncipe absoluto”. Afirmação preocupante, haja vista que, na prática, em uma sociedade multifacetada, a multiplicidade de trilhas a serem seguidas é um fato. Pensar por uma única via, anulando todas as outras perspectivas, configura-se em um atentado à liberdade de culto, que caracteriza um estado laico. Contraditório constatar que Deus, o autor da vida, vem sendo usado como justificativa para exterminar o diferente. Acentuam-se atentados a grupos, a templos, num massacre sem precedentes. O cenário atual é sem sombra de dúvidas, desafiador, para os que nutrem a utopia da paz entre os povos. Decerto crescem também movimentos religiosos de resgate da compaixão, da solidariedade, imbuídos pelo entendimento das mensagens difundidas por seus mestres, seus mentores, encarnadas no seio das comunidades. É nesse cenário que o campo religioso vem se configurando como campo fértil de atuação dos que idealizam um mundo onde seja possível a administração de conflitos, pelo menos, no que diz respeito às religiosidades.

No Brasil, nos últimos anos, vem sendo intensificados atos que comprovam o aumento de pessoas que, em nome da fé, cometem atrocidades. Todos os segmentos religiosos são alvo de vandalismos em seu território sagrado, perseguições aos símbolos de sua fé e ataques constantes, inclusive por representantes das políticas públicas. Não são poucos os episódios protagonizados por líderes religiosos que, atuando como representantes políticos, instigam os fiéis a uma prática discriminatória e ameaçadora.

De acordo com Melo (2017):

[...] a angústia, o sofrimento e a insegurança que caracterizam nossas sociedades atuais nos fazem pensar na situação de tantos judeus, pessoas homossexuais, ciganos e outros “inimigos” do Nazismo que com crueldade sofreram e morreram aprisionados em campos de concentração (MELO, 2017, p. 128).

É com preocupação que vemos ações truculentas do passado fazerem parte da contemporaneidade, como se retrocedêssemos à história amarga construída sob a égide da indiferença e do desrespeito à alteridade que, segundo Melo (2017), remete à palavra diálogo. A abertura ao que pensa diferente, deixando-se conduzir pela beleza da convivência com os desiguais, tem sido uma busca incessante nesse século. São diversas as contribuições de estudiosos que se debruçam sobre a questão, trazendo algumas luzes que poderão clarear a obscuridade da negação do outro e de sua constituição peculiar. Melo (2017) traz a ideia de Emanuel Lévinas que propõe uma ética da responsabilidade, fruto de reflexões a partir de suas vivências como judeu, preso e exilado no período da II guerra mundial. Uma “responsabilidade incondicional pelo outro”, colocando-se lado a lado na caminhada, aprendendo e ensinado a partir de uma convivência acolhedora das diferenças.

Melo (2017, p. 129), ainda citando Lévinas, aponta que “a saída para esta crise ética não pode ser encontrada na filosofia ocidental, pois a crise é seu fruto, sua grande consequência”. Lévinas (apud MELO, 2017) propõe a necessidade de vencermos o egoísmo ocidental, para descobrirmos o rosto do outro. Segundo ele, se faz necessário uma volta à Bíblia tanto do judaísmo quanto do cristianismo e vencer a filosofia da mesmice para chegar à alteridade, à justiça social.

O rosto do outro me interpela, causa em mim uma anarquia. Faz com que eu não seja mais princípio. Mostra que há algo anterior a mim; abre uma relação de alteridade. O outro não permite que eu volte a mim mesmo, ele me remete a algo que está além e aquém de mim. O outro, que não pode ser representado, nem possuído, apresenta-se como ruptura da mesmice; é sempre outro. O que me realiza não é servir-me do outro, objetivá-lo, violentá-lo, mas servi-lo, fazer-lhe bem, protegê-lo (MELO, 2017, p. 130).

Isso nos faz pensar nas características que povoam o imaginário de alguns fiéis sobre o Deus que seguem. A hermenêutica rígida dos livros sagrados coloca em cheque a ideia de um Deus acolhedor, próximo às angustias do seu povo. É em nome de Deus, interpretado sob o olhar puramente doutrinal, que os mais “santos” corações enxergam na anulação do outro, a saída para a perpetuação e unificação das crenças.

No Brasil, a Constituição Federal estabelece no seu artigo 5º, inciso VI, que a liberdade de consciência e de crença é inviolável, assegurando a todos o livre exercício de cultos religiosos e tendo garantida a proteção aos seus locais de culto e às suas liturgias.

Mesmo com a garantia do direito constitucional à liberdade de credo, sabemos que o nosso país tem sido palco de diversos crimes contra grupos religiosos, principalmente os de matrizes africanas. Motivados pelo falecimento da Iyalorixá Mãe Gilda, do terreiro de Axé

Abassá de Ogum, na Bahia, foi instituído pela Lei nº 11 637, de 27 de dezembro de 2007, o dia 21 de janeiro, como o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. A sacerdotisa foi acusada de charlatanismo, sua casa atacada e pessoas da comunidade foram agredidas. Ela faleceu no dia 21 de janeiro de 2000, vítima de infarto⁶.

Por esses e outros fatos, entendemos a urgência de buscarmos alternativas outras de encontro com ações que intensifiquem a não-violência, movimento contrário ao que assistimos na contemporaneidade. O grande desafio que se instala é o de enxergar, na pedagogia divina, um desejo de convergência entre os povos, em que a paz não seja apenas uma ideia, mas encontre chão nos diversos espaços de convivência.

⁶ Disponível em: < www.koinonia.org.br >. Acesso em 20 de maio de 2018.

1.5 Diálogo na perspectiva freiriana: contribuições para as Ciências da Religião.

Um acontecimento, um fato, um gesto, de amor ou de ódio, um poema, um livro, se acham sempre envolvidos em densas tramas, tocados por múltiplas razões de ser... (Paulo Freire)

As reflexões trazidas ao campo educacional por Paulo Freire traduzem em muito sua inserção nos conflitos vividos pela humanidade. Ele não se limitou ao campo educacional por entender que a educação libertadora não se satisfaz com uma análise intra sala de aula, pelo contrário, esse professor defendia a leitura crítica do mundo como um exercício salutar ao desmonte de um projeto de sociedade excludente, por isso violento.

Defensor incansável da categoria diálogo e transitando, pela sua experiência familiar, no campo religioso, Freire tem muito a contribuir com a discussão em pauta. Para discorrer sobre sua relação com a temática proposta, vale a pena se encontrar com uma breve biografia, situando-nos em relação ao seu lugar de fala.

Utilizaremos uma caracterização realizada pelo próprio autor em seu livro “Os cristãos e a libertação dos oprimidos” (1967), e a fim de salvaguardar a poética de sua tradução sobre si, optamos por ser fiel a sua escrita:

Eu nasci a 19 de setembro de 1921, no Recife, na Rua Encanamento no bairro de Casa Amarela. O meu pai Joaquim Temustocles Freire, oriundo do Rio Grande do Norte, oficial da polícia militar de Pernambuco, era espírita, embora não assistisse às reuniões, homem bom inteligente, capaz de amar. Minha mãe Edeltrudes Neves Freire, de Pernambuco, católica, era uma mulher terna, boa e justa. Ele falecido já há muito tempo, marcou-me para sempre. Ela ainda viva e paciente, sempre confiante em Deus e na sua bondade.

Com eles aprendi a dialogar, o que procuro fazer continuamente com o mundo, com os homens, com Deus, com a minha mulher, com meus filhos. Relativamente ao meu pai, pela fé religiosa da minha mãe, eu aprendi a respeitar as opções dos outros. Ainda me recordo hoje a ternura com que meu pai me escutou quando lhe dei a notícia de que ia fazer minha primeira comunhão. Eu tinha optado pela religião da minha mãe, mas tinha o seu apoio para realizar esta escolha. As mãos do meu pai não tinham sido feitas para bater nos seus filhos, mas sim para os ensinar a realizar.

Afetada pela crise econômica de 1929, a minha família foi habitar em Jaboatão onde parecia menos difícil sobreviver... Em Jaboatão perdi meu pai. Aí passei fome e compreendi a fome dos outros. Em Jaboatão, marcado pela dor e pelo sofrimento, sem desesperar, fiz-me homem, sendo ainda uma criança. Apenas com 10 anos de idade comecei a pensar que haviam coisas que iam bastante mal no mundo dos homens. E apesar de criança, comecei a interrogar-me acerca do que fazer para sair dessa situação (FREIRE, 1978, p. 6).

E seu texto autobiográfico discorre pela sua profissionalização, como professor de Português e assumindo alguns cargos de liderança que o fizeram, como ele próprio diz “retomar

o diálogo com o povo”. Freire foi um dos fundadores do Movimento de Cultura Popular do Recife, em 1961, onde iniciaria suas experiências na criação de um método de alfabetização para adultos. Essa inserção lhe rendeu retaliações das mais diversas durante a ditadura militar, já que sua proposta de libertação, ia de encontro ao projeto de sociedade desencadeado com o golpe de 1964.

Sua militância em torno do diálogo e da compreensão da alteridade o fez afastar-se da Igreja da qual participou por um período, pois, segundo Freire (1978, p. 7), “não podia compreender a pregação dos padres nos seus sermões de domingo”. Entretanto, nossa aproximação da pedagogia freiriana se dará em torno da sua contribuição conceitual da categoria à qual dedicamos essa pesquisa.

Para Freire (1978, p. 25), na relação com o outro, é imprescindível não negarmos “a singularidade da nossa existência, porém, isso não significa que a minha existência pessoal tenha um significado absoluto em si mesma, isolada de outras existências”. Isso posto, reafirmamos a necessidade de compreendermos que o outro não é uma extensão de nós mesmos, já que cada existência uma caminhada própria e uma construção identitária própria dessa construção. A ideia do individualismo não se firma em uma corrente que privilegia a existência social e histórica. Está pautada numa concepção burguesa que instiga a competitividade e, por isso o “salve-se quem puder”.

A fim de compreender o lugar existencial do outro, uma das vias é, sem dúvida, o diálogo. Freire (1967), na sua práxis educacional, acreditava, e por isso difundia, que a educação deveria se basear num método ativo, dialogal e crítico. Nesse sentido, para ele, o diálogo dá-se numa relação horizontal, expurgando-se assim a superioridade de uns sobre os outros, o que impediria sobremaneira a sua concretização.

Só se consegue dialogar com aquele que acredita no outro, que respeita as individualidades, que não se sente ameaçado por quem pensa diferente. Essa premissa é condição indispensável para a efetivação de uma prática dialógica. O exercício da humildade intelectual tem aqui seu lugar de destaque... ao nos despojarmos dos julgamentos sentenciosos, abriremos um canal viável de comunicação em torno daquilo que nos é comum. Segundo o autor, a capacidade de diálogo entre iguais e diferentes se dá de uma forma mais plena do que entre os antagonistas. Antagonismo aqui considerado como aversão a quem está do outro lado, impedindo que a comunicação se estabeleça de forma satisfatória. Freire (1967) afirma categoricamente que o diálogo é indispensável na construção dos caminhos, pois ele favorece a imersão em um mundo que não é o nosso, mas não menos importante. As mudanças próprias do mundo moderno nos desafiam a criarmos mecanismos de flexibilização na relação com o

outro, na preparação do nosso ouvir a história de construção do outro. É um processo constante de adaptação às formas de estar no mundo e que exigirão do homem contemporâneo abertura à criação, recriação e decisão de convivência harmônica que levem em consideração tais mudanças.

E o fará melhor, toda vez que, integrando-se ao espírito delas, se aproprie de seus temas fundamentais, reconheça as suas tarefas concretas. Uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno, está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir (FREIRE, 1967, p.43).

Outorgar a outrem nossa capacidade de decisão faz parte de um projeto social que anula a capacidade de uma maioria, em detrimento das decisões de um grupo que se coloca como soberano e que investe em uma relação vertical, passiva e desumana. São inúmeras as tendências a não dar voz aos desiguais sob pretexto de coibir um possível conflito, quando, na verdade, se pretende empregar a pedagogia do silêncio e da acomodação. Segundo Freire (1967, p.43), “as tarefas de seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a ele apresentadas por uma “elite” que as interpreta e lhas entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida” e segue “já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto. Coisifica-se”.

Baseados na leitura de Freire (1967), compreendemos a necessidade de uma construção de atitudes críticas, único modo de defender o homem da acomodação que o faz receptor das ideias disseminadas por pessoas que se distanciam do seu jeito de viver, mas se acham no direito de traçar seu caminho. Nesse sentido, em relação à religião, Freire (1967, p. 40) defende que “a Religião — *religare* — que encarna este sentido transcendental das relações do homem, jamais deva ser um instrumento de sua alienação”.

Não se trata de, em uma ação dialógica, convencer o outro a compreender sob nosso olhar, o que feriria a concepção de diálogo que acreditamos. Nem se trata também de anularmos nossa crença, se assim fosse, seria uma ação de submissão a que não se enquadra nossa perspectiva de diálogo. A essa questão, Freire (1967) esclarece que:

Nas minhas relações com os outros, que não fizeram necessariamente as mesmas opções que fiz, no nível da política, da ética, da estética, da pedagogia, nem posso partir de que vejo "conquistá-los", não importa a que custo, nem tampouco temo que pretendam "conquistar-me". É no respeito às diferenças entre mim e eles ou elas, na coerência entre o que faço e o que digo, que me encontro com eles ou com elas (FREIRE, 1967, p.85).

A segurança da qual nos propomos imbuir ao analisarmos algum aspecto contrário à nossa crença, é aquela fruto da nossa incompletude. Ao assumir que não somos detentores do saber nos permitimos sermos preenchidos com o outro que não necessariamente é uma ameaça,

mas antes disso, nos completa. Na sua experiência como professor, Freire deixa isso muito claro, quando afirma que a segurança em discutir um fato com seus alunos, não se alicerça no engodo de achar que sabe tudo, ao contrário, a segurança repousa na convicção da inconclusão; não sabemos tudo, não ignoramos tudo. Como ele mesmo afirma:

Me sinto seguro porque não há razão para me envergonhar por desconhecer algo. Testemunhar a abertura aos outros, a disponibilidade curiosa à vida, a seus desafios, são saberes necessários à prática educativa. Viver a abertura respeitosa aos outros e, de quando em vez, de acordo com o momento, tomar a própria prática de abertura ao outro como objetivo da reflexão crítica deveria fazer parte da aventura docente. (FREIRE, 1997, p. 108)

O exercício da abertura ao companheiro de caminhada, embora esses caminhem por estradas distintas, está centrado na ideia de incompletude e pela consciência dessa incompletude. Ao entendermos que as diversas experiências podem aproximar os distantes, descobriremos a “boniteza” do diálogo. Freire (1997, p. 107), afirma que “o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura, com seu gesto, a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História”. Nutrir, portanto, a esperança de disseminação da cultura do encontro é tarefa salutar aos que acreditam em possibilidades outras de salvaguardar as relações, independentemente das crenças com que cada um se identifica.

Freire (1997) nos alerta sobre o perigo do antidiálogo, considerando-o como “desamoroso”, haja vista que intrinsecamente se fecha ao diferente. Para ele:

Não é humildade. É desesperançoso. Arrogante. Auto-suficiente. No antidiálogo quebra-se aquela relação de “simpatia” entre seus pólos, que caracteriza o diálogo. Por tudo isso, o antidiálogo não comunica (FREIRE, 1997, p. 108).

Para vencer o desamor próprio do antidiálogo, o autor aponta a necessidade de abraçarmos uma pedagogia da comunicação. Aquela comunicação horizontal à qual nos referimos anteriormente. Uma comunicação que impescinde a escuta amorosa, atenta, despretensiosa e libertadora. Uma comunicação que respeita as singularidades, que não agride e por isso, que contribui com a cultura de paz. Como o autor afirma:

O diálogo tem significação não apenas com sua identidade, mas a defendem e assim crescem um com o outro. Diálogo, por isso mesmo, não nivela, não reduz um ao outro. Nem é favor que um faz ao outro. Nem é tática manhosa, envolvente, que um usa para confundir o outro. Implica, ao contrário, um respeito fundamental dos sujeitos nele engajados, que o autoritarismo rompe ou não permite que se constitua (FREIRE 1997, p. 60).

O diálogo é, portanto, uma das alternativas das mais eficazes na concretização de uma cultura de não-violência. Que ele seja fomentado e difundido como salutar na sociedade contemporânea, na qual se espalham discursos de ódio e de perseguição aos que pensam de uma maneira própria.

1.6 Caminho do diálogo entre as religiões.

*Portas antiga, abri-vos de par em par,
E deixai entrar quem vai chegar,
Todos os muros e cercas se escancarem,
Assim, quem vai chegar poderá passar.*
Marcelo Barros

No panorama mundial, acompanhamos a crescente proliferação de religiões, contrariando a ideia de universalização de uma crença. A busca pela presença divina vem se intensificando, o que se contrapõe à ideia de muitos que a modernidade tem provocado a morte das religiões. A sociedade hodierna vem sofrendo um grande vazio existencial e que a relação com a espiritualidade pode se configurar como aliada do encontro consigo mesmo. Ao contrário do que se pensava, a modernidade abriu as portas para uma infinidade de jeitos de lidar com o campo espiritual e de pessoas que assumem publicamente seu jeito próprio de relacionamento com o sagrado. Encontramos, inclusive, uma recorrência de pessoas que transitam de uma religião a outra e se identificam com todas elas. Essa publicização vem servindo de encorajamento a muitos que, pressionados por grupos hegemônicos, não se sentiam à vontade para demonstrar sua inserção em outras dinâmicas religiosas. Com o empoderamento de grupos diversos, cresce também as manifestações controversas. Não se configuraria um problema, se as vozes contrárias não levassem a extremo o fato de as diferenças religiosas virem à tona de maneira tão intensa. Presenciamos grupos de diversas correntes religiosas desenvolverem atitudes fundamentalistas em relação à opção religiosa, contrariando a legislação vigente que enfatiza a garantia de liberdade de credo.

Nesse cenário de desqualificação da verdade dita por outrem, crescem os estudos sobre as possibilidades de construção de uma via de encontro, entre os que pensam diferente. Pensar em estratégias que façam convergir os religiosos para um ponto comum é um desafio imenso, porém salutar nesse século. Salutar, porque partimos do princípio de que a religião tem um lugar especial na história da humanidade e a vemos como propulsora de atitudes que se traduzam em melhoria de qualidade de vida. Uma qualidade de vida ameaçada por um sistema econômico excludente e desumano.

No futuro, a credibilidade de todas as religiões, também das pequenas, vai depender da sua capacidade de acentuar mais aquilo que as une e menos aquilo que as divide. A humanidade pode cada vez menos se dar ao luxo de ver as religiões incentivando guerras em vez de promover a paz, praticando fanatismo em vez de fomentar a reconciliação, comportando-se com superioridade em vez de incentivar o diálogo (KÜNG, 2003, p.10).

O fenômeno religioso é, portanto, um campo vasto de investigação e talvez o melhor caminho para a construção de uma sociedade mais justa, mais humana, mais solidária, já que ele perpassa por todos os outros setores da sociedade, inclusive pelos responsáveis por políticas públicas de enfrentamento às desigualdades. Salvar a ideia abraâmica de que Deus acompanhou e acompanha a história do seu povo, se solidarizando com suas dores e enviando profetas em sintonia com seu projeto de salvação seria uma via de encontro entre crentes e não crentes.

Levando em consideração a pluralidade de expressões de fé, o diálogo inter-religioso se torna ainda mais urgente. As discussões acerca do diálogo inter-religioso tornou-se pauta de discussão a partir da modernidade. A modernidade que trouxe consigo as mais diversas pertencas de fé teve e tem que cuidar das consequências dessa pluralidade religiosa. Vimos que essa multiplicidade de cosmovisões trouxe consigo incertezas, insegurança e necessidade de supremacia e até nostalgia por parte de muitos grupos afetados com esse cenário multiforme. A insatisfação se apresenta também multifacetada, transitando da indiferença até a eliminação de fato dos considerados “afastados”.

Impõe-se aqui discutirmos quais as bases desse diálogo. Algumas interpelações fatalmente vêm à tona pelos estudiosos desse caminho interfé. Traremos a seguir, por encontrarmos uma profunda identificação, três dos muitos questionamentos levantados por Küng(2003) e que fazem parte da trajetória dessa escrita.

Será que de tanta pluralidade a verdade não é relativizada? Será que a disposição ao diálogo não pode transformar-se facilmente em alibi para uma confortável falta de posição própria? É suficiente querer dialogar “sobre tudo” e “com todos”, sem ter um comprometimento, sem uma ligação mais firme, sem uma posição, sem praticar a firmeza de posição no próprio diálogo? (KÜNG, 2003, p. 151).

Algumas iniciativas foram pautadas nessa necessidade de diálogo entre religiões distintas, principalmente por serem elas que salvaguardam a sacralidade, o encontro com o Absoluto. O marco dessas iniciativas, é, sem dúvida o Parlamento Mundial da Religiões, que aconteceu pela primeira vez em 1893, nos Estados Unidos, na cidade de Chicago. Sua importância se dá, sobretudo, por ser o primeiro indicativo de fomentar o encontro com diversos credos. Em um dos discursos proferidos no evento, tivemos a seguinte afirmação: “Neste dia, o sol de uma nova era de paz e progresso religioso nasce sobre o mundo, dissipando as nuvens escuras da luta sectária.” Em 1993, celebrando o centenário do primeiro parlamento, reuniram-se novamente em Chicago, crentes de diversas religiões e, como resultado concreto desse segundo encontro, foi publicada a Declaração sobre ética global. Esse foi o primeiro documento

da história das religiões e seu esboço ficou sob a responsabilidade do teólogo Hans Küng, que consultou mais de 200 peritos de várias religiões.

O encontro contou com a participação de 6.500 pessoas, entre 28 de agosto e 4 de setembro de 1993. A declaração em pauta foi solenemente proclamada em 4 de setembro de 1993. Nesse documento, Küng (1993) compilava indícios de uma possível aproximação das religiões no que ele chamava “ética global”. Para justificar essa escolha ele faz a seguinte afirmação

Esse foi, sem dúvida alguma, um passo importante na perspectiva do diálogo entre as religiões, uma vez que apresenta uma alternativa para além do diagnóstico sobre a necessidade de aproximação de crentes de diversos segmentos religiosos e também não crentes. Küng (1993) teve a sensibilidade de respeitar as representações que ali estavam e recorreu à dinâmica de evitar afirmações que a priori seriam rejeitadas por uma das grandes religiões e, conseqüentemente, questões morais controversas (como aborto ou eutanásia) tiveram de ser excluídas.

No âmbito Católico Romano, aconteceu em 1962, o Concílio Ecumênico Vaticano II, conclamado pelo Papa João XXIII. A intenção do Concílio, segundo o pontífice, era de realizar uma releitura e reinterpretação do Evangelho para o mundo atual.

Aloísio Lorscheider (2003)⁷, sintetizou o Concílio em duas palavras-chave: *Aggiornamento*⁸ e diálogo. Segundo ele, esse acontecimento “quis ser um escutar, um ir ao encontro do outro, um abrir-se às justas exigências do mundo de hoje” (LORSCHIEDER, 2003, p.6). Ele ainda enfatiza que “Diálogo é o testemunho dado de uma convicção íntima de fé, com a disposição de ouvir o testemunho de fé do outro. Trata-se do anúncio do Evangelho. Trata-se de se sentar juntos e descobrir como entendemos o Evangelho hoje” (LORSCHIEDER, 2003, p.6).

De acordo com Teixeira (2004, p. 273) “essa sensibilidade de abertura foi essencial para a instauração de um clima de diálogo não só com o mundo moderno, mas também com as demais Igrejas (ecumenismo) e religiões não-cristãs (diálogo inter-religioso)”.

Como fruto do Concílio, é enfatizado por Teixeira (2004) que dez documentos abordam temas sobre outras tradições religiosas, com cerca de 34 referências. A Declaração Conciliar

⁷ Aloísio Cardeal Lorscheider, então Arcebispo de Aparecida, disponível em: BOMBONATTO, Vera; GONÇALVES, Paulo Sérgio. **Concílio Vaticano II: análise e prospectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004.

⁸ Sinônimo de atualização, renovação. Para a Igreja, um momento de rejuvenescimento.

*Nostra Aetate*⁹ (1965) de forma mais positiva sobre a Igreja e as religiões não-cristãs. O reconhecimento de que existe algo “verdadeiro e santo” nas outras religiões é, sem dúvida, um contributo significativo no acolhimento a outras pertenças religiosas.

A Igreja católica nada rejeita do que nessas religiões existe de verdadeiro e santo. Olha com sincero respeito esses modos de agir e viver, esses preceitos e doutrinas que, embora se afastem em muitos pontos daqueles que ela própria segue e propõe, todavia, reflectem não raramente um raio da verdade que ilumina todos os homens. No entanto, ela anuncia, e tem mesmo obrigação de anunciar incessantemente Cristo, «caminho, verdade e vida» (Jo. 14,6), em quem os homens encontram a plenitude da vida religiosa e no qual Deus reconciliou consigo todas as coisas (N A, .2).

Entendemos que, por se tratar de uma religião tão expressiva (Católica Apostólica Romana), o Concílio Vaticano II se configurou como um marco nas relações de diálogo da Igreja com o mundo. As novidades pastorais, embora não acolhidas em sua totalidade, trouxeram uma caminhada de possibilidades outras de encontro com os que creem de um jeito diferente.

Destacamos, nessa “caminhada do diálogo”, a Conferência Mundial das Religiões em Favor da Paz, que aconteceu em Kyoto, no ano de 1970. Como fruto do diálogo entre os líderes religiosos presentes, foram elencados sete pontos que indicam o respeito atribuído à pessoa.

1. Há uma unidade fundamental da família humana em igualdade e dignidade de todos os seus membros.
2. Cada ser humano é sagrado e intocável, especialmente, em sua consciência.
3. Toda comunidade humana representa um valor.
4. O poder não pode ser igualado ao direito. O poder jamais se basta a si mesmo, não é jamais absoluto e deve ser limitado pelo direito e pelo controle da comunidade.
5. A fé, o amor, a compaixão, o altruísmo, a força do espírito e a veracidade interior são, em última instância, muito superiores ao ódio, à inimizade e ao egoísmo.
6. Deve-se estar, por obrigação, do lado dos pobres e oprimidos e contra seus opressores.
7. Alimentamos profunda esperança de que no final a boa vontade triunfará. (Conferência mundial das religiões em favor da paz, Kyoto, 1970).

Vemos, nessa iniciativa, a possibilidade de cuidado comum com as relações, a partir da valorização de cada um, resgatando seu direito de ver salvaguardada sua condição de ser único, singular.

⁹ A *Nostra Aetate*, é uma declaração conciliar, de 1964, e trata da relação histórica judaico-cristã. A partir desse momento, ela será referendada com a sigla *NA*.

É uma verdadeira apologia ao respeito e à visibilização da pessoa, com suas peculiaridades. Chamamos a atenção para o sétimo ponto, que enfatiza a necessidade da esperança e da crença de que a boa vontade triunfará.

Na década de 80, outro acontecimento que vem a impulsionar ações acerca do diálogo inter-religioso é a Jornada Mundial de Oração Pela Paz, na cidade de Assis, por iniciativa do Papa João Paulo II. O ano de 1986 foi declarado pela Organização das Nações Unidas, o “Ano Internacional da Paz”. Nesse contexto, a Igreja Católica, representada pelo seu Pontífice, conclama líderes de diversas tradições religiosas a rezarem pela paz, escolhendo um lugar significativo para esse pleito, haja vista a biografia do filho de Assis, Francisco, religioso que tem uma história marcada, sobretudo, pela sua dedicação aos pobres. Na abertura da jornada, João Paulo II considera o encontro como “um sinal muito significativo do compromisso de todos pela causa da paz”. Essa jornada ocupa, até hoje, um lugar de destaque na tentativa de construir uma caminhada baseada no respeito da Igreja Católica, com outras crenças, sem contar que, dessa iniciativa que foi, sem dúvida, uma resposta ao Concílio Vaticano II, surgem muitas outras, espalhadas pelo mundo.

Presenciamos, porém, uma outra face dessa caminhada, constatada pelos abusos cometidos em nome de Deus, causada pelo recrudescimento de alguns que insistem em se contrapor à ideia do diálogo. Prova disso é que, no nosso país, foi criado o dia de combate à intolerância religiosa, que teve como motivação a morte de Mãe Gilda. Comprovadamente, nos deparamos com avanços e retrocessos, entendidos aqui como motivadores de uma caminhada rumo ao acolhimento e ao reconhecimento da alteridade.

Barros (2011), em relação ao diálogo inter-religioso na contemporaneidade, aponta que há dois tipos de iniciativa nesse campo: o promovido oficialmente por representantes de Igrejas, e os de iniciativa laical. No primeiro, há uma observância aos projetos das instituições que organizam o encontro. A sustentação teológica é a tradição subjacente à organização religiosa que o promove. Segundo o autor, nesses encontros “não é possível nenhum passo adiante do que cada grupo religioso considera dogma. Ninguém aceita colocar em questão o seu modo de pensar. Por isso, os encontros se restringem às boas relações e ao desejo de paz” (BARROS, 2011, p. 63),

Na segunda tentativa de diálogo entre as religiões, iniciativa de fóruns realizados por organizações leigas, ou grupos espiritualistas de tendência transreligiosa, M. Barros (2011) afirma que as pessoas se encontram como “procuradores da comunhão”, e não como líderes de religiões oficiais. Nesse panorama, os encontros tendem a ser livres e com menos preocupações dogmáticas. Nesse tipo de encontro, aponta Barros (2011, p. 65) que “os participantes

experimentam gestos e ritos muito expressivos e comoventes, como abraço da paz entre judeus e muçulmanos, ou celebrações nas quais uma mãe de santo abençoa um pastor evangélico.” Nesse modelo, de acordo com Barros (2011), a teologia que embasa esses encontros, aponta para uma religião cuja importância está centrada na espiritualidade que cada uma carrega, que vive e testemunha. O núcleo dessa tendência está na defesa de que “todas as tradições religiosas têm uma riqueza e mais que isso: na diversidade de sua linguagem ou de expressões culturais, todas, no plano mais profundo, propõem a mesma coisa, contém a mesma verdade. Simplesmente se equivalem...” (BARROS, 2011, p. 66).

As tendências relatadas brevemente nutrem a esperança de uma possibilidade real de sentarmos à mesa com diferentes grupos religiosos, seja para dialogar em torno da urgência da paz, seja para celebrar juntos, como iniciativa daqueles que buscam a coexistência.

1.6.1 Perspectivas acerca da pluralidade de religiões.

A constatação da pluralidade religiosa na modernidade vem desafiando crentes e não crentes preocupados com o bem comum a buscar alternativas de encontro entre as religiões, considerando a sua importância na história da humanidade. A diversidade de cosmovisões, embora seja um fato, encontra barreiras profundas que fazem emergir a intolerância. Atitudes de desqualificação da identidade religiosa de determinados grupos, muitas vezes, dentro de uma mesma religião, são alimentadas inclusive, por representantes legítimos de algumas instituições que veem ameaçada sua supremacia.

Segundo Vigil, esses

[...]são conflitos que não acontecem no ar, nem em um campo etéreo ou celestial de contenda entre essências ou identidades religiosas. Além de refletir a presença de valores religiosos superiores e autônomos, expressam os choques entre grupos humanos, por razões econômicas, sociais, culturais, de poder[...] (VIGIL, 2008, p. 145).

Desse modo, torna-se cada vez mais urgente o debruçar sobre a alteridade, na ânsia de construir um olhar outro sobre a dinâmica da fé, sobretudo em uma sociedade globalizada, por isso, multifacetada em todos os aspectos. A religião, enxertada na cultura, vem se apresentando como um desafio a mais para uma coexistência sadia, que traduza, na prática, os anseios de um Deus preocupado com seu povo, atento a todos e que envia mensageiros para semear a concórdia. Suess (2008, p. 95), afirma que “no pluralismo religioso e cultural, trata-se hoje, desde o nascimento da modernidade ocidental, não de uma onda, mas do reconhecimento de uma raiz”. As religiões, portanto, são vias de salvação para os seus crentes, tem suas cosmovisões que dão sentido às crenças.

O autor ainda afirma que:

Culturas e religiões tem uma normatividade interna. Nenhuma dessas culturas e religiões, porém, é, por princípio, normativa para outras culturas e religiões. Normativo é o divino que se encontra, segundo a fé de cada uma, nelas (SUESS, 2008, p. 95).

Entendemos que a mediação humana com o divino traz em sua essência, uma grande complexidade. Ao traduzir a linguagem de Deus aos seus adeptos, os princípios normativos são carregados de subjetividade, fruto da experiência religiosa que é singular. É um terreno perigoso julgar o “solo sagrado”, daqueles que creem de maneira diferente.

A religiosidade está voltando a ser buscada e respeitada, seu simbolismo tem uma verdade a comunicar sobre o sentido de tudo. Mas a experiência religiosa tem algo a aprender com a relatividade da nova ciência, no que respeita à consideração de outras camadas de vivência, de outras possibilidades de acesso à transcendência (ARAGÃO, 2018, p. 34).

No Pentateuco, livro sagrado de cristãos e judeus, Deus faz um pedido a Moisés no momento de sua aproximação: “Tira as sandálias dos teus pés, porque o lugar em que te encontras é uma terra santa” (Êxodo 3,4-5). Sem um compromisso mais profundo com a exegese bíblica, vemos, nessa citação, a humildade como imperativo no processo de aproximação com o Divino. Essa atitude só ganha força, quando experimentada na relação com o outro. O “solo sagrado” é singular. Traz uma beleza própria que só é compreendida por aquele que vive a experiência. Na história relacional entre a humanidade e a religiosidade, foram-se construindo linhas de pensamentos e ações acerca do fenômeno diálogo inter-religioso. Tendências foram se firmando e congregando adeptos que se aproximam de suas ideias. Não podemos apresentar a categoria diálogo sem esse passeio que iluminará nossa trajetória na busca de compreender as posições que se cercaram de justificativas para as possibilidades diversas de efetivação desse encontro entre as religiões.

Ao focarmos nossos olhares para o imperativo desse encontro entre cristãos e não-cristãos, faz-se necessário entendermos algumas discussões que permeiam esse universo. Teixeira (2012, p. 19) ressalta que o fenômeno da pluralidade religiosa “provoca a crise das “estruturas fechadas” e convoca a “sistemas abertos de conhecimento.” Ele aponta uma série de fatores que contribuíram para a emergência do diálogo entre as religiões.

[...]a comunicação e interdependência crescente entre vários povos e culturas; a consciência mais viva da pluralidade das religiões; a relação de proximidade inédita do cristianismo com outras religiões, favorecida pelo avanço das comunicações dos últimos tempos; o crescente dinamismo de certas tradições religiosas e seu poder de atração e inspiração no ocidente; a nova consciência e sensibilidade em face dos valores espirituais e humanos das outras tradições religiosas e a abertura de novos canais de conhecimento sobre elas; uma nova compreensão da atividade missionária, etc... (TEIXEIRA, 2012, p. 19).

Em meio às discussões que se seguem na contemporaneidade acerca do diálogo inter-religioso, encontramos defensores de algumas tendências que também foram emergindo, à medida que os estudos sobre a temática foram surgindo.

Entendendo que os fatos não são lineares, mas dialogam entre si, apresentaremos as tendências numa ordem não cronológica, mas que consideramos como avanço nas discussões, embora saibamos que a cada uma delas apresenta, durante seu processo de instauração, seus defensores e seus opositores.

1.6.2 O paradigma Exclusivista, Inclusivista e Pluralista.

O paradigma exclusivista é o mais tradicional de todos. Ele associa a salvação a partir e exclusivamente pela pertença à Igreja e ao conhecimento explícito de Jesus Cristo. Essa tendência, segundo Teixeira (2012, p.21) “encontra-se mais rarefeita, restringindo-se a grupos católicos mais conservadores e núcleos de fundamentalistas protestantes.”

No campo católico romano, essa tendência apoiou-se no axioma: *extra ecclesiam nulla salus* (fora da Igreja não há salvação). Segundo Dupuis(1999), essa afirmação recebeu, ao longo dos tempos, uma interpretação cada vez mais rígida. O autor afirma que “há uma evolução histórica do axioma – partindo de uma forma que, mesmo afirmando o papel da Igreja, não reivindicava a sua exclusividade, até a interpretação mais rígida, que exclui qualquer salvação fora dela” (DUPUIS, 1999, p. 124).

Dupuis(1999), aponta o nome de Santo Inácio de Antioquia, como suposta referência inicial a essa ideia.

Ele sublinha a exigência da unidade dentro da Igreja e da união com o bispo, como requisito para a união com Deus em Jesus Cristo. Concentrando sua atenção nos cismáticos, que rompem voluntariamente essa união, ele diz: “não se enganem, meus irmãos: quando alguém segue quem divide, não herda o reino de Deus”. Nesse primeiro caso, a razão para a exclusão da salvação é, claramente, a deliberada e condenável separação da Igreja (DUPUIS, 1999, p. 126).

Segundo Dupuis, Próspero de Aquitânia, seguidor de Agostinho, foi de encontro ao seu mestre, pois afirmava que Deus desejava, de alguma forma, a salvação a todos os seres humanos.

Próspero se afasta da concepção de Agostinho, destacando que Cristo não morreu apenas pelos fiéis, mas por todos, até mesmo pelos não-crentes e pelos pecadores. Sua solução para o caso dos que, como ele sabia, não tinham tido a oportunidade de ouvir a Boa Nova, era que, mesmo não tendo recebido a graça “especial” de ouvir o Evangelho, concedida livremente por Deus àqueles que ele escolhe, eles se tinham beneficiado, contudo, da ajuda “geral” que, antes de Cristo, sempre fora concedida a todas as pessoas, e mediante a qual, aparentemente, elas poderiam ser salvas (DUPUIS, 1999, p. 133).

No decorrer da história, além dos hereges e cismáticos, esse axioma também foi utilizado por alguns em referência aos judeus e aos pagãos, tendo como pano de fundo o reconhecimento do cristianismo como religião oficial do Império Romano em 380. Muitas outras discussões são produzidas no seio da Igreja Romana, porém sem encontrar unanimidade e ainda com várias interpretações.

Para Teixeira (2012), a descoberta do Novo Mundo, em 1492, aponta para uma nova perspectiva teológica quando se começa a refletir acerca da salvação dos membros de outras religiões. A partir desse acontecimento histórico, não seria mais viável a afirmação categórica do exclusivismo da salvação.

Papel destacado nesta reflexão coube aos teólogos dominicanos da Universidade de Salamanca e aos professores jesuítas do Colégio Romano. São teólogos que buscarão reconciliar a doutrina tomista tradicional com a nova situação criada com a descoberta do Novo Mundo (TEIXEIRA 2012, p. 23).

Ainda de acordo com Teixeira (2014), na contemporaneidade, o caminho mais partilhado tem identificação com o paradigma inclusivista. Segundo o autor, essa é uma perspectiva que admite a atribuição de valor positivo das religiões, sem, contudo, conferir-lhes uma autonomia salvífica, em razão da defesa da unicidade e universalidade da salvação em Jesus Cristo.

Moliner (2011) informa que a maioria dos críticos defende a possibilidade do diálogo inter-religioso pelos adeptos do inclusivismo. Esse paradigma não seria, desse modo, impedimento para que as religiões buscassem o diálogo, ao contrário, permitiriam sua promoção, embora se mantenha, nessa perspectiva, a compreensão de Jesus como único filho de Deus.

Partindo das religiões cristãs, o diálogo com outras denominações religiosas não deveria se configurar como um problema. Assim, afirma Knitter (2008, p. 62), “a primeira razão pela qual os cristãos devem estar abertos para reconhecer a presença reveladora de Deus em outrem é bastante evangélica – porque é o que diz a Bíblia”.

Knitter (2008), aponta que os Padres da Igreja - primeiros teólogos- reconheceram que “a capacidade e o desejo de Deus de exprimir-se não podem limitar-se aos círculos cristãos”(KNITTER, 2008, p. 63). Essa constatação vem ganhando espaço e propiciando uma abertura necessária para a efetivação de encontros entre líderes religiosos de diversos credos.

Por fim, encontramos também o paradigma pluralista, como outro caminho de abertura ao diálogo inter-religioso. Essa visão se baseia no pressuposto de que todas as tradições religiosas são “instâncias legítimas e autônomas de salvação, como religiões verdadeiras e não como um cristianismo diminuído” (TEIXEIRA, 2014, p. 228). Ela surge como uma proposta de diálogo para além do exclusivismo e do inclusivismo. É um modelo aberto a posições teológicas diferentes.

[...]para eles todas as religiões são iguais, manifestações equivalentes em seu valor salvífico e em sua verdade, pois a diversidade nasce unicamente dos

diferentes contextos culturais em que se tematiza e se concretiza a experiência do divino (QUEIRUGA, 2016 p. 19).

Essas tendências nos servem para compreender o percurso das discussões que vêm se firmando em relação ao diálogo inter-religioso. É certo que elas interferirão na disposição para sair de si e ir ao encontro de quem reza diferente. Diante de tal exposição nos perguntamos: quais então seriam as bases para a efetivação do diálogo entre as religiões?

À primeira vista, entendemos que o diálogo entre as religiões não estaria restrito à defesa de doutrinas. A centralidade do diálogo estaria ancorada na busca de elementos comuns a todas as religiões. Daí não poderíamos nos distanciar da realidade social na qual estamos inseridos. É urgente nos perguntarmos quais as situações de abandono que o homem encontra na atualidade e que o faz se distanciar da sua essência. Estamos diante de conflitos sociais de toda ordem, a injustiça tem sido propagada com grande força, principalmente no meio dos empobrecidos. Daí a necessidade de um diálogo intitulado por Knitter (apud MOLINER 2006), como “globalmente responsável”, ou seja, “um diálogo que reúna as comunidades religiosas do mundo a partir de um compromisso compartilhado pela paz construída sobre a justiça” (MOLINER, 2006, p. 15).

O mundo vislumbra sofrimento de toda ordem e as religiões não podem se calar diante de tais atrocidades. Tampouco é interessante que as religiões, em vez de tentar apagar o fogo, sejam coniventes com a onda de crueldade disseminada na sociedade atual. Nessa perspectiva, Knitter (2006) evidencia que

Se as religiões não de cooperar umas com outras numa responsabilidade global que promova a paz, primeiro teriam de fazer frente a causa fundamental de violência e tentar fazer algo – a grande quantidade de sofrimento em nosso mundo causada pela injustiça (KNITTER apud MOLINER, 2006, p. 16).

Vale ressaltar, a importância dos líderes religiosos nessa busca incessante de alívio ao sofrimento humano. A esses cabe o papel fundamental de conduzir aqueles a quem suas palavras chegam, a uma reflexão acerca da condição humana e a necessidade de buscar alternativas outras de cuidarmos uns dos outros, independentemente das nossas convicções de fé, ou outra peculiaridade.

CAPITULO II - DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NA VISÃO DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA.

Devo estar convencido de que meu próximo é sempre melhor do que eu, e por isso, digno do maior respeito (Diário da Alma – Papa João XXIII)

2.1. O Concílio Vaticano II: uma releitura e reinterpretação do Evangelho para nossos dias.

Em outubro de 1958, falecia o Papa Pio XII vitimado por uma enfermidade. Nesse mesmo mês, fruto de decisão do conclave, foi eleito o Cardeal Ângelo Roncalli, que adotou o nome de João XXIII. Dentre as decisões do pontífice, uma delas chamou a atenção do mundo repercutindo até os dias atuais: a realização do Concílio Vaticano II, que começou no dia 11 de outubro de 1962, terminando no dia 08 de dezembro de 1965. O Concílio inicia sob seu pontificado e termina no pontificado do Papa Paulo VI.

Diante dos desafios da modernidade, o pontífice, demonstrando sensibilidade apostólica, convoca em dezembro de 1961, através da Constituição Apostólica *Humanae Salutis*¹⁰, o Concílio que seria o divisor de águas da Igreja Católica Apostólica Romana, sobretudo pela intenção de contribuir com a solução de problemas próprios dessa sociedade. A esse respeito, na Constituição *HS*, o Bispo de Roma, afirma que

Diante deste duplo espetáculo: um mundo que revela um grave estado de indigência espiritual e a Igreja de Cristo, tão vibrante de vitalidade, nós, desde quando subimos ao supremo pontificado, não obstante nossa indignidade e por um desígnio da Providência, sentimos logo o urgente dever de conclamar os nossos filhos para dar à Igreja a possibilidade de contribuir mais eficazmente na solução dos problemas da idade moderna (*HS*, 7).

O Papa João XXIII, trouxe obrigações imensuráveis à Igreja, pois, diante da detecção dos avanços em vários campos, vislumbrava-se também uma reorganização da ordem prescindindo de Deus. “Estas dolorosas averiguações conclamam ao dever da vigilância e despertam o senso de responsabilidade”(HS, 4), afirmava o pontífice na sua convocação. Colocar a Igreja no centro dos acontecimentos era, para ele, salutar, haja vista a recomendação de Jesus de saber distinguir os “sinais dos tempos” (Mt 16,3).

Ao mesmo tempo em que ele constatara que, pelo progresso da ciência, era dada ao homem possibilidade de destruição, em contrapartida, aumentava o desejo de paz e de uma atenção especial aos valores do espírito. Afirmava o pontífice “Tudo isso facilitaria, sem dúvida, o apostolado da Igreja, pois muitos que ontem não percebiam a importância da sua

¹⁰ A partir daqui a Constituição *Humanae Salutis* virá com a abreviação *HS*.

missão, hoje, ensinados pela experiência, estão mais dispostos a acolher suas advertências” (HS,4).

A Igreja, segundo João XXIII, “embora não tendo uma finalidade diretamente terrestre, ela, contudo, não pode desinteressar-se, no seu caminho, dos problemas e trabalhos de cá de baixo” (HS,11). Decorre então sua defesa à elaboração da doutrina social da igreja, como sendo a presença viva da Igreja no mundo.

Daí a presença viva da Igreja, estendida, hoje, de direito e de fato, às organizações internacionais, e daí a elaboração da sua doutrina social referente à família, à escola, ao trabalho, à sociedade civil, e a todos os problemas conexos, que elevam a um altíssimo prestígio o seu magistério, como a voz mais autorizada, intérprete e propugnadora da ordem moral, reivindicadora dos direitos e dos deveres de todos os seres humanos e de todas as comunidades políticas (HS, 11).

O Concílio seria, portanto, um espaço de leitura da realidade, mas, sobretudo, com o desejo de irradiar esperança, principalmente aos que traziam no coração pensamentos de um eminente apocalipse. Sua defesa em relação ao Vaticano II estava longe de desmerecer os Concílios anteriores, pois afirmava que cada um deles se configurava como riqueza eclesial, dito pelo pontífice como “verdadeiras glórias para a Igreja”. Em seu discurso de abertura do Concílio, o Bispo de Roma, reforçava sua intenção para a realização desse acontecimento, salientando que esse seria um concílio pastoral, não se prendendo a discussão doutrinal.

Mas da renovada, serena e tranqüila adesão a todo o ensino da Igreja, na sua integridade e exatidão, como ainda brilha nas Atas Conciliares desde Trento até ao Vaticano I, o espírito cristão, católico e apostólico do mundo inteiro espera um progresso na penetração doutrinal e na formação das consciências; é necessário que esta doutrina certa e imutável, que deve ser fielmente respeitada, seja aprofundada e exposta de forma a responder às exigências do nosso tempo.¹¹

João XXIII, também nesse discurso¹², demonstrava sementes de abertura ao diálogo com os “filhos separados”, evocando a misericórdia e bondade, reforçando assim a condição de inserção da Igreja no mundo como “mãe amorosa de todos”.

Em 26 de setembro de 1963, na reabertura da sessão conciliar, já sob a liderança de Paulo VI, é por esse lembrado o discurso de João XXIII como uma “voz profética para o nosso século”. Ele reafirma a intenção pastoral do Concílio, ressaltando a necessidade de que a

¹¹ Discurso proferido pelo Papa João XXIII, na abertura do Concílio Vaticano II – Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em 10 de junho de 2018.

¹² Discurso proferido pelo Papa João XXIII, na abertura do Concílio Vaticano II – Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em 10 de junho de 2018.

doutrina como “palavra geradora de vida e ação”, assimilando o espírito conciliar pretendido pelo seu predecessor.

O Papa recorre a três questionamentos, para ele simplíssimos, que levavam a uma só resposta, reafirmando o compromisso dos que ali estavam como seguidores de Cristo. “Donde parte o nosso caminho, irmãos? Qual é o caminho que desejamos percorrer, se atendemos mais às normas divinas a que devemos obedecer, que às indicações práticas até agora acordadas? E que fim, Irmãos, propor ao nosso itinerário?”¹³

A resposta, segundo ele, deveria ser proclamada por todos os que ali estavam com o compromisso de anunciar ao mundo: “Cristo! Cristo nosso princípio; Cristo nossa vida e nosso guia; Cristo nossa esperança e nosso fim”.¹⁴

Paulo VI dava pistas de um rumo conciliar também vislumbrando o diálogo entre as religiões. Uma vez que a Igreja se propunha a olhar para mais longe, fruto de sua experiência com Deus Pai, que não limita seu amor e que “faz chover as suas graças sobre todos e que tanto amou o mundo que lhe deu o seu Filho unigênito”.¹⁵ Ele ainda afirma que a Igreja

Olha, portando, para além da sua própria esfera; e vê essas outras religiões que, conservando o sentido e o conceito de Deus – único, criador, providente, sumo e transcendente – Lhes prestam o culto com actos de sincera piedade e fundamentam nessas crenças e práticas os princípios da vida moral e social.¹⁶

Na atualidade, o Vaticano II continua sendo um acontecimento que marcou profundamente a relação da Igreja com a sociedade moderna. Um grupo de teólogos, em razão dos cinquenta anos do Concílio Vaticano II, em 2017, se reuniu para fazer memória desse acontecimento. Eles afirmam que:

Passados 50 anos, o Vaticano II continua a inspirar a vida da Igreja, para além dos quadros que o receberam. A marca do Vaticano II sobre o presente e o futuro da fé não é somente uma evidência e um automatismo; mais que isso, é um dever e uma responsabilidade. Assumir essa responsabilidade significa evitar uma espécie de esclerose ou de esterilidade do Concílio, que faria dele uma bela coleção de textos conservados num museu. Só assim se pode continuar a receber a verdade que está contida nos seus próprios textos e que remete à verdade autorrevelada por Deus em Jesus Cristo.¹⁷

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Discurso proferido pelo Papa Paulo VI, na abertura da 2ª sessão do Concílio Vaticano II – Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em 10 de junho de 2018.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ LAMBERIGTS, Mathijs; OLIVEIRA, Pedro Rubens *et al.* **50 anos após o Concílio Vaticano II**: Teólogos do mundo inteiro deliberam. São Paulo: Paulinas, 2017, p. 20.

Esse *aggiornamento* da Igreja não se insere apenas no acontecimento conciliar, mais que isso, ele se insere no profetismo do Evangelho cristão que, assumindo a identidade do Cristo, se abre a todos indiscriminadamente, traduzindo a relação do Deus Pai com seus filhos.

2.2 O Secretariado para os não cristãos.

Paulo VI embalado pelos ventos conciliares, anunciou no domingo de Pentecostes de 1964, na Basílica de São Pedro, a criação da Secretaria Para os Não-Cristãos, que, posteriormente, no pontificado de João Paulo II, seria nomeada de Pontifício Conselho Para o Diálogo Inter-religioso.

Essa ação, por si só, já demonstrava a intenção de que as decisões conciliares encontrassem ressonância nas atividades pastorais pós-conciliares. A criação desse organismo seria, portanto, uma ponte entre a Igreja e as outras religiões espalhadas pelo mundo, em uma tentativa de “promover o trabalho do diálogo”(DA, 2). Essa secretaria contribuiu para a formulação das ideias contidas na Declaração Conciliar *Nostra Aetate*.

Na atualidade, como desmembramento do Pontifício Conselho, foi criada a Comissão para as Relações Religiosas com os Muçulmanos, instituída por Paulo VI em 1974, cujo objetivo “era estimular as relações religiosas entre muçulmanos e católicos e estava aberto à possível colaboração de outros cristãos”.¹⁸ O Conselho representa a Santa Sé em reuniões e conferências mundiais com líderes de religiões cristãs e não-cristãs, construindo também mensagens que são veiculadas com o propósito de estreitar a comunicação entre a cúria romana e o mundo das religiões. Em seu campo de atuação, ele se debruça sobre o estudo dos novos movimentos religiosos e também das religiões tradicionais. Uma das ações criadas pelo conselho diz respeito à *NA* – trata-se de um sistema que disponibiliza bolsas para estudantes de outros credos que querem conhecer o cristianismo e cujo resultado do estudo seja aplicado em iniciativas de diálogo inter-religioso.

Dois documentos, publicados por esse conselho serão trazidos à reflexão, por ajudarem sobremaneira no percurso de diálogo da Igreja nos movimentos pós- concílio: Diálogo e Missão e Diálogo e Anúncio.

¹⁸ Perfil do Pontifício Conselho Para o Diálogo Inter-religioso, disponível em: < www.vatican.va> . Acesso em 10 de junho de 2018.

2.3 A *Nostra Aetate*: sobre a Igreja e as religiões não-cristãs.

As discussões no Concílio Vaticano II geraram alguns documentos que ajudam a pensar sobre a Igreja e sua inserção na modernidade. Foram quatro constituições, três declarações e nove decretos. Para Depois (2004, p. 88), o Concílio teria sido “o primeiro na história conciliar da Igreja a falar positivamente das outras religiões, embora com cautela”. A Declaração *Nostra Aetate* (NA), votada e aprovada pelos Bispos conciliares em 28 de outubro de 1965, em especial, será alvo de nossa análise, por tratar de forma mais específica o diálogo da Igreja Católica Apostólica Romana com as religiões não cristãs. Aloísio Cardeal Lorscheider (2004)¹⁹ afirma que podemos sintetizar todo o itinerário do Vaticano II, constatando que foi alicerçado em uma pastoral e espiritualidade “litúrgicas, bíblicas, cristocêntricas, inseridas no mundo, eclesial-comunitárias, ecumênicas, missionárias”. Desse modo, não poderia ter sido relegado o fato de que havia outras grandes religiões espalhadas pelo mundo e que mereciam atenção da Igreja cristã, mais influente na história das religiões.

A NA, porém, não foi gestada sob a unanimidade dos Bispos conciliares, tendo inclusive, muitos impasses até a sua versão oficial. A declaração é considerada um dos documentos mais inovadores da Igreja e se refere, sobretudo, à relação entre cristãos e judeus. Grümmer (2013), assim a define

Há textos que, de certo modo, explodem como uma bomba, inesperadamente e, em muitos casos, de forma surpreendente, numa abordagem totalmente nova, até mesmo revolucionária. Por isso, às vezes, acontecem discussões acirradas, intrigas, concessões, negociações e ameaças em torno desses textos. Textos assim podem abalar de tal maneira os fundamentos que, numa visão teológica, só se pode reconhecer neles a atuação do Espírito Santo. Foi assim o documento do Vaticano II Declaração sobre as relações da Igreja com as religiões não cristãs (Em nosso tempo), com o título: *Nostra Aetate*, de 1965.1 Vocês todos conhecem o provérbio: “Nos pequenos frascos estão os melhores perfumes” [Literalmente: “Na brevidade está o tempero” NT]. Exatamente isso acontece com esse texto. É de longe o menor texto, com aproximadamente 1.200 palavras, enquanto as grandes declarações como *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes*, chegam a ser 10 vezes maiores. (GRÜMMER, 2013, p. 27).

Mais inovador, porém mais controverso, o documento contabilizou 2221 votos a favor, 3 abstenções e 88 votos contrários. A polarização em torno da temática se deu, sobretudo, pela história construída antes do Concílio Vaticano II pela Igreja de Roma e o povo judeu. Na época

¹⁹ O então Arcebispo de Aparecida, em apresentação do livro que trata sobre os cinquenta anos do Concílio Vaticano II, conferir em: BOMBONATTO, Vera Ivanise; GONÇALVES, Paulo Sérgio L(Orgs). **Concílio Vaticano II: análise e perspectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004.

medieval, as pessoas assimilaram a ideia propagada pela Igreja Católica de uma superioridade sobre judaísmo.

Segundo Grümmer (2013, p. 29), nesse momento, “defendia-se a opinião de que tudo quanto fora prometido por Deus ao Judaísmo no Antigo Testamento estava orientado para o Cristianismo”. O Deus do Antigo Testamento era, porém, menos importante que o do Novo. Uma vez que Deus veio para um povo que o rejeitou, tira-se a dignidade do povo judeu, já que lhe era atribuída a morte do Deus vivo, como se todo o povo judeu tivesse participado da crucificação do Cristo.

Essas e outras afirmações de desqualificação dos judeus gerou uma série de perseguições, preconceitos e rejeições, desencadeando em tentativas de extermínio desse povo. “Foi essa atitude histórica, refletida na piedade, na Igreja e na Teologia pré-conciliar que tornou tão difícil a muitos participantes do Concílio a aceitação da *Nostra Aetate*” (GRUMMER, 2013, p. 31).

Souza (2004, p. 61) afirma que “tudo que foi cometido durante a paixão de Cristo, não pode ser atribuído aos judeus de sua época e muito menos aos dos tempos presentes”. Na *NA*, está escrito literalmente: “Ainda que as autoridades dos judeus e os seus sequazes urgiram a condenação de Cristo à morte não se pode, todavia, imputar indistintamente a todos os judeus que então viviam, nem aos judeus do nosso tempo, o que na Sua paixão se perpetrou” (*NA*, 4). Nesse contexto de reconhecimento da dignidade do povo judeu, se dá basicamente a construção da declaração, por isso ela tem um traço marcante no movimento do diálogo inter-religioso. Vale salientar que, antes mesmo do acontecimento conciliar, o Papa João XXIII já havia solicitado a retirada da qualificação de “inféis” atribuída ao povo judeu, na oração universal da sexta-feira Santa. Vê-se, portanto, como um sopro do Espírito Santo a tentativa de minimizar os danos causados por essas ideias, ao ser afirmado que “Procurem todos, por isso, evitar que, tanto na catequese como na pregação da palavra de Deus, se ensine seja o que for que não esteja conforme com a verdade evangélica e com o espírito de Cristo” (*NA*, 4).

A *Nostra Aetate*, embora pequena, apresentou um outro olhar entre católicos e judeus. Não é o único documento conciliar que se refere ao povo judeu, mas é a que mais especifica a intenção de sementes de diálogo com religiões não cristãs. Ela também trata do Budismo, do Hinduísmo, do Islão, mas é mais, marcadamente ao judaísmo sua mais importante referência.

Teixeira (2004), ao analisar os documentos conciliares que tratam do diálogo entre as religiões, nos alerta que

[...] o que é possível afirmar, com base nos documentos existentes, é o início de um processo de abertura dialogal e a presença de uma perspectiva mais

positiva com respeito às religiões e otimista a propósito do mistério da salvação. Mas não há dúvida de que o Concílio mantém viva a doutrina do caráter absoluto e definitivo do cristianismo, e nesse sentido, não rompe com a perspectiva eclesiocêntrica (TEIXEIRA, 2004, p. 289).

Reconhecer “um raio de verdade que ilumina todos os homens” (NA, 2) em outras religiões, foi, sem dúvida, um divisor de águas que abriu possibilidades de encontro com outras expressões de fé que sucederam o Concílio, embora conservando o Cristo como centralidade.

Na base de *Nostra Aetate* está, portanto, um conceito inclusivista de teologia das religiões. Todas as religiões têm sua dignidade diante de Deus em tudo o que é verdadeiro e santo. Isso, no entanto, é determinado pela insuperável revelação divina na vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo (GRÜMMER, 2013, p. 44).

Entendemos, todavia, que o *aggiornamento* proposto pelo Concílio Vaticano II, teve alcances até antes inimagináveis, sabendo, porém, que muito há ainda por fazer.

2.4 Diálogo e Missão: A Igreja e outras religiões.

Em 10 de junho de 1984, foi publicada, pelo então Secretariado para os não-cristãos, o documento Diálogo e Missão²⁰ que, com o desejo de fazer reverberar o Concílio Vaticano II, nesse caso, no tocante ao diálogo com outras religiões, enfatiza a responsabilidade eclesial com outras religiões. Em alusão às transformações do mundo moderno, o texto se refere à atitude do diálogo como norma e ideal. Este vocábulo, segundo o documento, “indica não só um colóquio, mas também o conjunto das relações inter-religiosas, positivas e construtivas, com pessoas e comunidades de outras confissões religiosas, para um mútuo conhecimento e um recíproco enriquecimento” (DM, 3).

O diálogo lembra o documento, não brota de oportunismo, mas de razões que foram aprofundadas a partir das experiências, inclusive das dificuldades. Nesse sentido, a Igreja, fiel ao homem, se abre a todos, por acreditar que “em cada grupo humano há a aspiração e a exigência de ser considerado e de poder agir como sujeito responsável” (DM, 21).

Diálogo e Missão traz uma contribuição significativa, quando aborda as formas de diálogo, dando pistas de como materializar esse desafio em uma sociedade plural, traduzindo-se como um guia comportamental. Ele afirma que “uma missão que não fosse permeada pelo espírito dialogal estaria contra as exigências da verdadeira humanidade e contra as indicações do Evangelho” (DM, 29). Por isso, como batizados, os filhos da Igreja seriam, por força e vocação cristã, chamados a aproximar a categoria diálogo do seu cotidiano, “quer se encontre em situação de maioria, quer em situação de minoria” (DM, 30).

Imbuído do espírito do último Concílio, de uma Igreja sensível às transformações sociais, o documento aponta com interessante responsabilidade, o diálogo como colaborador do enfrentamento dos problemas do mundo.

Um nível ulterior é o diálogo das ações e da colaboração com objetivos de caráter humanitário, social, econômico e político que se orientem para a libertação e a promoção do homem. O que acontece frequentemente nas organizações locais, nacionais e internacionais, onde cristãos e crentes de outras religiões enfrentam em conjunto os problemas do mundo” (DM 31).

Há, nesse texto, uma exortação à abertura ao companheiro de estrada, a partir das situações a que cada um se expõe. Esse regime colaborativo, independentemente dos credos, configura-se como um avanço gradativo e significativo do olhar da Igreja Católica para os demais grupos religiosos. “Os grandes problemas que atormentam a humanidade chamam os cristãos a colaborar com os outros crentes, exatamente em razão da fé de cada um” (DM, 32).

²⁰ A partir desse momento o documento Diálogo e Missão, será apresentado com a abreviação DM.

O documento salienta também a importância do diálogo em nível de especialistas, “quando o interlocutor possui já uma religião que o inspira para a ação”(DM, 33). Esse diálogo, afirma ainda, “realiza-se mais facilmente nas sociedades pluralistas, onde coexistem e por vezes se defrontam diversas tradições e ideologias diferentes”(DM, 33).

Interessante constatar que o documento aborda a troca de experiências que os homens, radicados em suas pertencas religiosas e nas suas expressões e buscas do Absoluto, podem fazer, a fim de enriquecerem-se uns aos outros, “compartilhando as suas experiencias de oração, de contemplação, de fé e de compromisso” (DM, 35).

Compreendendo que “ninguém pode obrigar Deus a agir mais depressa do que Ele decidiu fazer” (DM,44). Assim, o documento nos convida a “esperar com paciência que desponte a semente lançada com lágrimas e confiança (cf Tt 5, 7-8; Mc 4,26-30)” (DM,44).

2.5 O espírito de Assis – 1986.

As sementes lançadas pelo Concílio Vaticano II, em relação ao diálogo inter-religioso, continuaram a ser aprofundadas no pontificado de João Paulo II. O Papa, cuja origem era polonesa, dedicou nos seus quase 27 anos à frente da Igreja Católica, escritos significativos, além de ações que demonstravam sua intenção de dar dignidade às religiões que não tinham Cristo como centralidade. Foram inúmeros encontros e discursos voltados, não apenas para as religiões cristocêntricas.

Destacaremos o encontro que aconteceu em Assis, em 27 de outubro de 1986, por acreditar que esse evento foi um dos mais significativos da história contemporânea, projetando seu “espírito” até os dias atuais. F. Teixeira (2016) afirma que duas viagens em especial foram decisivas para motivar o Papa João Paulo II a convocar esse evento: em agosto de 1985, a viagem à Casablanca, quando falou para os jovens muçulmanos; e a viagem à Índia em 1986. O espírito que movia o pontífice era de abertura”²¹.

João Paulo II convocou a reunião por ocasião do Ano Internacional da Paz, promulgado pela ONU. Foram convidadas lideranças de diversas Igrejas cristãs, bem como de outras tradições religiosas: budistas, judeus, muçulmanos, hindus, xintoístas, Sikhs, jainistas, bahaístas, zoroastristas e religiões tradicionais da África e da América. Como todo o processo de inovação, esse chamado dividiu opiniões, pois, pela primeira vez, se reuniam, em local de culto cristão-católico, membros de tantas crenças diferentes. Porém, João Paulo II tinha um objetivo claro, que enfatizou já no discurso de abertura: “Como líderes religiosos, vocês não vieram aqui para uma conferência de paz inter-religiosa, na qual a discussão ou a busca de planos de ação mundiais em favor de uma causa comum prevaleceria.”²²

Segundo Teixeira,

[...]foi de fato uma experiência de oração, penitência e jejum, como uma “viagem” silenciosa tocada pelo Mistério Maior, uma “viagem fraterna” de irmandade e partilha, antecipando de certa forma o sonho maior querido por Deus em favor de uma humanidade renovada. Ali ocorria de fato, para além das intenções dos idealizadores, o reconhecimento da dignidade sagrada das religiões e a abertura de um campo inusitado para o diálogo efetivo entre as religiões (TEIXEIRA, 2016).²³

²¹ Entrevista de Faustino Teixeira, disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/560160-em-construcao-assis-um-acontecimento-do-espírito-entrevista-especial-com-faustino-teixeira>>. Acesso em 17 de julho de 2018.

²² JOÃO PAULO II, discurso de abertura do encontro em Assis Para o Dia Mundial de Oração Pela Paz. disponível em: < www.vatican.va >. Acesso em 17 de julho de 2018.

²³ Entrevista de Faustino Teixeira, disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/560160-em-construcao-assis-um-acontecimento-do-espírito-entrevista-especial-com-faustino-teixeira>>. Acesso em 17 de julho de 2018.

Esse reconhecimento da dignidade sagrada de outras religiões ficou explícito no momento em que, ainda no discurso de boas-vindas, o então Bispo de Roma enfatizou que não estaria em busca de consenso religioso, ou negociação da fé. Ao mesmo tempo, ele demonstrara sua intenção de não relativizar a fé, algo que foi questionado por lideranças católicas que viam nessa abertura, a insegurança de que a hegemonia da sua Igreja fosse abalada.

Como se podia esperar, o evento de Assis causou muito constrangimento em setores mais conservadores da Igreja Católica, sobretudo na cúria romana. Para o bispo conservador, Marcel Lefèbvre, o encontro inter-religioso de Assis significou “o cúmulo da impostura e do insulto a Nosso Senhor”. A seu ver, uma “blasfêmia pública” e uma degeneração herética (TEIXEIRA, 2016).²⁴

O encontro se desdobrou em três momentos, as boas vindas, as orações particulares com os grupos espalhados em diversos locais na cidade e, no final do dia como ato conclusivo, as diversas tradições religiosas, uma após outra, apresentaram sua própria oração.

A demonstração de coragem do Papa João Paulo II foi reconhecida mundialmente, revelando que o Concílio Vaticano II trouxe uma primavera para as religiões. Embora cercado de desafios gigantescos, esse ato, para os que defendem o diálogo entre as religiões, não pode ser menosprezado, haja vista a abertura para que passos mais ousados fossem dados em virtude desse acontecimento.

Em dezembro de 1986, ainda sob os olhares críticos da cúria romana, João Paulo II, explicou suas intenções com a celebração em Assis.

Acentuou a unidade fundamental do gênero humano, na sua origem e no seu destino, e o papel da Igreja como sinal efetivo desta unidade. Pôs em relevo, com vigor, o exato alcance do diálogo inter-religioso, reafirmando ao mesmo tempo o dever da Igreja de anunciar Jesus Cristo ao mundo (DA, 5).

Acreditando que o Espírito Santo sopra onde quer²⁵, entendemos que a atmosfera de Assis, trouxe um maior compromisso institucionalizado aos seguidores da religião Católica Apostólica Romana, sobretudo pelas suas lideranças pastorais, já que, senão pela convicção, mas pela obediência à Cúria Romana, os passos do diálogo precisam ser dados com outras sandálias, ou seja, sob outras perspectivas.

²⁴ Ibidem.

²⁵ O Espírito Santo, segundo a tradição Católica Apostólica Romana, é a terceira pessoa da Santíssima Trindade, sendo considerado o “Deus Espírito Santo”. Usa-se essa expressão para enfatizar o caráter benevolente de Deus, e sua ação indistinta.

2.6 Diálogo e Anúncio.

Como dito antes, o Secretariado para os Não-cristãos, depois chamado de Pontifício Conselho Para o Diálogo Inter-religioso, tem se apresentado como um espaço de grande importância para a caminhada da Igreja rumo ao diálogo. Após o documento *Diálogo e Missão* (1984), o conselho, na comemoração dos 25 anos da *NA*, publica o documento *Diálogo e Anúncio* (1991)²⁶, promulgado pelo Papa João Paulo II.

Depuís (2004) recorda-nos que a Declaração *NA* nada diz a respeito da atuação do Espírito de Deus, que opera em todos os homens e em todas as tradições. Mas que o Concílio foi, progressivamente, descobrindo essa ação do Espírito, que aparece com mais clareza, principalmente na Constituição *Gaudium et spes*. O autor salienta ainda que a universalidade do Espírito de Deus, “presente e operante na vida religiosa dos outros, e nas tradições religiosas a que pertencem, assim como está em meio aos cristãos e na Igreja, teria sido também uma descoberta pós-conciliar” (DEPUÍS, 2004, p. 278).

Esse reconhecimento, que não encontra ressonância no magistério de Paulo VI, ganha forças, para o fundamento do diálogo inter-religioso no papado de João Paulo II, presente em discursos e documentos do pontífice que tratam sobre o diálogo entre as religiões.

A Instrução *Diálogo e Anúncio* (1991) é um documento pós- conciliar que representa um grande passo na abertura da Igreja ao outro religioso. Como vimos anteriormente, o Vaticano II encorajou a Igreja ao diálogo, e esse se firma na história como um divisor de águas, dando margem a que outros aprofundassem e trouxessem contribuições ainda mais condizentes com a atualidade plural.

Interessante salientar que a referida instrução inicia defendendo os elementos que justificam o estudo das relações dessas duas categorias. Em uma primeira análise, ela situa a discussão sobre a pluralidade do mundo como um fator de abertura à pluralidade religiosa, sobressaltando o importante papel das tradições religiosas. A seguir, o documento apresenta observações acerca da resistência ao diálogo por parte de alguns grupos.

Em alguns lugares sua prática é incerta. A situação muda de um país para o outro. Pode depender do tamanho da comunidade cristã, de outras tradições religiosas presentes e de outros fatores culturais, sociais e políticos (DA, 4).

²⁶ A partir desse momento a Instrução *Diálogo e Anúncio*, será apresentada com a abreviação DA.

O documento sugere, diante dessa constatação, que seja realizado um exame mais aprofundado da questão, a fim de ajudar a incentivar o diálogo (DA, 4).

Ainda como justificativa para o documento, são apontados obstáculos hermenêuticos em relação à escala hierárquica dos termos. Há os que pensam que o diálogo deveria substituir o anúncio, em contrapartida, há os defensores do anúncio e do desprezo ao diálogo inter-religioso. Questões complexas foram levantadas, merecendo uma atenção especial, sobretudo para as que caminham na busca do diálogo entre as mais variadas tradições religiosas: “Se o diálogo inter-religioso assumiu tal importância, o anúncio da mensagem evangélica perdeu a sua urgência? O esforço que tende a conduzir as pessoas para a comunidade da Igreja tornou-se secundário, supérfluo?” (DA, 4).

O dia de Oração Pela Paz em Assis também se configura como “outro estímulo à reflexão” (DA, 5). A instrução se reporta particularmente à alocução que João Paulo II fez à Cúria Romana, quando explicou o espírito de Assis. Naquele momento, como já visto, o pontífice acentuou a unidade fundamental do gênero humano, na sua origem e no seu destino, e o papel da Igreja de anunciar Jesus Cristo ao mundo. Esse encorajamento dado por João Paulo II fica ainda mais nítido em sua declaração aos membros da Assembleia Plenária do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso. Do mesmo modo que o diálogo inter-religioso é um elemento da missão da Igreja, a proclamação da obra salvífica de Deus em Jesus Cristo Nosso Senhor é outro. Não se trata de escolher um e ignorar ou rejeitar o outro (DA, 6).

Por fim, enfatizou-se que a Instrução Diálogo e Anúncio é dirigida aos católicos, a outros cristãos e também a seguidores de outras tradições religiosas, embora seja explicitado que, nessas outras tradições, estão referendadas as abraâmicas, e as grandes tradições religiosas da Ásia, da África e demais continentes. Sem a pretensão de dar respostas exaustivas, o documento se compromete em ser uma orientação pastoral e doutrinal, à luz da Encíclica do Papa João Paulo II, a *Redemptoris missio* (1990), na qual são enfrentadas muitas questões acerca do tema em questão.

Vemos com simpatia o fato de que a DA traz, antes mesmo do texto oficial, um esclarecimento dos termos que serão usados no documento, a fim de demarcar o que hoje chamamos de lugar de fala. Interessa-nos, particularmente, o que é ressaltado em relação às

duas categorias de onde discorre as orientações: Diálogo²⁷ e Anúncio²⁸, por considerarmos a essência da discussão proposta.

Em três capítulos, a instrução discorre sobre o diálogo inter-religioso, o anúncio de Jesus Cristo e, por fim, faz uma relação entre as duas categorias: diálogo e anúncio. O documento, com o vigor do encorajamento fruto do Vaticano II e do Papa João Paulo II, apresenta as outras tradições religiosas com um olhar positivo. Ele “resume” as ideias centrais do diálogo com outras religiões, perpassadas pelo Vaticano II, afirmando que, nesse evento, foram reconhecidos os efeitos da graça divina e a ação do Espírito Santo em outras religiões. A instrução relembra-nos que a centralidade é Cristo e que a missão da Igreja é aperfeiçoar, em Cristo, o que há em outras religiões.

Mediante o diálogo, os cristãos e os outros são convidados a aprofundar seu empenho religioso e a responder, com crescente sinceridade, ao apelo pessoal de Deus e ao dom gratuito que ele faz de si mesmo, dom que sempre passa, como proclama a nossa fé, através da mediação de Jesus Cristo e da obra do seu Espírito (DA, 40).

A DA apresenta, de maneira interessante, alguns obstáculos ao diálogo que “nascem da falta de compreensão da verdadeira natureza do diálogo e do seu objetivo” (DA, 53). Chama a atenção para a paciência necessária para que essa compreensão se multiplique e lembra-nos que o diálogo, antes de qualquer coisa, “é iniciativa de Deus que entra em diálogo com a humanidade e do exemplo de Jesus Cristo cuja vida, morte e ressurreição deram ao diálogo a sua última expressão” (DA, 53).

Por fim, a referida instrução, exorta-nos a darmos especial atenção aos seguidores de cada religião, enfatizando a necessidade do estudo sobre as relações entre diálogo e anúncio, compreendendo a complexidade dessa tarefa. Ela afirma que “os cristão deveriam ser

²⁷ O diálogo pode ser compreendido de diversos modos. Em primeiro lugar, em nível puramente humano, significa comunicação recíproca, para alcançar um fim comum ou, em um nível mais profundo, uma comunhão interpessoal. Em segundo lugar, o diálogo pode ser considerado como uma atitude de respeito e de amizade, que penetra, ou deveria penetrar, em todas as atividades que constituem a missão evangelizadora da Igreja. Isto pode ser chamado com razão “o espírito do diálogo”. Em terceiro, num contexto de pluralismo religioso, o diálogo significa “o conjunto das relações inter-religiosas, positivas e construtivas, com pessoas e comunidades de outros credos para um conhecimento mútuo e um recíproco enriquecimento” (DM 3), na obediência à verdade e no respeito à liberdade. Isto inclui quer o testemunho quer a descoberta das respectivas convicções religiosas. E nesta última acepção que o presente documento utiliza o termo diálogo como um dos elementos integrantes da missão evangelizadora da Igreja.

²⁸ O anúncio é a comunicação da mensagem evangélica, o mistério de salvação realizado por Deus para todos em Jesus Cristo, com o poder do Espírito. É um convite a um empenho de fé em Jesus Cristo, a entrar, mediante o batismo, na comunidade dos crentes que é a Igreja. Este anúncio pode fazer-se em forma solene e pública, como aconteceu no dia do Pentecostes (cf. At 2,541) ou sob forma de simples conversão privada (cf. At 8,30-38). Conduz naturalmente a uma catequese que tende a aprofundar esta fé. O anúncio é a base, o centro e o ápice da evangelização (cf. EG 27).

encorajados a preparar-se melhor para cumprir o seu duplo empenho”(DA, 89). Ao mesmo tempo, vendo “o diálogo e anúncio como graças pelas quais é preciso rezar”, convida a todos a implorar incessantemente o auxílio do Espírito Santo.

CAPÍTULO III - FRANCISCO, O BISPO DE ROMA.

“Não há probabilidade de vislumbrar um horizonte distinto para as nações sem o cuidado em favor de caminhos alternativos de conversão e diálogo entre distintas tradições religiosas.” (Faustino Teixeira)

Em 13 de março de 2013, sob a expectativa mundial da eleição do sucessor do Papa Bento XVI, que havia renunciado à Cátedra de Pedro em fevereiro do mesmo ano, é anunciado o novo líder da Igreja Católica Apostólica Romana. O cardeal Jorge Bergoglio, 266º na sucessão papal, apresentou-se na sacada da Basílica de São Pedro, fazendo, a princípio, alusão ao seu lugar de origem. Após instantes de silêncio, fitando a multidão presente, ele expressa, sob olhares curiosos: "Vocês sabem que o dever do conclave era dar um bispo a Roma. Parece que meus colegas foram buscar um papa no fim do mundo. Mas aqui estamos. Agradeço a acolhida. A comunidade diocesana de Roma tem seu bispo.".²⁹ Nesse momento, o neo-pontífice, em uma pequena alocução já demonstrara sua intenção de enfatizar a colegialidade da Igreja, ressaltada no Concílio Vaticano II, dando pistas de uma governabilidade pautada no diálogo com os demais bispos. Em demonstração de unidade com a Igreja, Francisco conclama a todos a se juntarem a ele em oração pelo então Papa emérito, Bento XVI. Após essa demonstração de carinho, ele em poucas palavras, vai descortinando a caminhada escolhida para o seu pontificado.

E agora iniciemos esse caminho. Bispo e povo. Esse caminho da Igreja de Roma que preside todas as outras Igrejas na caridade. Um caminho de fraternidade, de amor, de confiança entre nós. Rezemos sempre uns pelos outros. Rezemos por todo mundo, para que haja uma grande fraternidade. (FRANCISCO, 2013)³⁰

E em mais um gesto surpreendente, antes de dar sua primeira bênção apostólica, pede ao mundo que reze por ele. O silêncio fala, dessa vez, com a oração do povo, “pedindo a bênção para seu bispo”³¹. Francisco retoma abençoando a “todos os homens e mulheres de boa vontade”³² indiscriminadamente e, em sua despedida, socializa seu itinerário de oração para o dia seguinte, quando estaria “aos pés de Nossa Senhora”.

Inaugurando esse novo tempo, o sucessor de Pedro soma à sua eleição, alguns fatos inéditos na história da Igreja: primeiro Papa latino-americano, primeiro jesuíta e primeiro a

²⁹ Fala do papa Francisco, logo após a confirmação do seu nome para assumir a liderança da Igreja Católica Apostólica Romana, transmitida ao vivo pelos meios de comunicação, disponível em: <https://www.youtube.com/results?search_query=habemus+papam+2013>. Acesso em 25 de julho de 2018.

³⁰ Ibidem.

³¹ Ibidem.

³² Ibidem.

adotar o nome de Francisco. L. G. Quevedo (2013), constata que Bergoglio não figurava entre os possíveis eleitos. Citando o depoimento do cardeal Jaime Ortega, que falou após o conclave, o autor afirma que o atual líder da Igreja católica, conquistou a admiração dos cardeais, em uma fala de improviso, realizada em cinco minutos, durante uma das congregações gerais, quando socializou a sua forma de ver a Igreja.

“[...] A Igreja está chamada a sair de si mesma e a ir para as periferias não só geográficas, mas também as periferias existenciais: as do mistério do pecado, as da dor, as da injustiça, as da ignorância, as da indiferença religiosa, as do pensamento, as de toda miséria [...]”³³

Francisco chamou a atenção também por alguns detalhes que adotou desde sua primeira aparição, com sua veste branca e a mesma cruz de ferro que usara anteriormente. A dispensa da Limusine, a opção por morar na Casa Santa Marta, a intenção de “levar uma vida normal”³⁴ e estar perto das pessoas foram características que foram recebidas com entusiasmo pelos que acompanhavam os primeiros passos do bispo de Roma. “Procuro manter o mesmo jeito de ser e de agir que tinha em Buenos Aires, porque se eu mudar, na minha idade, com certeza vou fazer um papel ridículo”, afirmava o Papa em carta ao amigo sacerdote Enrique Rodríguez.³⁵

Segundo Moynihan (2013, p. 17), “a Igreja tinha um papa de língua espanhola, um papa que tinha ficado conhecido por andar de ônibus, e não em um carro com motorista. Um papa do ‘povo’.” Chamou a atenção do mundo a escolha do Cardeal Bergoglio pelo nome ao qual assumiria na nova função. No seu primeiro encontro com o Corpo Diplomático Acreditado Junto da Santa Sé, em março de 2013, ao justificar a escolha do nome a ser referendado no seu pontificado, ele se referiu ao amor que São Francisco de Assis nutria pelos pobres. “Ainda há tantos pobres no mundo! E tanto sofrimento passam estas pessoas!”, afirmava o pontífice. Diante dessa constatação, Francisco, já no início do seu pontificado, ainda nesse discurso, recordava o significado da palavra pontífice, como sendo “aquele que constrói pontes”. Desejo que o diálogo entre nós ajude a construir pontes entre todos os homens, de tal modo que cada um possa encontrar no outro, não um inimigo nem um concorrente, mas um irmão que se deve acolher e abraçar (FRANCISCO, 2013).³⁶

³³ Fragmento do resumo do cônego Antônio Rego, no prefácio à tradução portuguesa do livro do Cardeal BERGOGLIO. **O verdadeiro pode é servir**. Por uma Igreja mais humilde. Lisboa, nascente, 2013.

³⁴ Carta do Papa Francisco a um sacerdote argentino, Zenit, 28 de maio de 2013.

³⁵ Ibidem.

³⁶ Primeiro discurso do Papa Francisco junto ao Corpo Acreditado Junto da Santa Sé, disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em 20 de julho de 2018.

À medida que a proposta de serviço de Francisco ia se delineando através das suas atitudes e discursos, aumentavam sentimentos ambíguos. Se por um lado ele despertava entusiasmo, por outro cresciam as insatisfações haja vista a opção clara de enfrentamento a todos os desencontros evangélicos. Para Bastante e Vidal (2014, p. 100), “desde então, Francisco já deu todo o show de palavras, gestos, imagens e decisões que exalam o odor do Evangelho”. Associado a tudo isso, os autores afirmam que, no interior da Igreja de Roma, falasse em alguns termos que poderiam delinear a era Francisco, quais sejam: revolução, reforma, mudança, novos ares, tsunami ou primavera.

Francisco vai envolvendo as pessoas de outros credos, espalhando um clima de acolhimento indiscriminado, protagonizado pelo sorriso meigo e palavras fortes, que repercurtem uma imagem positiva do líder católico. Francisco traduz o Evangelho para os dias atuais, atenuando com os problemas impostos pela modernidade e buscando soluções pacíficas para eles. Miranda (2017) delinea alguns aspectos que envolvem a contemporaneidade, exigindo do cristianismo um posicionamento frente a estes.

Instituições sociais tradicionais como a família, a escola, as entidades políticas, a nação, bem como o patrimônio cultural e religioso. O ethos social com seus valores e interditos, enfim, todo esse nosso mundo se vê, queira ou não, posto diante de desafios inéditos que atingem toda a humanidade de modo diverso, embora globalmente propagados pelos modernos meios de comunicação e com as mais refinadas técnicas (MIRANDA, 2017 p. 138).

Nesse imenso desafio, Francisco se configura como uma liderança com amplas possibilidades de falar a todos e não apenas para os que professam sua fé. “o eco das palavras de Jesus ecoa no seu falar e no seu atuar. Suas palavras chegam à alma e seus gestos afagam o coração das pessoas” (BASTANTE E VIDAL, 2014, p. 100).

Atento aos desafios da modernidade, o atual Papa vem se posicionando fortemente contra o atual sistema econômico e sua configuração de injustiça. Na sua carta pastoral, Francisco (2013) diz não à economia da exclusão e da desigualdade social. “Hoje tudo entra no jogo da competitividade e da lei do mais forte, onde o poderoso engole o mais fraco” (Evangelii Gaudium, 53).

A essa questão Boff (2014), constata que Francisco coloca os pobres no centro do debate evangélico. O autor afirma que “o Papa Francisco tem consciência de que o modelo romanocêntrico e eurocêntrico está ‘sem saída’; não apresenta condições de resgatar o frescor do Evangelho e a alegria que a mensagem cristã produz” (BOFF, 2014, p. 124).

Castilho (2014) provoca-nos a reflexão com o seguinte questionamento: “Pode um homem só influir na Igreja mundial de maneira que modifique a vida e a presença dessa Igreja

no mundo inteiro?” A essa indagação, o autor enfatiza que, já em outubro de 2013, portanto com poucos meses de atuação, Francisco já se situava entre os quatro homens mais poderosos do mundo. Isso posto, percebe-se o seu poder de influenciar a opinião pública de todo o mundo.

Sabemos, portanto, que não se trata de elegermos um “salvador da pátria”, mas fica claro que não podemos desconsiderar o poder de um líder de expressão mundial e de como suas orientações trarão uma repercussão para a humanidade.

Ao comparar Francisco com o Papa Gregório VII no tocante ao poder reformista, Castilho (2014) faz a seguinte constatação: “o projeto Gregório VII foi concentrar no papado o máximo possível de ‘poder sagrado’”. O projeto Francisco consiste em fazer-se exemplo e promotor da ‘bondade humana’” (CASTILHO, 2014, p. 112).

O autor ainda justifica os projetos citados afirmando que são dois projetos que nascem de duas culturas. “A da Idade Média, em que se queria e se buscava uma igreja mais poderosa e a de nossa época, em que as aspirações mais profundas se concentram em alcançar um mundo mais humano” (CASTILHO, 2014, p. 112).

3. 1 A proposta pastoral do Papa Francisco: um olhar sobre a *Evangelii Gaudium*.

“A alegria do Evangelho enche o coração e a vida inteira daqueles que se encontram com Jesus.” (Papa Francisco)

Francisco, o bispo de Roma, tem nos oferecido um vasto caminho de reflexões acerca do sentido de ser Igreja e mais que isso, do sentido de ser cristão. Optamos, portanto, por discorrer sobre suas perspectivas pastorais apontadas na sua primeira exortação apostólica *Evangelii Gaudium*³⁷, endereçada ao episcopado, ao clero, às pessoas consagradas e aos fiéis leigos sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. Esse corte literário pauta-se, sobretudo, por ser um documento que, claramente, delineia a intenção pastoral do pontífice, traduzindo os anseios e desafios do mundo hodierno. A exortação é um convite para uma nova etapa evangelizadora, pautada na alegria renascida através de Cristo. Segundo Francisco (2013), a exortação objetiva “indicar caminhos para o percurso da Igreja nos próximos anos”. (EG 1)

Datada de 24 de novembro de 2013, dia em que se comemorava a solenidade de Nosso Senhor Jesus Cristo, Rei do Universo, Francisco trazia a público, traduzida em 288 parágrafos, uma carta de intenção que iluminará seu pontificado. Nela são tratadas, em cinco capítulos, questões cruciais que permeiam a relação da Igreja com o mundo, caracterizada, segundo Brighenti (2014, p.14) como “uma “mescla da *Gaudium et Spes* e *Evangelii Nuntiandi*, os dois documentos de maior transcendência no contexto da renovação conciliar.” O autor enfatiza em relação a esses dois documentos conciliares que

O primeiro abriu a Igreja para o mundo, numa postura de diálogo e serviço; o segundo enviou a Igreja a uma sociedade emancipada da tutela eclesial, para testemunhar e depois explicitar a Boa-Nova, na gratuidade, numa relação propositiva, de interlocutores (BRIGHENTI, 2014, p.14).

Isso posto, identificamos *a priori* a disposição papal de salvaguardar os ventos do Concílio Vaticano II, fazendo emergir decisões conciliares que estavam, em certa medida, arrefecidas. Daí compreendermos a insistência de Francisco de que rezemos por ele. Esse pedido caminha paralelo aos seus posicionamentos favoráveis à reflexão acerca do poder, da justiça social, do diálogo, da misericórdia, enfim, um discurso fortemente pautado na construção de uma cultura de paz.

Esse cenário leva-nos a crer que, em sua proposta reformista, Francisco tem encontrado obstáculos imensuráveis, haja vista seu forte posicionamento em relação às questões eclesiais,

³⁷ A partir desse momento, utilizaremos a sigla EG, em referência a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*.

como também sociais. Segundo Miranda (2017, p. 7), “ combatiam-no não só opositores de dentro da instituição eclesial, mas também pessoas e entidades da atual sociedade que se sentiam ameaçadas por seus pronunciamentos.”

Pensem nos lucros exorbitantes conseguidos pela produção e exportação de armas que necessitam das guerras para serem vendidas, ou no comércio de pessoas humanas, talvez o negócio mais rendoso em nossos dias. O chamado à solidariedade e à ajuda em face dos mais fracos e marginalizados incomoda, sem dúvida, todos aqueles que sucumbiram ao domínio do individualismo, sejam eles indivíduos ou mesmo países. (MIRANDA 2017, p. 7).

Já a oposição intramuros eclesiais, também ancorada nas premissas defendidas pelo atual Papa, vem se dando de maneira intensa, muito mais do que pensávamos. Essas posições assumidas por Francisco, chamadas por Miranda (2014) de reformadoras, mexem fortemente com algumas posturas adotadas por autoridades eclesiais, antes do Concílio Vaticano II e que perduram até os dias atuais, contrapondo-se aos ideais de uma Igreja em saída, defendida veementemente pelo pontífice.

Pois a reforma de Francisco desinstala muitos de sua mediocridade cinzenta, ameaça outros em sua ânsia de poder, desmascara a vaidade de alguns, perturba hábitos adquiridos, mentalidades estreitas, mentes inseguras, desorienta os que se contentavam com uma fé tradicional, mais cultural do que autêntica (MIRANDA, 2014, p. 7).

Esse fenômeno apresenta possíveis razões para tal descontentamento: a simplicidade e a radicalidade evangélica do Papa Francisco, contrapõem a posições até então privilegiadas em nome de Deus.

Isso é possível observar nas páginas da EG. Em se tratando, como já dito, de sua instrução pastoral para a Igreja, Francisco se alinha aos interesses dos empobrecidos, salvaguardando a opção cristã pelos sem casa, sem vez, sem voz.

Antes mesmo de adentrar nos capítulos da exortação, Francisco faz uma viagem bíblica para referendar sua opção em tratar sobre a alegria. Ele aponta inicialmente que o mundo atual corre um grande risco de disseminar uma tristeza individualista, em decorrência do consumismo propagado que ele denomina “avassalador” (EG, 1). Quando a vida interior se fecha nos próprios interesses, deixa de haver espaço para os outros, já não entram os pobres, já não se ouve a voz de Deus, já não se goza da doce alegria do seu amor, nem fervilha o entusiasmo de fazer o bem” (EG, 2).

A alegria, segundo Francisco(2013), perpassa a história da salvação.

O profeta Isaías dirige-se ao Messias esperado, saudando-O com regozijo: «Multiplicaste a alegria, aumentaste o júbilo» (9, 2). E anima os habitantes de Sião a recebê-Lo com cânticos: «Exultai de alegria!» (12, 6). A quem já O

avistara no horizonte, o profeta convida-o a tornar-se mensageiro para os outros: «Sobe a um alto monte, arauto de Sião! Grita com voz forte, arauto de Jerusalém» (40, 9). A criação inteira participa nesta alegria da salvação: «Cantai, ó céus! Exulta de alegria, ó terra! Rompei em exclamações, ó montes! Na verdade, o Senhor consola o seu povo e se compadece dos desamparados» (49, 13). Zacarias, vendo o dia do Senhor, convida a vitoriar o Rei que chega «humilde, montado num jumento»: «Exulta de alegria, filha de Sião! Solta gritos de júbilo, filha de Jerusalém! Eis que o teu rei vem a ti. Ele é justo e vitorioso» (9, 9). Mas o convite mais tocante talvez seja o do profeta Sofonias, que nos mostra o próprio Deus como um centro irradiante de festa e de alegria, que quer comunicar ao seu povo este júbilo salvífico. Enche-me de vida releer este texto: «O Senhor, teu Deus, está no meio de ti como poderoso salvador! Ele exulta de alegria por tua causa, pelo seu amor te renovará. Ele dança e grita de alegria por tua causa» (3, 17) (EG, 4).

Não só em passagens do Antigo Testamento, mas a vinda de Cristo celebra a alegria que grita também no Novo Testamento. “‘Alegra-te’ é a saudação do anjo a Maria (Lc 1,28) (EG, 5). Daí todo o acontecimento da encarnação do Verbo é motivo de júbilo. Para o Cristão, Francisco (2013) recorda que esse sentimento, embora não permaneça em todos os momentos da vida, vai adaptando-se e transformando-se, permanecendo “como um feixe de luz que nasce da certeza pessoal de, não obstante o contrário, sermos infinitamente amados” (EG, 6). O pontífice nos admoesta a não nos rendermos às desculpas e queixas que condicionam a existência da alegria.

Francisco enfatiza que a Igreja deve proclamar o “coração da mensagem de Cristo” (EG, 34), que revela a “beleza do amor salvífico de Deus manifestado em Jesus Cristo morto e ressuscitado” (EG 36).

Baseado nessas premissas, no I capítulo da exortação, Francisco (2013) defende “a Igreja em saída” (EG 20). Ancorada em acontecimentos bíblicos, a Exortação lembra a decisão profética de ser enviado como condição para o seguimento do projeto divino. Traduzindo para o tempo atual: “sair da própria comodidade e ter coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho” (EG, 20). Francisco (2013), afirma que a Igreja em saída parte da experiência pessoal de ser encontrado pelo amor de Deus, ter experimentado a sua misericórdia e por isso, sente-se impulsionada a “procurar os afastados e chegar as encruzilhadas dos caminhos para convidar os excluídos” (EG, 24).

Ao defender o modelo da Igreja em saída, Francisco ressalta que “fiel ao modelo do Mestre, é vital que hoje a Igreja saia para anunciar o Evangelho a todos, em todos os lugares, em todas as ocasiões, sem demora, sem repugnâncias e sem medo. A alegria do Evangelho é para todo o povo, não se pode excluir ninguém”.

Francisco (2015, p. 31), enfatiza que “existe um vínculo indissolúvel entre as dimensões mística e missionária da vocação cristã, ambas arraigadas no Batismo”. Para o Papa, “o povo de Deus é um povo discípulo – porque recebe a fé – e missionário – porque transmite a fé” (FRANCISCO, 2015, p. 31).

A fim de impulsionar o chamado à renovação, o documento aponta a conversão pastoral como combustível para tornar a Igreja, de uma estrutura preocupada com a autopreservação, a um canal que torne possível a evangelização do mundo atual. Para isso, Francisco (2013), convida todos a “serem ousados e criativos” (EG, 33), sob pena de que a ação missionária seja “uma fantasia” (EG, 33). Ele alerta, porém, que as mudanças culturais exigem atenção na maneira de exprimir as verdades, cuidando para que seja utilizada uma linguagem que exprima sempre a novidade contida na riqueza inesgotável do Evangelho. Do mesmo modo, a Igreja em saída deve atentar para o significado imutável da mensagem evangélica. Afirma o texto: “com a santa intenção de lhes comunicar a verdade sobre Deus e o ser humano, em algumas ocasiões, damos-lhe um falso deus ou um ideal humano que não é verdadeiramente cristão” (EG, 41).

No II capítulo, o texto intitulado “Na crise do compromisso comunitário”, encontramos dois desdobramentos: uma constatação dos desafios próprios da atualidade e um alerta aos agentes de pastorais. Francisco inicia esse percurso reconhecendo suas limitações em oferecer uma análise detalhada da realidade. Segundo ele, não seria essa a sua função, mas a sua fala objetiva animar as comunidades a estudarem os sinais dos tempos haja vista que “algumas realidades hodiernas, se não encontrarem boas soluções, podem desencadear processos de desumanização tais que será difícil depois retroceder” (EG, 51).

O Papa em questão, salvaguardando a opção evangélica pelos empobrecidos, apresenta o perigo da exclusão, que é alicerçada na “globalização da indiferença” (EG 54), deixando clara sua preocupação com a indiferença em nosso meio.

Quase sem nos dar conta, tornamo-nos incapazes de nos compadecer ao ouvir os clamores alheios, já não choramos à vista do drama dos outros, nem nos interessamos por cuidar deles, como se tudo fosse uma responsabilidade de outrem, que não nos incube (EG, 54).

Francisco faz uma crítica enfática à sociedade de consumo, cujas intenções se firmam nos crescentes lucros de poucos, na autonomia absoluta do mercado e na especulação financeira. A relação com o dinheiro enfatiza Francisco, é baseada em um aceite pacífico do seu domínio sobre a sociedade, configurando-se como um novo ídolo, capaz de se sobrepor ao humano. A ambição, diz o texto, não reconhece limites. Diante desse quadro, Deus espera uma resposta “comprometida e fora das categorias de mercado” (EG, 57).

Em relação aos agentes de pastorais, o documento expõe a gratidão pelos trabalhos desenvolvidos na Igreja e no mundo, porém ressalta a “tristeza e vergonha pelos pecados de alguns membros da Igreja” (EG, 76). Essa observação não se restringe aos leigos engajados nas atividades da Igreja, mas engloba todos os que dela participam, inclusive o clero. Considerando que a referência é feita a todos, indiscriminadamente, o documento traz a termo “agentes evangelizadores” (EG, 78). Francisco ressalta a preocupação exagerada desses agentes evangelizadores com os espaços pessoais de autonomia que, segundo ele, “levam a viver os próprios deveres como mero apêndice da vida, como se não fizesse parte da própria identidade” (EG, 78). Com preocupação, ele aponta os perigos de uma vida espiritual superficial.

Ao mesmo tempo, a vida espiritual confunde-se com alguns momentos de alívio, mas não alimentam o encontro com os outros, o compromisso no mundo, a paixão pela evangelização. Assim é possível notar em muitos agentes evangelizadores – não obstante rezem – uma acentuação do individualismo, uma crise de identidade e um declínio do fervor (EG, 78).

Francisco vai discorrendo assim sobre vários aspectos que afetam sobremaneira o anúncio do Evangelho para a sociedade moderna.

Mais à frente, a exortação traz em seu capítulo III, considerações acerca do anúncio do Evangelho, apresentando-o como obra de todo povo de Deus em missão, uma vez que é “dever da igreja” (EG, 111). Porém, o pontífice alerta que esse anúncio não deve ser feito a um grupo exclusivo. “A Igreja deve ser o lugar da misericórdia gratuita, onde todos possam sentir-se acolhidos, amados, perdoados e animados a viverem segundo a vida boa do Evangelho” (EG, 114).

Francisco, ainda nesse capítulo, enfatiza a tentação de a Igreja cair na “ vaidosa sacralização da própria cultura que pode mostrar mais fanatismo do que autêntico ardor evangelizador” (EG, 117).

No capítulo que se segue, é abordada a dimensão social da evangelização, compreendendo que seu entendimento é primordial para que não haja desfiguração do seu sentido original. O texto apresenta a vida comunitária e o compromisso com os outros como dimensões que são próprias do coração do Evangelho. Sendo assim, o anúncio da Boa Nova, tem uma repercussão moral imediata. “Ao lermos as Escrituras, fica bem claro que a proposta do Evangelho não consiste só numa relação pessoal com Deus”(EG, 180). A essa questão, Francisco reflete sobre o papel da religião que não se afirma no pressuposto de que ela serve apenas na preparação do indivíduo para o céu, limitada ao âmbito privado. Pelo contrário, compreendendo a dimensão do desenvolvimento integral do ser humano, Deus deseja também

a felicidade terrena para todos, já que Ele criou todas as coisas para que “todos possam usufruir delas”(EG, 182).

Nesse espaço discursivo, o documento reflete acerca de duas questões que para o Papa parecem fundamentais nesse momento histórico: a inclusão social dos pobres e a paz e do diálogo social. “Deriva da nossa fé em Cristo, que Se fez pobre e sempre se aproximou dos pobres e marginalizados, a preocupação pelo desenvolvimento integral dos mais abandonados da sociedade” (EG, 186). Diante dessa afirmação, cada um é chamado a ser “instrumento de Deus ao serviço da libertação e promoção dos pobres, para que possa integrar-se plenamente na sociedade; isto supõe estar docilmente atentos, para ouvir o clamor do pobre e socorrê-lo” (EG, 187).

Por fim, no último capítulo, a Exortação trata da espiritualidade daqueles que se dispõem a evangelização. Nesse momento, Francisco alerta para a esterilidade das ações quando dicotomizam a missão, da vida espiritual, sendo essas, segundo o pontífice, indissociáveis. “É preciso cultivar sempre um espaço interior que dê sentido cristão ao compromisso e à atividade” (EG, 261), alerta Francisco. Desenvolver o prazer de estar perto da vida das pessoas, segundo o documento, faz-nos descobrir uma alegria superior, haja vista que “a missão é uma paixão por Jesus, e simultaneamente uma paixão pelo seu povo” (EG, 268).

Como pano de fundo, Francisco apresenta, na defesa de suas ideias, fontes que vêm a deixar clara sua intenção de um relacionamento profícuo com as escrituras, com os documentos da Igreja, com seus antecessores na cátedra de Pedro... Ele cita, em suas análises, interlocuções de João Paulo II, de Bento XVI, de Paulo VI e de João XXIII. Outra fonte, de acordo com J. P. Amado (2014), é a própria experiência pessoal de Francisco.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a *Evangelii Gaudium* foi gestada em homilias, entrevistas, pregações, catequeses e audiências de Francisco. Ela recolhe, portanto, reflexões de sua caminhada espiritual e pastoral. Além disso, lança mão da riqueza espiritual e teológica de diversos santos e uma santa: Tomás de Aquino, Agostinho, João da Cruz, João Crisóstomo, Francisco de Assis, Irineu de Lião, Pedro Fabro, Teresa de Lisieux, Isaac da Estrela, Cirilo de Alexandria e Juan Diego (AMADO, 2014, p.39).

Ao debruçarmo-nos sobre essa carta de intenção do atual Papa, podemos traçar um perfil que identificará sua opção de, abraçando os rostos da Igreja, ser um líder do serviço, principalmente aos que mais necessitam de um olhar amoroso.

3.2 Discursos do Papa Francisco no campo inter-religioso e suas intuições para superação do sofrimento humano.

“Ninguém pode permanecer insensível às desigualdades que ainda existem no mundo! Cada um, na medida das próprias possibilidades e responsabilidades, saiba dar a sua contribuição para acabar com tantas injustiças sociais!” (Papa Francisco)

Entendemos que os discursos proferidos partem de um lugar de fala. Esse lugar vai se delineando no decorrer de uma construção identitária sedimentada nas experiências da caminhada ao longo do tempo. Assim se apresenta esse percurso de Francisco. Nas suas palavras sentimos a proximidade do chão das comunidades, com seus desafios e possibilidades. Uma fala de quem interage com as demandas sociais e eclesiais contemporâneas.

Francisco tem se mostrado um líder atento às dores do povo. Além da preocupação com o “seu rebanho”, confiado por Cristo, o atual líder da Igreja Católica Apostólica Romana apresenta claramente sua atenção à vida das pessoas em todo o mundo, independentemente de abraçarem a sua religião. O “papa do fim do mundo” - como ele se apresentou ao encontrar-se com o povo na Praça São Pedro – é portador de grande sensibilidade às causas mundiais, dialogando com os mais diversos segmentos em vistas da construção de uma cultura de paz.

Júnior (2018, p.7) afirma que “a centralidade dos pobres e marginalizados e das pessoas em situação de sofrimento em geral é, sem dúvida nenhuma, a característica mais marcante e o aspecto mais determinante do ministério pastoral do papa Francisco”.

Isso posto, identificamos em sua trajetória de liderança espiritual de um segmento religioso, elementos que nos levam a crer na sua disposição em abraçar a todos indiscriminadamente, independentemente de credo. Em sua primeira Exortação Apostólica, Francisco (2013) enfatiza a importância do diálogo no processo de evangelização. Dentre as categorias de diálogo apontadas pelo sucessor de Pedro, tem um lugar reservado ao diálogo inter-religioso, diagnosticado como salutar para a paz no mundo. Aprender a aceitar os outros, na sua maneira diferente de ser, de pensar e de exprimir (EG, 250) é condição indispensável na visão do atual líder da Igreja de Roma. Ele afirma, na *Evangelii Gaudium* (2013), que os padres sinodais nos lembram a importância de se estabelecer o respeito à liberdade religiosa, direito fundamental do homem.

Um são pluralismo, que respeite verdadeiramente aqueles que pensam diferente e os valorizem como tais, não implica uma privatização das religiões, com a pretensão de as reduzir ao silêncio e à obscuridade da consciência de

cada um ou à sua marginalização no recinto fechado das igrejas, sinagogas ou mesquitas (EG, 255).

Dentro dessa seara, traremos algumas considerações de Francisco acerca do diálogo inter-religioso, fazendo um recorte dos discursos e mensagens que o Papa proferiu, prioritariamente em sua comunicação com outros crentes, sobretudo os não-cristãos, reforçando sua intenção de ser ponte.

Em março de 2013, ao se dirigir aos representantes de diversas Igrejas, o Papa ressalta a importância do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, pelo valioso trabalho desenvolvido em prol da aproximação com outros credos. Ele vincula essa “promoção de amizade e do respeito entre homens e mulheres de diferentes tradições religiosas”³⁸ à união em favor do pobre, dos mais frágeis e dos que sofrem. Segundo Francisco, essa relação favorece sobremaneira a justiça, a reconciliação e a paz. Nesse encontro, o líder da Igreja Católica Apostólica Romana, se dirige também aos sem religião.

Nisso, sentimos que estão conosco também todos aqueles homens e mulheres que, embora não se reconhecendo filiados em nenhuma tradição religiosa, todavia andam à procura da verdade, da bondade e da beleza – esta verdade, bondade e beleza de Deus-, e que são nossos preciosos aliados nos esforços por defender a dignidade do homem, na construção duma convivência pacífica entre os povos e na guarda cuidadosa da criação³⁹.

Em encontro com o Corpo Diplomático Acreditado Junto da Santa Sé, Francisco ratifica sua intenção de que a Santa Sé se configure como um espaço que atente para o “bem de todo homem que vive nessa terra”⁴⁰. O Papa justifica a escolha do seu nome, lembrando a figura de Francisco de Assis, homem conhecido para além do catolicismo, por sua vinculação afetiva com os pobres. A adequação do nome ao momento atual é enfatizada por Francisco, pelo fato de haver tantos pobres no mundo, além de tantas pessoas que sofrem.

De acordo com Francisco, o seu ministério pastoral pretende dar sentido ao termo pontífice, lembrando que ele significa “aquele que constrói pontes”⁴¹.

Desejo precisamente que o diálogo entre nós ajude a construir pontes entre todos os homens, de tal modo que cada um possa encontrar no outro, não um inimigo nem um concorrente, mas um irmão que se deve acolher e abraçar. E assim está sempre vivo em mim este diálogo entre lugares e culturas distantes, entre um extremo do mundo e o outro, actualmente cada vez mais próximos,

³⁸ Encontro com os representantes das Igrejas e comunidades eclesiais e de outras religiões, em 20 de março de 2013. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em 27 de julho de 2018.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ Encontro com o Corpo Diplomático Acreditado Junto da Santa Sé, em 22 de março de 2013. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em 27 de julho de 2018.

⁴¹ Ibidem.

interdependentes e necessitados de se encontrarem e criarem espaços efectivos de autêntica fraternidade⁴².

Para que essa intenção se materialize, o Papa defende que “não se pode viver verdadeiramente ligações com Deus, ignorando os outros”⁴³. Sendo assim, o diálogo entre as diversas religiões e também entre os não crentes precisa ser intensificado, com vistas a lutar contra a pobreza, construindo uma cultura de paz. Francisco, por fim, convida todos os países do mundo a tomar parte do seu intento de que sejam construídos “laços de amizade entre todos os povos”⁴⁴.

Em 24 de junho de 2013, Francisco recebeu a delegação de responsáveis pela Comissão Judaica Internacional Para as Consultas Inter-religiosas. A princípio, Francisco relembra que, até aquela data, haviam se realizado 21 encontros entre a Santa Sé e a referida comissão, o que sustenta a ideia de fortalecimento entre judeus e católicos.⁴⁵ Essa foi a primeira fala oficial do neo-papa, à comunidade judaica e, ao iniciar sua interlocução, ele traz à memória o Concílio Vaticano II, mais precisamente citando a Declaração *NA*, referência no que diz respeito à aproximação com o povo judeu.

Francisco relembra o empenho dos seus predecessores em demarcar um caminho de compreensão recíproca entre as duas tradições religiosas. Ele traz também sua experiência pessoal como Arcebispo em Buenos Aires, quando mantinha, com alegria e amizade, relações com representantes do mundo judaico. O Papa afirma que suas interlocuções tinham como pano de fundo “as nossas respectivas identidades religiosas, da imagem do homem contida nas Escrituras, das modalidades para manter vivo o sentido de Deus num mundo, sob muitos aspectos, secularizado”⁴⁶.

Por fim, o Papa faz entender que a humanidade precisa desse testemunho de diálogo comum “a favor da dignidade do homem e da mulher, criados à imagem e semelhança de Deus, e em prol da paz, que é principalmente, um dom divino”⁴⁷.

Em discurso proferido pelo Papa Francisco, no Encontro Internacional para a Paz, organizado pela comunidade de Santo Egídio,⁴⁸ é citada, já no início de sua fala, a importância

⁴² Ibidem.

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ Ibidem .

⁴⁵ Encontro com a Comissão Judaica Internacional para consultas inter-religiosas, em 24 de junho de 2013. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em 27 de julho de 2018.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Discurso do Papa Francisco no Encontro Internacional Para a Paz, organizado pela comunidade de Santo Egídio, em 30 de setembro de 2013. Disponível em:< www.vatican.va>. Acesso em 27 de julho de 2018.

do histórico encontro de Assis, caminho traçado pelo então beato João Paulo II. É lembrado que o espírito de Assis pairava na intenção de conservar acesa a lâmpada da esperança, “rezando e trabalhando pela paz”⁴⁹ e que esse espírito se fazia necessário nas relações contemporâneas, uma vez que a humanidade se encontra refém das guerras, da miséria, da exploração, do sofrimento de povos inteiros.

Francisco conclama, na ocasião, os responsáveis pelas várias religiões presentes no encontro, a “rezar pela paz, trabalhar pela paz!”⁵⁰, pois a paz é responsabilidade de todos. Ele exorta para a coragem do diálogo, “que incute esperança”⁵¹.

No mundo e nas sociedades existe pouca paz também porque falta diálogo e há dificuldade de sair do horizonte limitado dos próprios interesses, para se abrir a um confronto verdadeiro e sincero. Para que haja paz é preciso um diálogo persistente, paciente, forte e inteligente, com o qual nada está perdido. O diálogo pode vencer a guerra⁵².

O Bispo de Roma chama à atenção dos diversos líderes religiosos para a importância de seus ministérios e como estes devem estar a serviço da construção da paz, não “como intermediários, mas como mediadores autênticos”⁵³, agindo com coragem para dar esperança aos que sofrem em guerra, aos jovens que olham preocupados para o seu futuro, enfim, para testemunhar a possibilidade da cultura do encontro.

Freire, embora não seja contemporâneo do pontificado de Francisco, reflete em seus posicionamentos a necessidade de nos movermos na busca da transformação da realidade constatada.

Nesse sentido que se acham contraditoriamente presentes em nossa atualidade fortes marcas do nosso passado colonial, escravocrata, obstaculizando avanços da modernidade. São marcas de um passado que, incapaz de perdurar por muito mais tempo, insiste em prolongar sua presença em prejuízo da mudança (FREIRE, 2000, p. 26).

Em outubro de 2013, em discurso aos responsáveis da comunidade judaica em Roma, o sucessor da cátedra de Pedro⁵⁴ lembra que a convivência dessas comunidades na cidade aconteceu em meio a incompreensões e até injustiças, mas que havia, há muito tempo, um esforço para desenvolver relações amistosas e fraternas. Francisco enfatizou que a tragédia da guerra os havia feito caminhar juntos, dando uma demonstração de que o diálogo entre as

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ Ibidem.

⁵² Ibidem.

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ Esse termo é utilizado pelos cristãos da Igreja Católica Apostólica Romana, em alusão a sua crença de o Papa ser o sucessor do Apóstolo Pedro.

religiões é possível quando se tem algo em comum para partilhar. “Faremos memória e rezaremos pelas numerosas vítimas inocentes da barbárie humana e pelas suas famílias”⁵⁵.

O Papa Francisco relembra que, na história da guerra que assolou Roma, muitos cristãos não estavam conscientes da necessidade de compreender o judaísmo, porém, diante das trevas, tiveram a iniciativa de, com justiça, proteger o irmão que sofria em perigo. A justificativa para ressaltar esse acontecimento foi pautada na necessidade de deixar claro que “é importante aprofundar de ambos os lados a reflexão teológica através do diálogo, também é verdade que existe um diálogo vital, o da experiência quotidiana, que não é menos fundamental.”⁵⁶

Em mensagem pelo aniversário da deportação dos judeus de Roma, Francisco relembra as horas trágicas da guerra, entretanto chama a atenção para a compreensão da mensagem representada naquele episódio, numa tentativa de fazer com que as memórias do passado possam trazer ensinamentos para o presente, tornando-o luz para o futuro.⁵⁷ Por conseguinte, essa memória seria um “apelo às novas gerações a não nivelarem a sua existência, a não se deixarem arrastar por ideologias, a nunca justificarem o mal que encontramos, a não baixar a guarda contra o anti-semitismo e o racismo, independentemente da sua providência.”⁵⁸

O discurso do Papa Francisco para os participantes da plenária do Pontifício Conselho Para o Diálogo Inter-religioso ocorreu em 28 de novembro de 2013⁵⁹. Nele, o pontífice ressalta, já no início, o papel que deve ser desempenhado pela Igreja de promover o respeito e a amizade entre homens e mulheres de diversas tradições religiosas. Justificando essa necessidade, o Papa aponta que compreende cada vez mais a importância dessa intenção, “quer porque o mundo se tornou menor, quer porque o fenômeno das migrações aumenta os contatos com pessoas e comunidades de diferentes tradições, culturas e religiões.”⁶⁰

Francisco apresenta, nessa fala, alguns caminhos trilhados pelo diálogo entre as diversas religiões. Ele aponta que a dificuldade de convivência é acentuada pelo medo causado pelas diferenças culturais e que esse pode ser dissipado com a abertura ao diálogo. Porém esse diálogo não significa “renunciar à própria identidade”⁶¹, mas estar aberto a compreender as razões do próximo.

⁵⁵ Discurso do Papa Francisco aos responsáveis da comunidade judaica em Roma, em 11 de outubro de 2013. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em 27 de julho de 2018.

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ Mensagem do Papa Francisco por ocasião do septuagésimo aniversário da deportação dos judeus de Roma, em 11 de outubro de 2013. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em 27 de julho de 2018.

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ Discurso do Papa Francisco aos participante na plenária do pontifício conselho para o diálogo inter-religioso, em 28 de novembro de 2013. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em 27 de julho de 2018.

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ Ibidem.

Sem dúvida, é necessário que tudo se verifique no respeito das convicções do outro, até quantos não acreditam, mas devemos ter a coragem e a paciência de irmos ao encontro do outro, por aquilo que nós somos. O futuro encontra-se na convivência respeitosa das diversidades, não na homologação a um pensamento único, teoricamente neutral.⁶²

Entendemos a recorrência de uma disposição ao acolhimento a todas as pessoas, não se levando em conta quais sejam essas diferenças, quais sejam as especificidades, mas de juntos buscarmos elementos de convergência, sejam eles de cunho religioso ou não.

Em seu encontro anual com o Corpo Acreditado Junto da Santa Sé, em janeiro de 2014⁶³, Francisco, em fala inicial, justifica esse tradicional encontro como um momento de “formular venturosos votos e apresentar algumas reflexões que brotam, primariamente, do seu coração de pastor, atento às alegrias e sofrimentos da humanidade”⁶⁴. O Papa expressa sua alegria em ver uma participação numerosa, oferece as boas-vindas aos novos embaixadores e lembra os que deixaram a embaixada. Ele faz uma avaliação das relações da Santa Sé com os Estados e as organizações internacionais, atestando que o ano de 2013 foi denso de acontecimentos não só na vida da igreja, mas também nessas relações. Ele cita especificamente o estabelecimento de relações diplomáticas com o Sudão do Sul, a assinatura de acordos com Cabo Verde, Hungria e Chade e a ratificação do acordo com a Guiné Equatorial. Francisco comemora a ampliação da presença da Santa Sé na América Central e na África e enfatiza a fraternidade como um sentimento primordial na observância da paz, a exemplo da Sagrada Família, que não aparece, no presépio, sozinha, mas acompanhada de pastores e dos magos. Francisco enfatiza a decisão de testemunhar uma “comunidade aberta, na qual há espaço para todos, pobres e ricos, vindos de perto e de longe”⁶⁵. São apontadas no discurso, porém, as dificuldades do mundo atual, em virtude da falta de meios de subsistência, que desencadeia um espírito de divisão.

O Papa discorre acerca da situação de conflito entre os povos e da pobreza que assola o planeta, sensibilizado com o que ele chama de negação da dignidade humana, alerta para o desperdício de comida, enquanto tantos morrem de fome. Sensibilizado com esse cenário, ele alerta o mundo sobre o perigo da cultura do descarte, referindo-se não só ao desperdício de alimentos, mas também a indiferença nas relações humanas, nas quais muitas pessoas são também descartadas.

⁶² Ibidem.

⁶³ Discurso do Papa Francisco aos membros do corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé, em 13 de janeiro de 2014. Disponível em: < www.vatican.va >. Acesso em 29 de julho de 2018.

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ Ibidem.

Por fim, Francisco exorta a todos a assumirem a responsabilidade que lhe é devida, a fim de que sejam consolidadas “políticas respeitadoras desta terra, que é a casa de cada um de nós”⁶⁶ e se coloca à disposição de todos os países para favorecer os “laços de fraternidade que são o reflexo do amor de Deus e fundamento da concórdia e da paz”⁶⁷.

Em 10 de abril de 2014⁶⁸, Francisco envia uma mensagem à Venezuela, país latino americano envolvido em conflitos internos, ressaltando sua preocupação com o sofrimento de tantas pessoas e renovando seu afeto às famílias vítimas de violência. Francisco agradece ao presidente Nicolás Maduro, por solicitar à Santa Sé a participação no processo de diálogo naquele país.

[...] através do diálogo podeis redescobrir a base comum e partilhada que leva a superar o momento actual de conflito e de polarização [...]. No respeito e no reconhecimento das diferenças que existem entre as partes, favorecer-se-á o bem comum. [...] Todos têm em comum a fé em Deus e a vontade de defender a dignidade da pessoa humana.

Compreendemos que Francisco não está se referindo especificamente ao diálogo entre as religiões, mas, em sua condição de líder religioso, atento aos sinais dos tempos, ele alude ao princípio universal da ação dialógica, dando provas de que essa pode ser experienciada em todas as circunstâncias e que seu princípio será, sobretudo, a busca do bem comum.

Já na mensagem ao Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, em virtude do seu cinquentenário de atuação⁶⁹, o Bispo de Roma recordou que a iniciativa de Paulo VI em criar o Secretariado para os Não-Cristãos (hoje Conselho Pontifício), durante o Concílio Ecumênico Vaticano II, inaugurou uma importante decisão “ a fim de começar a traduzir as suas directrizes e orientar a Igreja Universal no caminho da desejada renovação”.⁷⁰ Ele afirma que a Igreja, representada pelos bispos conciliares, manifestava, naquele momento, “um desejo sincero de encontro e diálogo com toda a humanidade”.⁷¹

Desde o princípio, segundo Francisco, deixava-se claro que o diálogo não implicava a relativização da fé, mas evidenciava o anúncio da alegria cristã como condição para o encontro com outras expressões de fé. Na releitura histórica do atual Papa, a Igreja, assim como Cristo a

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ Ibidem.

⁶⁸ Mensagem do Papa Francisco por ocasião da primeira reunião formal e pública do diálogo entre governo e oposição na Venezuela, em 10 de abril de 2014. Disponível em: < www.vatican.va>. Acesso em 29 de julho de 2018.

⁶⁹ Mensagem do Papa Francisco ao Cardeal Jean-Louis Tauran, por ocasião do 50º aniversário de fundação do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, em 19 de maio de 2014. Disponível em: < www.vatican.va>. Acesso em 29 de julho de 2018.

⁷⁰ Ibidem.

⁷¹ Ibidem.

caminho de Emaús, deseja “tornar-se próxima e companheira de viagem de todos os homens.”⁷² Francisco reafirma a necessidade da interação entre as diversas culturas e o compromisso em, percorrendo o caminho do diálogo, “intensificar a cooperação, já frutuosa, com todos aqueles que, pertencentes a diferentes tradições religiosas, partilham a vontade de construir relações de amizade e participam nas numerosas iniciativas de diálogo.”⁷³ Ele, ao concluir sua mensagem, convida o referido Conselho a renovar seu impulso missionário, utilizando-o para a paz e o progresso dos povos.

De 24 a 26 de maio de 2014, o Papa visita Jerusalém por ocasião do 50º aniversário do encontro, nesse lugar, entre o papa Paulo VI e o patriarca Atenágoras⁷⁴. Na ocasião, em cerimônia de boas-vindas⁷⁵, o Bispo de Roma saúda a todos, lembrando que essa visita o faz seguir os passos dos seus antecessores Paulo VI, João Paulo II e Bento XVI, demonstrando assim, sua intenção de manter a unidade na Igreja de Cristo. Francisco apresenta sua satisfação em virtude do país oferecer acolhimento a grande número de refugiados da Palestina do Iraque e de outras áreas em conflito, reforçando a disposição da sua Igreja em intensificar a assistência “aos refugiados e a quem vive em necessidade.”⁷⁶

O Papa aproveita a oportunidade para renovar seu afeto à comunidade muçulmana e o seu apreço “pela função de guia desempenhada por Sua Majestade o Rei na promoção duma compreensão mais adequada das virtudes proclamadas pelo Islã e da serena convivência entre fiéis das diferentes religiões”⁷⁷. Esse, empenhado na busca da paz, é conhecido – conforme lembra Francisco - “como artífice da paz.”⁷⁸

Francisco faz alusão ao respeito pela liberdade religiosa, como direito humano fundamental, sendo apresentada não só como a liberdade individual de professar uma fé, mas também como liberdade de culto. Por fim, Francisco manifesta o desejo de que sua visita contribua sobremaneira com a construção da sociedade e com a promoção de boas e cordiais relações entre cristãos e muçulmanos. Conclui sua alocução pedindo a Deus que nos defenda “do medo da mudança.”⁷⁹

⁷² Ibidem.

⁷³ Ibidem.

⁷⁴ Em 7 de Dezembro de 1965 o S. S. Paulo VI e o S. S. o Patriarca Atenágoras, assinam uma declaração para a promoção e o restabelecimento da unidade da Igreja do Ocidente com a Igreja do Oriente.

⁷⁵ Palácio Real Al-Husseini, Jordânia. Discurso do Papa Francisco em 25 de maio de 2014. Disponível em: < www.vatican.va>. Acesso em 29 de julho de 2018.

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ Ibidem.

O Papa Francisco discursa também em Belém, no encontro com autoridades palestinas, no dia 25 de maio de 2014.⁸⁰ Mais uma vez, ele exprime seu descontentamento com os conflitos históricos no Médio Oriente que “produziu tantas feridas difíceis de curar.”⁸¹ Essa falta de entendimento entre as partes, atesta Francisco, “produzem insegurança, negação de direitos, isolamento e saída de comunidades inteiras, divisões, carências e sofrimentos de todo tipo.”⁸² O atual líder da Igreja Católica Apostólica Romana, alerta para a urgência de esforços para o alcance de “uma paz estável, baseada na justiça, no reconhecimento dos direitos de cada um e na segurança mútua.”⁸³

Francisco reafirma sua preocupação em salvaguardar a liberdade religiosa favorecendo uma cultura de paz, fraternidade e harmonia. Isso posto, defende o Papa, será dado um testemunho ao mundo de que é possível religiões diferentes estabelecerem uma convivência harmônica:

É possível encontrar um bom acordo entre culturas e religiões diferentes; testemunha que as coisas que temos em comum são tantas e tão importantes que é possível individuar uma estrada de convivência serena, ordenada e pacífica, na aceitação das diferenças e na alegria de sermos irmãos porque filhos de um único Deus.⁸⁴

Em sua primeira alocução ao presidente do Estado de Israel⁸⁵, Francisco ressalta, a princípio, a alegria e gratidão pela hospitalidade, lembrando que aquela cidade é guardiã de lugares sagrados às três grandes religiões que adoram o Deus de Abraão, lugares esses onde comunidades vivem sua fé, sua cultura, suas iniciativas de caridade. O sucessor de Pedro expressa sua admiração por ver peregrinos e residentes transitando livremente em espaços de tão grande significado, além de reforçar a magnitude da preservação da paz entre judeus, cristãos e muçulmanos, opondo-se a qualquer recurso de violência e “qualquer gênero de discriminação por motivos raciais ou religiosos, à pretensão de impor o próprio ponto de vista em detrimento dos direitos alheios [...]”.⁸⁶

O Papa ainda apresenta sua disposição em, como líder da Igreja Cristã de denominação Católica Apostólica Romana, prestar sua contribuição ao bem comum para a construção da paz, como cidadão que exerce plenamente seus direitos. A isso, ele acrescenta o direito de “qualquer

⁸⁰ Discurso do papa Francisco às autoridades palestinas, em 25 de maio de 2014. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em 29 de julho de 2018.

⁸¹ Ibidem.

⁸² Ibidem.

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ Ibidem.

⁸⁵ Discurso do Papa Francisco na visita ao presidente do estado de Israel, em 26 de maio de 2014. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em 29 de julho de 2018.

⁸⁶ Ibidem.

outra denominação religiosa e de todas as minorias – são garantia de um sã pluralismo e prova da vitalidade dos valores democráticos, do seu real enraizamento na prática e na vida concreta do Estado ”⁸⁷.

Francisco finaliza seu discurso assegurando suas orações àquele povo e dirigindo seu pensamento aos que sofrem como consequência das crises na região médio-oriental, desejando superação dos conflitos e despedindo-se com a expressão Shalom⁸⁸.

Nesse mesmo dia⁸⁹, o representante Católico realizou uma visita aos dois Grã-rabinos de Israel, aos quais Francisco relembra recorrentes iniciativas de encontro, diálogo e partilhas espirituais já em seu arcebispado na Argentina, sendo um sopro dos ventos conciliares, mais precisamente da declaração *Nostra Aetate*. É também mencionado que o diálogo entre o Grã-rabinato de Israel e a Comissão da Santa Sé para as relações religiosas com o judaísmo foi inspirado pela visita de João Paulo II em 2002. O Papa afirma que judeus e cristãos são chamados a interrogarem-se acerca do vínculo espiritual que os une e apela para a necessidade de um conhecimento profícuo daquilo que sustenta cada tradição religiosa.

O conhecimento recíproco do nosso patrimônio espiritual, o apreço por aquilo que temos em comum e o respeito no que nos divide poderão servir de guia para o sucessivo desenvolvimento de nossas ações futuras, que entregamos nas mãos de Deus. Juntos, poderemos dar uma grande contribuição para a causa da paz; juntos poderemos, num mundo em rápida mudança, testemunhar o significado perene do plano divino da criação; juntos poderemos opor-nos, firmemente, a todas as formas de anti-semitismo e restantes formas de discriminação.⁹⁰

Em visita ao monumento à memória das vítimas do holocausto⁹¹, depositou flores no interior do Memorial, Francisco discursa em forma de prece por tantas mortes implementadas pelo nazismo. Francisco traz à reflexão um texto do livro do Gênesis e inicia com o seguinte questionamento:

“Adão, onde estás?”(cf Gen 3,9). “Onde estás, ó homem? Onde foste parar? Neste lugar, memorial do Shoah, ouvimos ressoar esta pergunta de Deus: ‘Adão, onde estás?’ Nesta pergunta, há toda a dor do Pai que perdeu o filho. O pai conhecia o risco da liberdade; sabia que o filho teria podido perder-se...mas talvez nem mesmo o Pai podia imaginar uma tal queda, um tal abismo! Aquele

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ Paz, traduzida da palavra hebraica SHALOM, tem um significado tão amplo, que em nenhuma outra língua pode ser expressa em um só termo. Quer dizer “estar completo”, “estar sã”, “estar bem em todos os sentidos”, “ser próspero e feliz”. Shalom é o completo de bem estar que certamente equivale à paz no mais profundo significado: paz com Deus e, em consequência, conosco e com os semelhantes. Disponível em: <[www.biblia.com.br/dicionario-biblico/s/shalom/](http://biblia.com.br/dicionario-biblico/s/shalom/)>. Acesso em 29 de julho de 2018.

⁸⁹ Discurso do Papa Francisco, em visita aos dois Grã-rabinos da Grande Sinagoga de Jerusalém, em 26 de maio de 2014. Disponível em: < www.vatican.va>. Acesso em 29 de julho de 2018.

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ Discurso do Papa Francisco por ocasião da visita ao Memorial de Yad Vashem, em 26 de maio de 2014. Disponível em: < www.vatican.va>. Acesso em 29 de julho de 2018.

grito ‘onde estás’ ressoa aqui, perante tragédia incomensurável do holocausto, como uma voz que se perde num abismo sem fundo [...]”⁹²

E segue o texto fazendo ecoar um sentimento de indignação pela animosidade do extermínio dos diferentes. Sua fala é concluída, pedindo a Deus que nos dê a graça “de nos envergonharmos daquilo que, como homens, fomos capazes de fazer [...]”⁹³.

Em discurso por ocasião da visita ao Grã-Mufti de Jerusalém⁹⁴, ainda nessa peregrinação à Terra Santa, o Papa Francisco saúda a todos, enfatizando sua alegria ao encontrar com os fiéis muçulmanos, a quem chama de “irmãos amados”⁹⁵. Ele se apresenta na condição de peregrino e, como tal, lhe é próprio o encontro com outros fiéis.

O líder católico aponta o encontro como uma pausa para revigorar e dar forças, a fim de enfrentarem os desafios comuns. Francisco rememora a peregrinação de Abraão e seu chamado a promover a justiça, testemunhando e imitando Deus. Defende que todos presentes naquele encontro fraterno também deveriam ser testemunhas do agir de Deus e atenderem o chamado para que cada um fosse agente de paz e de justiça. Conclui seu discurso lançando um apelo para que as comunidades que se reconhecem em Abraão respeitem-se e amem-se como irmãos, aprendendo a compreender a dor uns dos outros e que “ninguém instrumentalize, para a violência, o nome de Deus.”⁹⁶

Aos 20 de junho de 2014, o Papa Francisco discursa para os participantes do Congresso Internacional, cujo tema foi Liberdade religiosa segundo o direito internacional e o conflito global dos valores.⁹⁷ Nesse encontro, ele alerta para a condição de cada ser humano em ser pesquisador, a partir da sua própria origem, fazendo ressoar no seu coração questionamentos que não podem ser “reprimidos, nem sufocados, porque emergem de dentro e são conaturais à essência íntima da pessoa”⁹⁸

Francisco retrata, mais uma vez, que a liberdade religiosa é um direito fundamental do homem que reflete a sua dignidade, “a de procurar a verdade e de lhe aderir, e reconhecer nela uma condição indispensável para poder alargar toda a sua potencialidade”⁹⁹. A liberdade religiosa, continua o pontífice, “não é só a de um pensamento ou de um culto privado. É

⁹² Ibidem.

⁹³ Ibidem.

⁹⁴ Discurso do Papa Francisco em visita ao Grã-Mufti de Jerusalém em 26 de maio de 2014. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em 29 de julho de 2018.

⁹⁵ Ibidem.

⁹⁶ Ibidem.

⁹⁷ Discurso do Papa Francisco para os participantes do Congresso Internacional: Liberdade religiosa segundo o direito internacional e o conflito global de valores, em 20 de junho de 2014. Disponível em: < www.vatican.va>. Acesso em 29 de julho de 2018.

⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹ Ibidem.

liberdade de viver segundo os princípios éticos consequentes à verdade encontrada, quer em privado quer em público.”¹⁰⁰

O Papa alerta para o pensamento débil do mundo globalizado de perseguir os que defendem a verdade acerca do homem e reafirma a importância de organismos para proteger a liberdade religiosa.

[...] torna-se incompreensível e preocupante que, ainda hoje, permaneçam no mundo discriminações e restrições de direitos unicamente pelo facto de pertencer e professar publicamente uma determinada fé. É inaceitável que até subsistam verdadeiras perseguições por motivos de pertença religiosa! Também guerras! Isto fere a razão, atenta contra a paz e humilha a dignidade do homem.¹⁰¹

Francisco conclui sua participação no Congresso expressando seu desejo de que sejam discutidas e encontradas razões científicas que obriguem o ordenamento jurídico a respeitar e defender a liberdade religiosa.

Em setembro de 2014, o sucessor de Pedro se encontra com os organizadores e atletas do jogo inter-religioso pela paz¹⁰², realizado no estádio Olímpico de Roma. O evento foi gestado pelo sumo pontífice e teve a adesão de vários países e religiões distintas, transformando-se em um momento de grande alegria, uma vez que, segundo Francisco, a competição seria um testemunho de “sentimentos de fraternidade e amizade.”¹⁰³

Em seu discurso, relaciona valores vividos pelo futebol a valores que devem ser universais: lealdade, partilha, acolhimento, diálogo, confiança. Francisco afirma que esses valores são comuns independentemente de raça, cultura e credo religioso.

O evento desportivo desta tarde é um gesto altamente simbólico para fazer compreender que é possível construir a cultura do encontro e um mundo de paz, onde crentes de religiões diversas, conservando a sua identidade – porque quando digo disse ‘independentemente’ não queria dizer ‘pondo de lado’ – crentes de religiões diversas, conservando sua própria identidade, podem conviver em harmonia e no respeito recíproco.¹⁰⁴

O futebol, defende ainda Francisco, pode reacender a necessidade de compromisso com a coexistência de todos os povos, excluindo a discriminação em nome da raça, língua e religião. “As religiões, sobretudo, estão chamadas a fazer-se veículo de paz e nunca de ódio, porque é preciso anunciar sempre e só o amor em nome de Deus.”¹⁰⁵

¹⁰⁰ Ibidem.

¹⁰¹ Ibidem.

¹⁰² Discurso do Papa Francisco aos organizadores e atletas do jogo inter-religioso pela paz, em 1º de setembro de 2014. Disponível em: < www.vatican.va >. Acesso em 29 de julho de 2018.

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ Ibidem.

¹⁰⁵ Ibidem.

Em viagem apostólica à Albânia, foi promovido um encontro do líder católico com os líderes de outras religiões e outras denominações cristãs¹⁰⁶, na Universidade Católica Nossa Senhora do Bom Conselho. Francisco, em seu discurso, associa o momento partilhado como um sinal de diálogo que reverbera na construção de relações de fraternidade e colaboração, com vistas à promoção do bem para a sociedade inteira.

Francisco relembra momentos históricos impregnados de violência vividos naquele lugar e que causaram, em muitos momentos, a exclusão de Deus da sociedade. Com isso, afirma o pontífice, “o homem se sente perdido, a sua dignidade é espezinhada, os seus direitos violados.”¹⁰⁷ Porém, vencendo momentos de conflito, aquele povo pode, de acordo com o Papa, criar condições favoráveis à liberdade de religião. “Isso permitiu a todos oferecerem, mesmo a partir da própria convicção religiosa, uma contribuição positiva para a reconstrução moral, mais do que econômica, do país.”¹⁰⁸

Francisco defende que é necessário que se veja, em cada homem e mulher, independentemente da tradição religiosa abraçada, os traços de irmandade. Ele aponta o prejuízo causado pela imposição das próprias convicções ao outro, sobretudo pela interdependência própria dos que vivem em sociedade, um necessitando da existência do outro. Francisco ressalta, como em outros momentos, o compromisso de cada um com o bem comum.

Sempre que a adesão à própria tradição religiosa faz germinar um serviço mais convicto, mais generoso, mais altruísta à sociedade inteira, verifica-se um autêntico exercício e crescimento da liberdade religiosa. [...] Quanto mais se está ao serviço dos outros, tanto mais se é livre!¹⁰⁹

No ano de 2015, o Papa Francisco, como de costume, já no mês de janeiro convoca os membros do Corpo Diplomático Acreditado Junto da Santa Sé¹¹⁰, objetivando estreitar a relação com os representantes de vários povos. Francisco traz à memória o espírito do Natal que anuncia a paz, como dom precioso de Deus e responsabilidade pessoal e social de todos. Ao mesmo tempo, o Papa reflete sobre a rejeição como uma realidade dramática que encontra eco também na representação do presépio, demonstrando o quão duro é o coração de muitos homens que, por essa dureza, sentem dificuldade em receber o Menino.

E se assim foi tratado o filho de Deus, ainda pior o são muitos dos nossos irmãos e irmãs. Há uma índole da rejeição que nos assemelha e que induz a olhar o próximo, não como um irmão a acolher, mas como alguém deixado

¹⁰⁶ Discurso do Papa Francisco no encontro com líderes de outras religiões e outras denominações cristãs, na Albânia, em 21 de setembro de 2014. Disponível em: < www.vatican.va >. Acesso em 29 de julho de 2018.

¹⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ Ibidem.

¹¹⁰ Discurso do Papa Francisco ao Corpo Diplomático Junto da Santa Sé, em 12 de janeiro de 2015. Disponível em: < www.vatican.va >. Acesso em 29 de julho de 2018.

fora do nosso horizonte de vida pessoal, transformando-o antes num concorrente, num súbdito a dominar. Trata-se duma mentalidade geradora daquela cultura do descarte que não poupa nada e ninguém, desde as criaturas irracionais aos seres humanos e até ao próprio Deus. De tal cultura nasce uma humanidade ferida, continuamente dilacerada por tensões e conflitos de toda a espécie.¹¹¹

Francisco continua sua imersão no sentimento de rejeição atrelando-o à dimensão pessoal e social, a partir da discriminação das culturas, nas quais os vínculos são rompidos, causando a dissolução da humanidade, gerando violência e morte. Antenado com os acontecimentos cotidianos, Francisco faz alusão à morte de crianças no Paquistão, onde mais de cem crianças foram trucidadas, e o trágico massacre em Paris, decorrente de ação terrorista.

O Papa reflete acerca dos conflitos espalhados pelo mundo, sobretudo pelo alastramento do terrorismo de matriz fundamentalista que, antes mesmo de descartar os seres humanos oriundos de outros credos, rejeita o próprio Deus “relegando-O a mero pretexto ideológico”¹¹², o que demonstra a urgente necessidade de ações que detenham a violência e reestabeleçam a concórdia.

Francisco denuncia sua preocupação com o tráfico humano, como um “comércio execrável que não pode continuar. Um flagelo que é preciso ser erradicado, pois nos atinge a todos nós, desde as famílias envolvidas até à comunidade mundial inteira.”¹¹³

Como resultado de conflitos, o Papa aborda o crime do estupro, que vem ofendendo a dignidade da mulher, a qual é “violada não só na intimidade do seu corpo, mas também na sua alma, com um trauma que dificilmente poderá ser cancelado e cujas consequências são também de caráter social”¹¹⁴. As doenças, os perigos enfrentados pelos refugiados, os “exilados ocultos” (idosos, pessoas com deficiência, jovens), a globalização, que descarta as culturas próprias. Essas foram questões abordadas nesse encontro, o que demonstra um conhecimento profundo dos males que assolavam os povos, ao mesmo tempo em que traz uma mensagem de esperança, afirmando que é possível fomentar nas relações interpessoais, a cultura do encontro, encorajando-os a que estejam empenhados em favorecer o desenvolvimento humano entre todos os cidadãos.

Ainda no mês de janeiro de 2015, Francisco embarca em viagem apostólica para o Sri Lanka e as Filipinas¹¹⁵. Discursando no Encontro inter-religioso e ecumênico, o Papa apresenta

¹¹¹ Ibidem.

¹¹² Ibidem.

¹¹³ Ibidem.

¹¹⁴ Ibidem.

¹¹⁵ Discurso de Francisco no Encontro inter-religioso e ecumênico, realizado no Sri Lanka em 13 de janeiro de 2015. Disponível em: < www.vatican.va>. Acesso em 29 de julho de 2018.

sua satisfação em dividir aquele espaço com representantes das quatro maiores comunidades religiosas imersas no cotidiano daquele povo: budismo, hinduísmo, islamismo e cristianismo.

Francisco ressaltou o valor do diálogo como imprescindível para a compreensão e respeito mútuos, fundamentado numa apresentação “completa e franca”¹¹⁶ dos adeptos das religiões ali estabelecidas e que poderiam girar em torno daquilo que tinham em comum, abrindo-se assim a novos caminhos “para uma mútua estima e cooperação e, seguramente, para a amizade.”¹¹⁷

Há tantas maneiras de os seguidores das diferentes religiões levarem a cabo tal serviço. Inúmeras são as necessidades a acudir com o bálsamo sanador da solidariedade fraterna. Penso de modo particular nas necessidades materiais e espirituais dos pobres, dos indigentes, de quantos esperam ansiosamente por uma palavra de consolação e de esperança.¹¹⁸

Assim, Francisco convida todos os líderes espirituais a firmarem um compromisso de reconciliação com aquele povo, em virtude do crescente espírito de cooperação. “A bem da paz, não se deve permitir que se abuse das crenças para a causa da violência ou da guerra.”¹¹⁹ Por fim, Francisco exorta a viverem plenamente os princípios da paz e da coexistência, encontradas em cada religião e que sejam denunciados todos os atos de violência.

Em 24 de janeiro de 2015, é realizado um encontro promovido pelo Pontifício Instituto de Estudos Árabes e Islâmicos¹²⁰, em virtude do seu aniversário de 50 anos. Francisco, em sua alocução inicial, resgata as incompreensões e dificuldades que marcaram a relação entre esses povos e a Igreja Católica Apostólica Romana, porém ressalta que foram dados passos significativos na direção do diálogo entre as religiões. O Papa afirma que a condição para se avançar nesse diálogo foi a prática da escuta, haja vista que essa dimensão é um dever pedagógico para que reconheçamos os valores dos outros, compreendendo suas preocupações e fazendo emergir as convicções comuns.

Francisco aponta o processo de formação como um diferencial no avanço do diálogo entre as religiões, uma vez que esse firmará o crente na sua própria identidade, evitando assim uma abordagem conciliadora, no sentido de aceitar tudo o que o outro afirma. Para o papa, essa postura toma uma aparência de tentar enganar o outro, além de negar-lhe uma partilha generosa do dom recebido.

¹¹⁶ Ibidem.

¹¹⁷ Ibidem.

¹¹⁸ Ibidem.

¹¹⁹ Ibidem.

¹²⁰ Discurso do Papa Francisco aos participantes do encontro promovido pelo Pontifício Instituto de estudos Árabes e Islâmicos, em 24 de janeiro de 2015. Disponível em: < www.vatican.va >. Acesso em 29 de julho de 2018.

Quando nos aproximamos de uma pessoa que professa com convicção a própria religião, o seu testemunho e o seu pensamento interpelam-nos e levam-nos a questionar-nos sobre a nossa própria espiritualidade. Por conseguinte, no início do diálogo está o encontro. Dele gera-se o primeiro conhecimento do outro. Com efeito, se se parte do pressuposto da pertença comum à natureza humana, podem-se superar os preconceitos e as falsidades e começar a compreender o outro segundo uma perspectiva nova.¹²¹

O Papa ressalta que a história do Pontifício Instituto de Estudos Árabes e Islâmicos se propõe esse papel. Em seu discurso, Francisco defende que “o antídoto mais eficaz contra qualquer tipo de violência é a educação para a descoberta e a aceitação da diferença como riqueza e fecundidade.”¹²² A isso, acrescenta que seu desejo é que o Instituto seja uma referência para os cristãos que atuam no campo do diálogo inter-religioso.

O Papa, em viagem apostólica a Sarajevo (Bosnia-Herzegovina), participa do encontro ecumênico e inter-religioso¹²³ e, no seu discurso, expressa sua alegria com a iniciativa de diálogo produzida naquela região, principalmente por ser marcada pela diversidade que, por um lado, se apresenta como aliada ao desenvolvimento social, e, por outro, serviu de motivo para conflitos dolorosos. É evidente que, antes mesmo de se pautar em temas da fé, no diálogo inter-religioso, compartilham-se as experiências do dia-a-dia, além de se projetar um futuro melhor para todos, uma vez que assumem-se responsabilidades comuns. “Por esse motivo, o diálogo inter-religioso não pode limitar-se só a alguns, os responsáveis por comunidades religiosas, mas deve estender-se o mais possível a todos os crentes, envolvendo os diferentes sectores da sociedade civil”¹²⁴, afirma o Papa.

O Papa ainda encoraja os líderes religiosos presentes no encontro a serem perseverantes no caminho do perdão e da reconciliação. “Enquanto justamente fazemos memória do passado, inclusive para aprender as lições da história, evitemos lamúrias e as recriminações, deixando-nos antes purificar por Deus, que nos dá o presente e o futuro: Ele é nosso futuro, ele é a fonte última da paz.”¹²⁵

Francisco encerra sua fala convidando todos a fazerem uma oração, cujo fragmento resume sua concepção de diálogo atrelado à busca do bem comum: “Fazei que nos comprometamos corajosamente a construir a justiça social, a ser homens de boa vontade, cheios de compreensão mútua e perdão, artesãos pacientes de diálogo e paz.”¹²⁶

¹²¹ Ibidem.

¹²² Ibidem.

¹²³ Discurso do Papa Francisco em encontro ecumênico e inter-religioso em viagem apostólica à Sarajevo, em 6 de junho de 2015. Disponível em: < www.vatican.va >. Acesso em 29 de julho de 2018.

¹²⁴ Ibidem.

¹²⁵ Ibidem.

¹²⁶ Ibidem.

O Conselho Internacional de Cristãos e Judeus, em comemoração pelo cinquentenário da *Nostra Aetate*, em junho de 2015, realiza um congresso, em cuja abertura, acontece um pronunciamento do papa Francisco. Ele relembra, em seu discurso¹²⁷, que o diálogo fraterno encontrou ressonância no Concílio Vaticano II, em especial, na promulgação da Declaração que fazia aniversário. Para Francisco, o documento em pauta representa “o sim definitivo às raízes judaicas do cristianismo e o não irrevogável ao anti-semitismo”(5/2015). É ressaltado o esforço, com a ajuda do Espírito Santo, para que o diálogo acontecesse durante esses cinquenta anos, quando houve uma superação da fragmentariedade humana, da desconfiança e do orgulho, dando-se oportunidade para que crescesse a fraternidade entre esses povos.

As confissões cristãs encontram a sua unidade no Cristo; o judaísmo encontra a sua unidade na Torá. Os cristãos acreditam que Jesus Cristo é a Palavra de Deus feita carne no mundo; para os judeus, a Palavra de Deus está presente principalmente na Torá. As duas tradições de fé, tem como fundamento o único Deus, o Deus da Aliança, que se revela aos homens através da sua Palavra.¹²⁸

Francisco estimula os presentes a fazerem essa reflexão teológica, levando em conta esse sólido fundamento que “pode e deve ser ulteriormente desenvolvido.”¹²⁹

A comunidade de Santo Egídio¹³⁰ promoveu em setembro de 2015, um Encontro Internacional Em Prol da Paz. O bispo de Roma enviou mensagem aos representantes das Igrejas e comunidades cristãs e das grandes religiões do mundo. Nela, o pontífice recorda o primeiro encontro de Assis (outubro de 1986), pensado por João Paulo II e que, a partir dele, a cada ano, homens e mulheres de diversas religiões fazem essa peregrinação. Em defesa do diálogo, o Papa Francisco exorta os seguidores das várias religiões a se encontrarem e caminharem juntos colaborando para a paz no mundo imbuídos do “espírito de Assis.”¹³¹

Ele discorre sobre os atos de violência que, em todo mundo, afrontam o fundamento religioso, já que a paz e a convivência se alicerçam nele. “Não devemos resignar-nos à guerra”,¹³² afirma Francisco e continua enfatizando que “não podemos permanecer indiferentes perante aqueles que sofrem”¹³³. A mensagem é concluída com um apelo para que cada um

¹²⁷ Discurso do papa Francisco aos participantes do congresso promovido pelo Conselho Internacional de Cristãos e Judeus no cinquentenário da *Nostra Aetate*, em 30 de junho de 2015. Disponível em: < www.vatican.va>. Acesso em 29 de julho de 2018.

¹²⁸ Ibidem.

¹²⁹ Ibidem.

¹³⁰ Comunidade italiana dedicada a caridade, evangelização e promoção da paz – Mensagem de Francisco no encontro Internacional em prol da paz. Disponível em: < www.vatican.va>. Acesso em 29 de julho de 2018.

¹³¹ Ibidem.

¹³² Ibidem.

¹³³ Ibidem.

participe com empenho para a busca da paz, participação essa que não se restringe ao âmbito pessoal, mas, sobretudo, no âmbito comunitário.

De 18 a 28 de setembro de 2015, Francisco realizou viagem apostólica a Cuba e aos Estados Unidos da América, estendendo sua visita à sede da Organização das Nações Unidas. No dia 25, em Nova Iorque, Francisco profere um discurso no encontro inter-religioso no memorial Ground Zero¹³⁴.

O líder da Igreja de Roma, a princípio, evidencia sua indignação com a representação daquele espaço. “Aqui a dor é palpável”¹³⁵, afirma. “É o grito silencioso de quantos sofreram na sua carne a lógica da violência, do ódio, da vingança. Uma lógica que só pode causar angústia, sofrimento, destruição, lágrimas”.¹³⁶ Francisco expõe uma sensação de impotência perante a injustiça e a incapacidade de resolução de conflitos pela via do diálogo. Ao mesmo tempo, relembra com afeto tantos que bondosamente contribuíram para minimizar a dor das famílias dilaceradas pela perda. “No momento de maior angústia, sofrimento, fostes testemunhas dos maiores actos de dedicação e de ajuda”, afirma o Papa.

Ressalta-se também a oportunidade de a Igreja Católica Apostólica Romana se associar aos líderes de tantas religiões que em sua ótica enriquecem a vida daquele povo.

Espero que a nossa presença aqui seja um sinal vigoroso das nossas vontades de compartilhar e reiterar o desejo de sermos força de reconciliação, força de paz e justiça nesta comunidade e em todo o mundo. Apesar das diferenças, das discrepâncias, é possível viver um mundo de paz. Perante qualquer tentativa de uniformizar, é possível e necessário que nos reunamos, das diferentes línguas, culturas, religiões, para dar voz a tudo aquilo que o quer impedir. Juntos, hoje, somos convidados a dizer não a qualquer tentativa de uniformização e sim a uma diferença acolhida e reconciliada.¹³⁷

O Papa conclui, pedindo aos presentes, um momento de silêncio e oração. Ele estimula cada um a, em oração, em nome de todos os que sofreram com atos terroristas, se comprometerem pela causa da paz. “Paz neste vasto mundo que Deus nos deu como casa de todos e para todos. Somente, paz. Rezemos todos!”¹³⁸

Sempre encontra eco nas falas do Papa Francisco sua preocupação com os imigrantes, povo a quem ele dirige seu discurso na Filadélfia, em 26 de setembro de 2015 e aos demais povos da comunidade hispânica¹³⁹. Mais precisamente, esse encontro objetiva refletir acerca da

¹³⁴ Local que reuni as três referências às torres gêmeas, em virtude do atentado terrorista de 11 de setembro.

¹³⁵ Discurso no Ground Zero em virtude do Encontro Inter-religioso, em 25 de setembro de 2015. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em 29 de julho de 2018.

¹³⁶ Ibidem.

¹³⁷ Ibidem.

¹³⁸ Ibidem.

¹³⁹ Discurso do papa Francisco no encontro em prol da liberdade religiosa, na Filadélfia, em 26 de setembro de 2015. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em 29 de julho de 2018.

liberdade religiosa. É ressaltada a importância daquele espaço (National Historical Park), que, como marco da Independência Estadunidense, amplia o significado daquele encontro, haja vista a afirmação da Declaração de Independência daquele país, afirmar que “todos os homens e todas as mulheres são criados iguais, que são dotados pelo seu Criador de alguns direitos inalienáveis e que os governos existem para proteger e defender tais direitos.”¹⁴⁰

Francisco lembra que a história do povo norte-americano é pautada em grandes lutas (abolição dos escravos, direito de voto, crescimento do movimento operário, esforços para eliminar todas as formas de racismo e o preconceito contra os chegados ao país) e, por isso, fiel aos seus princípios, cabe a esse povo salvaguardar o respeito à dignidade humana, fazendo-se uma nação mais forte e renovada.¹⁴¹

É sob esse clima de volta às raízes que o bispo de Roma defende a liberdade religiosa como um direito de adorar a Deus, individual ou coletivamente. “É um direito fundamental que plasma o modo como interagimos social e pessoalmente com nossos vizinhos, cujos pontos de vista religiosos são diferentes dos nossos.”¹⁴² Com essa compreensão, ressalta que “a liberdade religiosa transcende, por sua natureza, os lugares de culto, bem como a esfera privada dos indivíduos e das famílias, porque o facto religioso, a dimensão religiosa não é uma subcultura, faz parte da cultura de qualquer povo e qualquer nação”¹⁴³.

Francisco rememora as atrocidades vividas no passado, perpetradas pelos sistemas que “pretenderam construir este ou aquele ‘paraíso terrestre’ dominando os povos, subjugando-os com princípios aparentemente indiscutíveis e negando-lhes qualquer tipo de direito.”¹⁴⁴

O Papa enfatiza que os seguidores das diferentes tradições religiosas devem se unir e invocar a paz, a tolerância, o respeito pela dignidade e os direitos de todos. Esse, segundo Francisco, é direito e dever das religiões.¹⁴⁵ Por fim, todos são convidados a, independentemente da religião professada, servir a Deus, “o Deus da paz, construindo cidades animadas pelo amor fraterno, cuidando do próximo em necessidade, defendendo a dignidade do dom divino, do dom divino da vida em todas as suas fases, defendendo a causa dos pobres e dos imigrantes.”¹⁴⁶

¹⁴⁰ Ibidem.

¹⁴¹ Ibidem.

¹⁴² Ibidem.

¹⁴³ Ibidem.

¹⁴⁴ Ibidem.

¹⁴⁵ Ibidem.

¹⁴⁶ Ibidem.

Por fim, o Papa afirma, com pesar, que os mais necessitados não são escutados e cabe aos homens e mulheres religiosos fazerem eco das suas necessidades, a fim de que seus gritos sejam ouvidos.¹⁴⁷

No final de 2015, Francisco realiza viagem apostólica ao Quênia, Uganda e República Centro-Africana. Na Mesquita Central de Koudouku, é realizado um encontro do Santo Padre com a comunidade muçulmana. A alocução é iniciada com o lembrete em relação aos laços de irmãos que une a todos e, como tal, precisa repercutir nos comportamentos. Francisco enfatiza que “quem afirma crer em Deus, deve ser também um homem e uma mulher de paz.”¹⁴⁸ Deve, portanto, cessar qualquer ação “que desfigura o rosto de Deus”¹⁴⁹ e que visa “defender interesses particulares em detrimento do bem comum”¹⁵⁰.

O Papa, atento à importância da vontade política dos responsáveis pelo país alerta para que, nas consultas nacionais, sejam colocados representantes que saibam unir os Centro-Africanos, configurando-se como símbolo de unidade, afastando-se de “representantes de uma facção”.¹⁵¹ Aquele povo é encorajado a fazer do país “uma casa colhedora para todos os seus filhos, sem distinção de etnia, filiação política ou confissão religiosa.”¹⁵²

Iniciando 2016, Francisco realiza seu encontro anual com o Corpo Diplomático Junto da Santa Sé¹⁵³, quando renova suas felicitações e realiza um ‘passeio’ por acontecimentos importantes que tiveram como consequência a ampliação de ações diplomáticas nos diversos países do mundo, reafirmando assim seu desejo de ser ponte. Ele afirma, a princípio, que a experiência religiosa deve, quando vivida com autenticidade, promover a paz.¹⁵⁴ Lembra o Natal a pouco celebrado, quando o menino indefeso carrega o nome de “Conselheiro admirável, Deus forte, Pai eterno, Príncipe da Paz. O mistério da Encarnação mostra-nos o verdadeiro rosto de Deus, para quem o poder não significa força e destruição, mas amor, a justiça não significa vingança, mas misericórdia”.¹⁵⁵

Francisco justifica a escolha da Catedral de Nossa Senhora da Conceição, em Bangui, na República Centro-Africana, para a abertura do Jubileu da Misericórdia, ocorrida em 29 de novembro de 2015:

¹⁴⁷ Ibidem.

¹⁴⁸ Ibidem.

¹⁴⁹ Ibidem.

¹⁵⁰ Ibidem.

¹⁵¹ Ibidem.

¹⁵² Ibidem.

¹⁵³ Discurso no encontro anual do Corpo diplomático Junto da Santa Sé, em 11 de janeiro de 2016. Disponível em: < www.vatican.va >. Acesso em 29 de julho de 2018.

¹⁵⁴ Ibidem.

¹⁵⁵ Ibidem.

Num país longamente atribulado pela fome, a pobreza e os conflitos, onde a violência fraticida dos últimos anos deixou feridas profundas nos espírito, dilacerando a comunidade nacional e gerando miséria material e moral, a abertura da Porta Santa da Catedral de Bangui pretendeu ser um sinal de encorajamento para erguerem o olhar, retomarem o caminho e reencontrarem as razões do diálogo.¹⁵⁶

Desse modo, o pontífice quis reiterar, junto com a comunidade muçulmana - já que, naquele espaço, muito se praticou injustiça em nome de Deus – que nunca se pode matar em nome de Deus. Um espírito individualista, afirma Francisco, faz aumentar o sentido de indiferença com o outro, levando a um tratamento meramente comercial, principalmente com os “pobres, os marginalizados, os últimos da sociedade”.¹⁵⁷ Relacionando ao livro do Êxodo, quando Abraão sai em busca da terra prometida, o Papa chama a tenção para esse e outros tantos episódios em que a Escritura narra “incômodos e sofrimentos, desejos e esperanças que são comuns as centenas de milhares de pessoas em marcha nos nossos dias, com a mesma determinação de Moisés de alcançar uma terra onde corra ‘leite e mel’, onde possam viver livres e em paz”.¹⁵⁸

Ao abordar aspectos humanos da migração, o discurso proferido denuncia o extremismo e o fundamentalismo, que encontram terreno fértil na religião para fins de dominação. Por isso, a Santa Sé renova o compromisso em estabelecer ideais ecumênicos e inter-religioso, promovendo um diálogo sincero, valorizando as peculiaridades, fruto das diferentes identidades, com vistas a uma convivência harmoniosa entre todos os povos.

Ao visitar a Sinagoga de Roma, em janeiro de 2016, o Papa Francisco recorda, em seu discurso, que desde seu ministério em Buenos Aires, de maneira recorrente, visitava os templos judeus para encontrar seus irmãos ali reunidos. Nesses encontros, afirma o pontífice, a relação de amizade os fazia aderir a um compromisso comum. “No diálogo inter-religioso é fundamental que nos encontremos como irmãos e irmãs diante do nosso Criador e a Ele louvamos por nos respeitarmos e apreciarmos reciprocamente e procurarmos colaborar”¹⁵⁹.

Francisco adverte que, paralelamente às questões teológicas, devem ser observados os desafios enfrentados pelo mundo contemporâneo. O cuidado com a criação, com vistas a uma ecologia integral e sua defesa deve fazer parte da atuação de cristãos e judeus. “Deus é o Deus da vida e quer promovê-la e defendê-la, sempre; e nós, criados à sua imagem e semelhança,

¹⁵⁶ Ibidem.

¹⁵⁷ Ibidem.

¹⁵⁸ Ibidem.

¹⁵⁹ Discurso do papa Francisco em virtude da visita à Sinagoga de Roma, em 17 de janeiro de 2016. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em 29 de julho de 2018.

temos o dever de fazer o mesmo. Cada ser humano, enquanto criatura de Deus, é nosso irmão, independentemente da sua fé e da sua pertença religiosa.”¹⁶⁰

O bispo de Roma lembra ainda que Deus estende sua mão misericordiosa a todos, principalmente aos mais necessitados. “Onde a vida estiver em perigo, estamos ainda mais chamados a protegê-la.”¹⁶¹

Em discurso a novos membros acreditados juntos da Santa Sé (Estónia, Malavi, Namíbia, Seicheles, Tailândia e Zâmbia, em maio de 2016, o líder católico exprime sua alegria em estreitar relações diplomáticas com esses países, ao mesmo tempo em que os exorta para que, independentemente das religiões professadas em seus países, todos estejam unidos pela “comum humanidade e pela missão partilhada de nos ocuparmos da sociedade e da criação”¹⁶².

O sofrimento espalhado pelo mundo requer, afirma Francisco, uma urgência particular, uma vez que os problemas enfrentados necessitam não só reflexão, mas principalmente, “sinais concretos de solidariedade com os irmãos e irmãs em grave necessidade”.¹⁶³ Para isso, faz-se necessário perseguir a cultura de paz, na qual os direitos sejam garantidos, a fim de salvaguardar o desenvolvimento humano integral.

Que cada um possa, segundo o Papa, encorajar suas comunidades a que cada uma se torne “artífice da paz, promotores de justiça social e defensores do respeito verdadeiro pela casa comum.”¹⁶⁴ Mesmo reconhecendo os grandes desafios do mundo moderno, Francisco entende que não se pode agir com leviandade, e sim, com sabedoria e compaixão. Enfatizando as guerras e as imigrações, o discurso proferido resgata o caráter de denúncia das injustiças, cada um emprestando sua voz, para que sejam ouvidos os clamores do povo.

Em setembro de 2016, Francisco, em visita a Assis¹⁶⁵, a fim de participar da Jornada de Oração Pela Paz, divide sua participação em três momentos: condução da meditação inicial, o discurso e, por fim, um apelo em favor da paz.

A meditação inicia com a expressão ‘Tenho sede!’(Jo 19, 28). Papa Francisco justifica essa escolha afirmando que esse pedido de Jesus crucificado ressoa também para cada um de nós. “A sede ainda é mais do que a fome, a necessidade extrema do ser humano, mas representa também sua extrema miséria.”¹⁶⁶ Nessa expressão se ouve “a voz dos que sofrem, o grito

¹⁶⁰ Ibidem.

¹⁶¹ Ibidem.

¹⁶² Discurso do papa Francisco aos embaixadores da República de Seicheles, Tailândia, Estónia, Malavi, Zâmbia e Namíbia, em 19 de maio de 2016. Disponível em: < www.vatican.va >. Acesso em 29 de julho de 2018.

¹⁶³ Ibidem.

¹⁶⁴ Ibidem.

¹⁶⁵ Visita do papa Francisco a Assis para a Jornada de Oração Pela Paz, em 20 de setembro de 2016. Disponível em: < www.vatican.va >. Acesso em 29 de julho de 2018.

¹⁶⁶ Ibidem..

escondido dos pequenos inocentes a quem é negada a luz deste mundo, a súplica instantânea dos pobres e dos mais necessitados de paz.”¹⁶⁷

Em seu discurso, o líder da Igreja Católica Apostólica Romana faz alusão à passagem bíblica contida em Mateus 5,9: “felizes os pacificadores”. Deus nos pede, diz o texto, que enfrentemos a grande doença do nosso tempo, chamada indiferença. Com a necessidade atual de suprir o mundo de paz, não há espaço para a indiferença. As diversas tradições religiosas são diversas, mas a diferença não deve ser motivo para conflito e/ou distanciamento. Ao contrário, pode-se amplamente “rezar uns ao lado dos outros, uns pelos outros.”¹⁶⁸

Desejamos que homens e mulheres de religiões diferentes se reúnam e criem concórdia em todo o lado, especialmente onde há conflitos. O nosso futuro é viver juntos. Por isso, somos chamados a libertar-nos dos fardos pesados da desconfiança, dos fundamentalismos e do ódio. Que os crentes sejam artesãos de paz na invocação a Deus e na ação em prol do ser humano!¹⁶⁹

O Bispo de Roma chama a atenção dos líderes religiosos, lembrando-os de que eles que têm a obrigação de serem “pontes sólidas de diálogo, mediadores criativos de paz.”¹⁷⁰

Na última alocução da programação em Assis, Francisco (2016) faz um apelo em defesa da paz no mundo e reitera que “a violência e o terrorismo se opõem ao verdadeiro espírito religioso”. É enfatizada a necessidade do compromisso de cada um em ouvir a voz dos pobres, das crianças, das mulheres, enfim, de tantos que sofrem em meio às guerras.

Abra-se um tempo novo, em que o mundo globalizado se torne uma família de povos. Implemente-se a responsabilidade de construir uma paz verdadeira, que esteja atenta às necessidades autênticas das pessoas e dos povos, que impeça os conflitos através da colaboração, que vença os ódios e supere as barreiras por meio do encontro e do diálogo.¹⁷¹

De 30 de setembro a 2 de outubro de 2016, em visita apostólica à Geórgia e ao Azerbaijão¹⁷², o Papa Francisco se encontra com chefes muçulmanos e com outros representantes das comunidades religiosas do país. O seu discurso, marcado por análise estrutural, vem a fomentar o desejo comunitário de romper as barreiras da religião em busca do bem comum, pois, segundo o papa, “as próprias religiões têm uma grande tarefa: acompanhar

¹⁶⁷ Ibidem.

¹⁶⁸ Ibidem

¹⁶⁹ Ibidem.

¹⁷⁰ Ibidem.

¹⁷¹ Ibidem.

¹⁷² Discurso do Papa Francisco no Encontro Inter-religioso com os chefes muçulmanos do Cáucaso e com os representantes das comunidades religiosas, em virtude da viagem apostólica à Geórgia e ao Azerbaijão, em 2 de outubro de 2016. Disponível em: < www.vatican.va >. Acesso em 29 de julho de 2018.

os homens em busca do sentido da vida, ajudando-os a compreender que as limitadas capacidades do ser humano e os bens deste mundo nunca se devem tornar absolutos.”¹⁷³

A religião, segundo Francisco, deve se configurar como uma bússola, orientando os fiéis para o caminho do bem, efetivando a tarefa educativa de extrair do homem o que há de melhor. E aqueles que têm o papel de guiar os crentes assumem grande responsabilidade de trazer a esses homens respostas que os tirem da obscuridade.¹⁷⁴ As religiões são chamadas, segundo Francisco:

a construir a cultura do encontro. Não devem entrar nas religiões os interesses mundanos, das ambições de poder e de dinheiro, porque Deus não pode ser invocado para interesses de parte nem para fins egoístas; não pode justificar qualquer forma de fundamentalismo, imperialismo ou colonialismo”¹⁷⁵

No último ano de nossa análise (2017), o Papa Francisco inicia o ano, como de costume, reunindo o Corpo Acreditado junto da Santa Sé¹⁷⁶. Nesse encontro, ele segue uma rotina de fala, pautada no agradecimento pela trabalho desenvolvido no ano anterior e dando as boas-vindas a novos diplomatas.

Francisco recorda os atos de destruição da vida ao longo da história e justifica que esse panorama o fez eleger o tema sobre a paz para aquele encontro. Francisco ainda justifica essa posição por entender o clima de incerteza pelo presente e angústia pelo futuro que assolam o mundo, inclusive com motivações religiosas, o que, para ele, é inaceitável. Ao mesmo tempo, o Papa faz ver que há muitas iniciativas de busca do bem comum, que, segundo ele, “contribuem para a paz e dão testemunho de como se pode, concretamente, viver e trabalhar juntos, mesmo pertencendo a povos, culturas e tradições diferentes, desde que se coloque, no centro das próprias atividades, a dignidade da pessoa humana.”¹⁷⁷

O Papa inclui, em seu discurso, a preocupação com a indústria armamentista, que é fomentada com a sofisticação tecnológica, levando-a a um crescimento, inclusive da corrida a armas nucleares e faz um apelo para que esse “perverso comércio”¹⁷⁸ seja erradicado. Também as armas convencionais encontram cada vez mais, facilidades de mercado. “Armas de pequeno calibre, além de agravar a situação nas diferentes áreas de conflito, produzem uma sensação

¹⁷³ Ibidem.

¹⁷⁴ Ibidem.

¹⁷⁵ Ibidem.

¹⁷⁶ Discurso do Papa Francisco por ocasião do Encontro com os membros do Corpo Diplomático Acreditado Junto da Santa Sé, em 9 de janeiro de 2017. Disponível em: < www.vatican.va >. Acesso em 29 de julho de 2018.

¹⁷⁷ Ibidem.

¹⁷⁸ Ibidem..

generalizada de insegurança e medo, tanto mais perigosa por se atravessar tempos de incerteza social e mudanças epocais como a atual.”¹⁷⁹

O discurso aborda o compromisso dos países com o cuidado acerca da criação, aspecto que também edifica a paz. E, lembrado o Acordo de Paris, que envolve as condições climáticas, ele ressalta que essa iniciativa precisa unir esforços e cooperação cada vez maiores de todos, “já que a Terra é a nossa casa comum e é preciso considerar que as opções de cada um têm repercussões na vida de todos.”¹⁸⁰

Ao receber o Rabino Abraham Skorka¹⁸¹, para apresentação de uma nova edição da Torá, o sucessor de Pedro enfatiza os ganhos de um diálogo fraterno construído entre cristãos e judeus. “Diálogo que não se exprime apenas mediante palavras, mas também com gestos”.¹⁸² O Papa a ilustra sua fala trazendo o simbolismo da Aliança de Deus com Abraão, numa tentativa de que todos os povos da terra estejam unidos, vivendo em harmonia entre si e com a criação.

Em viagem apostólica ao Egito, o líder católico profere um discurso para os participantes na Conferência Internacional em Prol da Paz¹⁸³. Francisco, a princípio, ressalta a importância do Egito para a civilização mundial. “A busca do saber e o valor da instrução foram opções fecundas de desenvolvimento empreendidas pelos antigos habitantes desta terra. E constituem opção necessária também para o futuro, opções de paz e em prol da paz, porque não haverá paz sem educação adequada das gerações jovens”¹⁸⁴.

Francisco ressalta ainda que a educação transforma-se em sabedoria de vida quando é capaz de tirar o melhor do homem, tirar o melhor do seu contato com o Transcendente e colocar tudo isso a serviço do outro, evitando assim a construção de identidades fechadas em si mesmo.

“Precisamente no campo do diálogo, sobretudo o inter-religioso, sempre somos chamados a caminhar juntos, na convicção de que o futuro de todos depende também do encontro entre as religiões e as culturas”, afirma Francisco (2017). Ele enfatiza a importância do diálogo sincero e a importância do reconhecimento de que cada um tem direitos fundamentais, inclusive de liberdade religiosa, e que essa clareza trará uma contribuição significativa para a construção conjunta de uma nova civilização.

¹⁷⁹ Ibidem

¹⁸⁰ Ibidem.

¹⁸¹ Discurso do papa Francisco ao Rabino Abraham Skorka para apresentação de uma nova edição da Torá, em 23 de fevereiro de 2017. Disponível em: < www.vatican.va >. Acesso em 29 de julho de 2018.

¹⁸² Ibidem

¹⁸³ Discurso do Papa Francisco, aos participantes na Conferência Internacional em prol da Paz, no dia 28 de abril de 2017. Disponível em: < www.vatican.va >. Acesso em 29 de julho de 2018.

¹⁸⁴ Ibidem.

O Papa exorta os líderes religiosos a desmascararem a violência que se disfarça de sacralidade e se apoia no egoísmo. “Devemos denunciar as violações contra a dignidade humana e contra os direitos humanos, trazer à luz do dia as tentativas de justificar toda forma de ódio em nome da religião e condená-las como falsificação idólatra de Deus.”¹⁸⁵ Remover as situações de pobreza e exploração é, para Francisco, fundamental para construir a paz. Para isso, os líderes das nações e os convocados por Deus são chamados a fomentar processos de paz.¹⁸⁶

Em maio de 2017, outros embaixadores são credenciados junto da Santa Sé¹⁸⁷, o líder católico dirige um discurso partindo de uma análise acerca da complexidade do atual cenário internacional, enfatizando a necessidade de uma “maior consciência dos comportamentos e das ações necessárias para empreender um itinerário de paz, que diminua as tensões.”¹⁸⁸ Francisco alerta para a economia e o sistema financeiro que “em vez de servir ao ser humano concreto, se organizam principalmente para se servir a si mesmos e para se subtrair ao controle dos poderes públicos que têm a responsabilidade do bem comum, mas carecem dos instrumentos necessários para moderar os apetites exagerados de poucos.”¹⁸⁹

O Papa reforça os males do fundamentalismo, que usa a religião para justificar as mais diversas atrocidades, se configurando com um abuso, e da instrumentalização do nome de Deus para a promoção da hegemonia. O discurso é finalizado com um recado enviado às comunidades católicas dos países presentes, encorajando-os para darem continuidade ao testemunho de fé e se oferecem ao serviço do bem comum.

Em junho do mesmo ano, Francisco participa da plenária do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso¹⁹⁰. No encerramento desse evento, que teve como tema “O papel da mulher na educação para a fraternidade universal”, o papa confere um discurso no qual faz uma análise dos males da atualidade que ferem a mulher na sua dignidade. Ele afirma que as mulheres figuram entre as vítimas mais frequentes de uma violência cega, dilacerando famílias e, por conseguinte, a sociedade.

O Papa discorre sobre a temática, abordando aspectos acerca da educação e da fraternidade, porém acrescenta, em sua fala, a categoria diálogo, por entender que “as mulheres

¹⁸⁵ Ibidem.

¹⁸⁶ Ibidem.

¹⁸⁷ Discurso por ocasião da apresentação das cartas credencial dos novos embaixadores do Cazaquistão, Mauritânia, Nepal, Níger, Sudão e Trinidad e Tobago junto da Santa Sé, em 18 de maio de 2017. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em 29 de julho de 2018.

¹⁸⁸ Ibidem.

¹⁸⁹ Ibidem.

¹⁹⁰ Discurso do papa Francisco aos participantes da plenária do Pontifício Conselho Para o Diálogo Inter-religioso, em 9 de junho de 2017. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em 29 de julho de 2018.

estão comprometidas, muitas vezes mais do que os homens, no plano do diálogo da vida.”¹⁹¹ Ressalta também que, para o diálogo inter-religioso, a mulher enxerga com mais compreensão os desafios de uma sociedade multicultural.

Francisco chama a atenção de que numerosas mulheres “estão bem preparadas para enfrentar encontros de diálogo inter-religioso nos níveis mais elevados e não apenas da parte católica.”¹⁹² Ele alerta que, em virtude disso, os encontros das mulheres não devem se limitar a temas ‘femininos’, nem a encontros cujos participantes sejam apenas mulheres.

Mais uma vez, o Papa reflete sobre a caminhada em conjunto, homens e mulheres, adotando o diálogo como caminho, cada vez mais necessário. Enfatiza que a capacidade de escutar, de acolher e de se abrir ao próximo, próprias do universo feminino, contribui sobremaneira para fomentar uma relação dialógica.¹⁹³

Em agosto de 2017, o líder católico se encontra com rabinos europeus, com o Conselho de rabinos da América e de Israel¹⁹⁴, quando foi entregue em suas mãos um documento intitulado “Entre Jerusalém e Roma”, cujo teor confere reconhecimento significativo à Declaração conciliar *Nostra Aetate* que, em seu quarto capítulo, trata do diálogo com o mundo judaico. Já no início do seu discurso, destaca-se o percurso fecundo de diálogo que vem sendo construído na relação entre cristãos e judeus, embora se compreenda que há diferenças teológicas entre essas duas tradições religiosas, mas que essas não impedem que, como irmãos, estejam juntos, “na busca comum de um mundo melhor que possa gozar de paz, justiça social e segurança”¹⁹⁵. Francisco reforça que as religiões devem “utilizar o comportamento moral e a educação religiosa – não a guerra, a coerção ou a pressão social.”¹⁹⁶

Francisco, em discurso para líderes religiosos da Coreia¹⁹⁷, em setembro de 2017, evidencia, já no início de sua fala, o percurso da Igreja Católica em relação ao diálogo e em particular, com os seguidores de outras religiões. Ele reconhece que não é um percurso fácil, porém há um empenho para que os ventos conciliares permaneçam soprando. “O diálogo inter-

¹⁹¹ Ibidem.

¹⁹² Ibidem.

¹⁹³ Ibidem.

¹⁹⁴ Discurso do Papa Francisco aos representantes da Conferência dos rabinos europeus, do Conselho Rabínico da América e da Comissão do Grão-Rabinato de Israel, em 31 de agosto de 2017. Disponível em <www.vatican.va>. Acesso em 29 de julho de 2018.

¹⁹⁵ Trecho do documento Entre Jerusalém e Roma, citado pelo Papa em discurso na conferência dos rabinos europeus. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em 29 de julho de 2018.

¹⁹⁶ Discurso do Papa Francisco aos representantes da Conferência dos rabinos europeus, do Conselho Rabínico da América e da Comissão do Grão-Rabinato de Israel, em 31 de agosto de 2017. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em 29 de julho de 2018.

¹⁹⁷ Discurso do Papa Francisco aos membros do Conselho dos Líderes Religiosos da Coreia, em 2 de setembro de 2017. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em 29 de julho de 2018.

religioso, feito de contatos, encontros e colaborações, é, portanto, uma tarefa preciosa e agradável a Deus, um desafio que visa promover o bem comum e a paz.”¹⁹⁸

O Papa indica um diálogo aberto, respeitador e por isso, fecundo. Essas são as condições, afirma, que devem permear o encontro entre as religiões. “É respeitando o direito à vida, a integridade física e às liberdades fundamentais, como a de consciência, de religião, de pensamento e de expressão, que se lançam as bases para construir a paz, para a qual cada um de nós é chamado a rezar e a agir.”¹⁹⁹

O mundo olha pra nós, exorta-nos a colaborar entre nós e com todos os homens e mulheres de boa vontade. Pede-nos respostas e compromissos partilhados sobre vários temas: a sagrada dignidade da pessoa, a fome e a pobreza que ainda afligem demasiadas populações, a rejeição da dignidade da pessoa, a rejeição da violência - em particular a perpetrada profanando o nome de Deus e dessacralizando a religiosidade humana – a corrupção que alimenta injustiças, a degradação moral, a crise da família, da economia, da ecologia e, não menos importante, da esperança.²⁰⁰

Compreendemos que a inserção do Papa Francisco nos mais diversos espaços, realça sua intenção de ser, ele próprio, um praticante daquilo que prega. Ao se encontrar com as mais diversas tradições religiosas e encorajá-las a serem porta-vozes dos mais necessitados, o sucessor de Pedro assume um papel de extrema importância na atualidade, apresentando-se no dizer de crentes e não-crentes, como um dos maiores, senão o maior, líderes religiosos da sociedade contemporânea. É desse modo que Francisco assume seu pontificado... Levando ao máximo o entendimento do significado da palavra ponte. Aquele que aproxima, aquele que une, aquele que propicia a caminhada...

¹⁹⁸ Ibidem.

¹⁹⁹ Ibidem.

²⁰⁰ Ibidem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso dessa escrita trouxe-nos elementos significativos em relação ao caminho a ser traçado pelas religiões, a fim de que cumpram um papel de cuidado com a vida. Consideramos o diálogo como uma perspectiva desafiadora, haja vista o cenário de intolerância instalado em grande parte de grupos que teimam em se sobrepor a outros, porém é uma alternativa possível para minimizar as distâncias e aliviar o sofrimento de tantas pessoas espalhadas pelo mundo.

A sociedade moderna construiu, em certa medida, um cenário de individualismo, a partir da sua opção pela economia de mercado. Isso posto, a vida humana ficou relegada a segundo plano, aumentando consideravelmente as angústias e sofrimentos, consequentes dos conflitos marcados pelas guerras, pela fome, pelo abandono. O homem, transformado em objeto, tem sido alvo de inúmeras formas de violência, tornando-o, muitas vezes, insensível à dor dos que o rodeiam.

Desse modo, as religiões assumem um papel de suma importância, sobretudo por ser uma via de ligação com o transcendente e, por isso, não poucas vezes, trazer aos crentes uma sensação de preenchimento das suas carências pessoais e materiais. Isso não seria um problema se as tradições religiosas se utilizassem dessa condição para auxiliar seus fiéis a se libertarem das amarras impostas pela sociedade de consumo. Ao contrário, inúmeras vezes, nela própria é reforçado o interesse material acima de todos os outros, inclusive como moeda de troca para o alcance do céu, por conseguinte, da salvação.

Trouxemos, para essa discussão, a figura do Papa Francisco por entender que o líder da Igreja Católica Apostólica Romana aborda uma perspectiva contrária aos ideais de uma sociedade marcada pela desigualdade. Em suas alocuções, analisadas, sobretudo, no III capítulo, o pontífice dá sinais de como as religiões precisam, a partir de sua profunda relação com Deus, buscar alternativas de diálogo, a fim de salvaguardar a dignidade humana do irmão de caminhada, independentemente de sua confissão religiosa.

O Papa dá indicações valiosas de como as religiões devem se colocar a serviço dos companheiros de caminhada e, para tanto, não precisa que esses professem a mesma fé. Francisco, inclusive, defende veementemente a liberdade religiosa, como princípio legal e legítimo. Ele enxerga beleza em outras tradições religiosas que são agraciadas pelo sopro do Espírito Santo.

Francisco é enfático em denunciar as injustiças, colocando-se ao lado dos empobrecidos, dos marginalizados, dos sem chão. Inúmeras vezes, seu discurso é desenvolvido a partir de uma

análise do cenário social daqueles a quem dirige suas considerações. O atual líder da Igreja Católica Apostólica Romana demonstra conhecimento dos fatos que afligem a comunidade local e apresenta pistas significativas para a minimização dos conflitos. Sempre apresentando o Deus da vida, Francisco faz questão de ir seguindo sua caminhada fazendo aquilo que acredita ser a tarefa principal de um líder religioso: ser ponte.

Mergulhado na tentativa de a Igreja assumir a opção preferencial pelos pobres, o Papa Francisco insiste em que não falem ações por parte dos membros da Igreja para o alcance desse intento. Pelo contrário, ele enfatiza a necessidade de a Igreja se pôr em saída, testemunhando uma Igreja discípula e missionária. Francisco enfatiza essa preocupação em cada discurso proferido aos crentes sob sua liderança, mas também nos mais diversos encontros com crentes de outras pertenças religiosas. Essa atitude faz do líder católico, um dos Papas mais respeitados por crentes e não-crentes.

A contribuição do pontificado de Francisco para o alcance da dignidade humana é, sem sombra de dúvidas, um marco no momento atual. Momento esse marcado por discursos de intolerância, por preconceitos, por guerras e fome. A modernidade não foi capaz de trazer uma resposta que minimizasse as distâncias. Ao invés disso, persiste de maneira alarmante o fosso entre os que professam uma fé diferente, sobretudo os crentes de religiões de matrizes africanas.

Essa distância vem influenciando negativamente as relações no interior das escolas espalhadas por esse país. São inúmeros os casos de desqualificação acerca da prática docente, sobretudo quando essa está voltada a temáticas que reflitam sobre a diversidade. O cuidado com a dignidade humana precisa encontrar ressonância no ambiente escolar, haja vista ser um espaço que lida com formação, com conhecimentos, que, no dizer de Freire, libertam.

Diante dessas constatações, reiteramos a pertinência do estudo em pauta, entendendo que ele não se configura como uma verdade absoluta. São aproximações a partir da experiência profissional e das leituras que possibilitaram responder aos objetivos propostos. O percurso do diálogo encontra inúmeros desafios, porém nenhum deles intransponível. Por acreditar que é possível pautar nossas relações em uma convivência fraterna, perseguiremos o ideário de uma sociedade fraterna, justa, ancorada no respeito aos diferentes e que, na sua essência, seja contemplada toda forma de dignidade que faça emergir uma vida em abundância.

Esperamos, do verbo esperar, que as reflexões aqui delineadas, sejam motivadoras de espaços de diálogo, em um exercício sublime de reconhecimento do lugar de fala de todos aqueles que constroem um jeito próprio de estar no mundo. Que as diferenças não sejam empecilhos para o encontro, ao contrário, sejam sinais de incompletude e complementariedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Joel P. *Evangelii Gaudium*: alguns aspectos para sua leitura. In: AMADO, Joel P. & FERNANDES, Leonardo A. **Evangelii Gaudium em questão**. Rios de Janeiro: PUC Rio, 2014. ARAGÃO, Gilbraz. Do transdisciplinar ao transreligioso. In: ARAGÃO, Gilbraz. VICENTE, Mariano(ORGs). **Espiritualidades, transdisciplinaridade e diálogo** [e-book]. Vol I. Recife: Observatório Transdisciplinar das religiões no Recife, 2015.

_____. Encruzilhada dos estudos da religiões no Brasil. **Revista de Teologia e de Ciências da Religião** – UNICAP. V. 5,nº 1. Dezembro de 2015, p. 319-337.

_____. Transdisciplinaridade e diálogo inter-religioso no Recife. In: ARAGÃO, Gilbraz; VICENTE, Mariano (Orgs). **Espiritualidade, transdisciplinaridade e diálogo 2**. Recurso eletrônico. Recife: UNICAP, 2018.

BARROS, M. A frágil transparência do absoluto. Teologia para uma espiritualidade transreligiosa. In: VIGIL, José M. (org). **Por uma teologia planetária**. São Paulo: Paulinas, 2011.

BASTANTE, Jesús & VIDAL, José M. As mudanças presentes e futuras da primavera de Francisco. In: SILVA, José M. (org). **Papa Francisco: perspectivas de um papado**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BERGER, Peter. **Os múltiplos altares da modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BINGEMER, Maria Clara Luccetti (Org.). **Violência e religião: três religiões em confronto e diálogo**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2010.

BOFF, Leonardo. O papa Francisco e a refundação da Igreja. In: SILVA, José Maria(Org.). **Papa Francisco: perspectivas e expectativas de um papado**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRIGHENTI, Agenor. Perfil pastoral da Igreja que o papa Francisco sonha. In: SILVA, José M. (org). **Papa Francisco: perspectivas de um papado**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CASTILHO, José M. O papa Francisco e o futuro da Igreja Católica mundial. In: SILVA, José M. (org). **Papa Francisco: perspectivas de um papado**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CONCÍLIO VATICANO II. *Nostra Aetate*. Sobre a relação da Igreja com as religiões não-cristãs. São Paulo: Paulinas, 1976.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988. Conferir em:<www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>Acesso em agosto de 2018.

DUPUIS, Jacques. **O cristianismo e as religiões: do desencontro ao encontro**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Rumo a uma teologia cristã do pluralismo religioso**. São Paulo: Paulinas, 1999.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. Conferir em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso em agosto de 2018.

FRANCISCO, Papa. **Caminhar com Jesus: o coração da vida cristã**. São Paulo: Fontanar, 2015.

_____. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium**. A alegria do evangelho. Sobre o anúncio do evangelho no mundo atual. Brasília: CNBB, 2013.

FREIRE, Paulo. **O cristão e a libertação dos oprimidos**. Lisboa: Bases, 1978.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: editora UNESP, 2000.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997)

GRESCHAT, Hans-Jürgen. **O que é Ciência da Religião?** São Paulo: Paulinas, 2005.

GRÜMMER, Bernhard. **Ainda não realizada: nostra aetate e suas perspectivas para uma visão cristã do judaísmo**. Teocomunicação, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 26-53, jan./jun. 2013

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JOÃO XXIII. **Humanae Salutis**: para convocação do Concílio Vaticano II. Disponível: em <www.veritatis.com.br/humanae-salutis-joao-xxiii-25-12-1961>. Acesso em 28 e setembro de 2018.

JUNIOR, Francisco A. **Teologia do papa Francisco: Igreja dos pobres**. São Paulo: Paulinas, 2018).

KNITTER, Paul. **Introdução às teologias das religiões**. São Paulo: Paulinas, 2008.

KÜNG, Hans. **Projeto de ética mundial: Uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana**. 4ª ed. São Paulo: Paulinas, 2003.

_____. Declaração do parlamento das religiões. Conferir em: <www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_da_paz/docs/Hans_Kung>. Acesso em julho de 2018.

LAMBERIGTS, Mathijs; OLIVEIRA, Pedro Rubens *et al.* **50 anos após o Concílio Vaticano II: Teólogos do mundo inteiro deliberam**. São Paulo: Paulinas, 2017, p. 20.

MAGALHÃES, Antônio. Contexto dos estudos da religião. In: MAGALHAES, Antonio; PORTELLA, Rodrigo. **Expressões do sagrado: reflexões sobre o fenômeno religioso**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008.

MARDONES, José Maria. **A dimensão simbólica da Religião:** a vida do símbolo. São Paulo: Paulinas, 2006.

MELO, Amarildo José. A pluralidade hermenêutica como caminho ético-moral: uma tentativa de diálogo com a filosofia contemporânea. In: MILLEN, Maria Inez; ZACHARIAS, Ronaldo. **Fundamentalismo:** desafios à ética teológica. Aparecida, São Paulo: Editora Santuário, 2017.

MENDONÇA, Antônio Gouveia. A cientificidade das Ciências da Religião. In: TEIXEIRA, Faustino(org.). **A(s) ciências da religião no Brasil:** afirmação de uma ética acadêmica. São Paulo: Paulinas, 2008.

MIRANDA, Mário de F. **A reforma de Francisco:** fundamentos teológicos. São Paulo: Paulinas, 2017.

MOLLINER, Albert. **Pluralismo religioso e sofrimento eco-humano.** São Paulo: Paulinas, 2011.

MOREIRA, Alberto da Silva. O futuro da religião no mundo globalizado: painel de um debate. In: **O futuro da religião na sociedade global:** uma perspectiva multicultural. São Paulo: Paulinas, 2008.

MOYNIHAN, Robert. **Rezem por mim:** A vida e a visão espiritual do Papa Francisco, o primeiro papa das américas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2013.

ORO, Ivo Pedro. **O fenômeno religioso:** como entender. São Paulo: Paulinas, 2013.

ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro.** Umbanda e sociedade brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1988. V.2.

PACE, Enzo. A avalanche incontrolável e violenta dos fundamentalismos. In: OLIVEIRA, Irene D. & PACE, Enzo(Orgs). **Fundamentalismos religiosos, violência e sociedade.** São Paulo: Fonte editorial, 2017.

PANASIEWICZ, Roberlei. **Pluralismo religioso contemporâneo:** diálogo inter-religioso na teologia de Claude Geffré. São Paulo: Paulinas, 2007.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO. **Instrução Diálogo e Anúncio.** São Paulo: Paulinas, 1996.

PORTELLA, Rodrigo. Identidade(s) religiosa(s) no Brasil: plural ou singular? In: MAGALHAES, Antonio; PORTELLA, Rodrigo. **Expressões do sagrado:** reflexões sobre o fenômeno religioso. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008.

_____. O sagrado e suas expressões: aproximações. In: MAGALHAES, Antonio; PORTELLA, Rodrigo. **Expressões do sagrado:** reflexões sobre o fenômeno religioso. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008.

QUEIRUGA, Andrés Torres. **O diálogo das religiões.** São Paulo: Paulus, 2016. 5ª ed.

QUEVEDO, Gonzales L. **O novo rosto da Igreja:** Papa Francisco. São Paulo: Loyola, 2013.

- RIBEIRO, Claudio. **Pluralismo e libertação**. São Paulo: Paulinas, 2014.
- SECRETARIADO PARA OS NÃO-CRISTÃOS. **Diálogo e Missão**: a igreja e as outras religiões. São Paulo: Paulinas, 1984.
- SOUSA, Rosália Soares de. Pluralismo e diálogo inter-religioso nas escolas pernambucanas. In: ARAGÃO, Gilbraz. VICENTE, Mariano(ORGs). **Espiritualidades, transdisciplinaridade e diálogo** [e-book]. Vol I. Recife: Observatório Transdisciplinar das religiões no Recife, 2015.
- SOUZA, Ney de. Contexto e desenvolvimento histórico d Concílio Vaticano II. In: BOMBONATTO, Vera Ivanise; GONÇALVES, Paulo Sérgio L(Orgs). **Concílio Vaticano II: análise e perspectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004.
- SUESS, Paulo. Pluralismo e missão: por uma hermenêutica da alteridade. In: BARROS, M.;TOMITA, Luíza &VIGIL, José M.(Orgs). **Teologia pluralista, libertadora, intercontinental**. São Paulo: Paulinas, 2008.
- TEIXEIRA, Faustino. **Buscadores do diálogo**: itinerários inter-religiosos. São Paulo Paulinas, 2012.
- _____. **Cristianismo e diálogo inter-religioso**. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.
- _____. **Teologia e pluralismo religioso**. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2012.
- _____. O concílio vaticano II e o diálogo inter-religioso. In: BOMBONATTO, Vera Ivanise; GONÇALVES, Paulo Sérgio L(Orgs). **Concílio Vaticano II: análise e perspectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004.
- VIGIL, J. Maria. Identidade cristã e teologia do pluralismo religioso. In: BARROS, M.; TOMITA, Luíza &VIGIL, José M.(Orgs). **Teologia pluralista, libertadora, intercontinental**. São Paulo: Paulinas, 2008.